

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

NICOLE BIANCARDI GOULART

**O ACONTECIMENTO ELEIÇÕES DE 2022 NAS CRÍTICAS DO *OMBUDSMAN* DA  
FOLHA DE S. PAULO**

PORTO ALEGRE

2024

NICOLE BIANCARDI GOULART

**O ACONTECIMENTO ELEIÇÕES DE 2022 NAS CRÍTICAS DO *OMBUDSMAN* DA  
FOLHA DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor

PORTO ALEGRE

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

Goulart, Nicole Biancardi  
O Acontecimento Eleições de 2022 nas Críticas do  
Ombudsman da Folha de S. Paulo / Nicole Biancardi  
Goulart. -- 2024.  
156 f.  
Orientador: Basilio Alberto Sartor.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,  
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Crítica de Mídia. 2. Ombudsman. 3. Jornalismo  
Político. 4. Acontecimento. 5. Eleições de 2022. I.  
Sartor, Basilio Alberto, orient. II. Título.

NICOLE BIANCARDI GOULART

**O ACONTECIMENTO ELEIÇÕES DE 2022 NAS CRÍTICAS DO *OMBUDSMAN* DA  
FOLHA DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela  
em Jornalismo.

Aprovado em:  
BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Thais Helena Furtado – UFRGS  
Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sabrina Franzoni – UNISINOS  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai, à minha mãe e aos meus dois irmãos pela presença, união e incentivo em todos os momentos da minha vida, em especial da minha vida escolar e acadêmica no qual este trabalho está inserido.

Agradeço também o companheirismo das minhas amigas que estiveram comigo nesses cinco anos de curso, fazendo os trabalhos da faculdade, tomando cafezinho e chá, e conversando muito sobre absolutamente tudo.

Agradeço a Biblioteca da Fabico por todos os livros que peguei emprestado ao longo desses anos, principalmente durante a execução deste trabalho. Agradeço também a Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades por algumas das referências aqui usadas.

Agradeço às professoras e aos professores que fizeram parte da minha formação desde o fundamental até a graduação cujas aulas sempre me vêm à memória. Agradeço nominalmente à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eloisa Beling Loose pela instrução na disciplina de Metodologias de Pesquisa em Comunicação e ao Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor pelas orientações e correções deste trabalho de conclusão.

Muito obrigada.

*“Uma sociedade sem crítica é uma sociedade morta: o componente humano cede lugar às relações maquínicas, aos processos tecnológicos marcados por inteligências artificiais e estúpidas”*

**(Ciro Marcondes Filho)**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as críticas do *ombudsman* do jornal Folha de S. Paulo a respeito da cobertura jornalística do acontecimento Eleições de 2022 no Brasil. Seus objetivos específicos são: a) discutir a noção de crítica da mídia e o papel do *ombudsman* no jornalismo; b) analisar as eleições como acontecimento jornalístico na cobertura de política; c) apresentar o contexto das Eleições de 2022 no Brasil e d) identificar o conteúdo das críticas à cobertura das Eleições de 2022 nas colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo. Para alcançar esses objetivos, além de fazer uma revisão teórica sobre os conceitos-chave deste trabalho (PORTO, 2004; SEABRA, 2006; FRANZONI, 2013; AZEREDO, 2019a; MOLOTCH; LESTER, 1999), a pesquisa, por meio da metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979; HERSCOVITZ, 2007), selecionou 34 colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo sobre as Eleições de 2022 e identificou 81 críticas sobre a cobertura daquele acontecimento. As críticas foram classificadas em dois níveis de categorias: o primeiro diz respeito ao que é criticado (enquadramento, espaço dado, falta de cobertura e posicionamento), e o segundo refere-se a sobre o que a crítica incide (ameaças à democracia, candidaturas e partidos, eleições em geral, eleitorado, meio ambiente e pesquisa eleitoral). Os resultados mostram que foram feitas mais críticas ao enquadramento e ao espaço dado na cobertura sobre assuntos relacionados às candidaturas e partidos e às ameaças à democracia. O trabalho conclui que as críticas efetuadas pelo *ombudsman* se repetem no contexto das Eleições de 2022 em comparação com a cobertura de eleições anteriores, refletindo a falta de resolução dos problemas do jornalismo ao acompanhar a realização do acontecimento.

**Palavras-chave:** Crítica de mídia. *Ombudsman*. Jornalismo Político. Acontecimento. Eleições de 2022.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the criticisms of the Folha de S. Paulo *ombudsman* regarding the journalistic coverage of the 2022 Elections event. Its specific objectives are: a) to discuss the notion of media criticism and the role of the *ombudsman* in journalism; b) to analyze the elections as a journalistic event in the coverage of politics; c) to present the context of the 2022 Elections in Brazil and d) to identify the content of the criticism of the coverage of the 2022 Elections in the columns of the Folha de S. Paulo *ombudsman*. In order to achieve these objectives, as well as carrying out a theoretical review of the key concepts of this work (PORTO, 2004; SEABRA, 2006; FRANZONI, 2013; AZEREDO, 2019a; MOLOTCH; LESTER, 1999), the research, using the Content Analysis methodology (BARDIN, 1979; HERSCOVITZ, 2007), selected 34 columns by the Folha de S. Paulo *ombudsman* on the 2022 Elections and identified 81 criticisms of the coverage of that event. The criticisms were classified into two levels of categories: the first says what it is (framing, space given, lack of coverage and positioning) and the second refers to what the criticism is about (threats to democracy, candidates and parties, elections in general, electorate, environment and electoral research). The results show that there was more criticism of the framing and space given to issues related to candidates and parties and threats to democracy. The paper concludes that the criticisms made by the *ombudsman* are repeated in the context of the 2022 Elections compared to the coverage of previous elections, reflecting the lack of resolution of journalism's problems in accompanying the event.

**Keywords:** Media Criticism. *Ombudsman*. Political Journalism. Event. 2022 Elections.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Porcentagem dos votos no primeiro turno das Eleições de 2022.....	45
<b>Figura 2</b> - Porcentagem dos votos no segundo turno das Eleições 2022.....	46
<b>Figura 3</b> - Características definidoras da Análise de Conteúdo.....	49
<b>Figura 4</b> - Frequência do primeiro nível de categorias: o que critica.....	68
<b>Figura 5</b> - Frequência do segundo nível de categorias: sobre o que incidem as críticas.....	68

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Frequência da combinação entre os níveis categorias da análise de conteúdos das colunas do <i>ombudsman</i> .....	70
<b>Tabela 2</b> - Divisão das colunas e categorias segundo o período das eleições.....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Colunas do <i>ombudsman</i> da Folha de S. Paulo selecionadas para análise ( <i>corpus</i> )... 52	
<b>Quadro 2</b> - Categorização das críticas do <i>ombudsman</i> da Folha de S. Paulo sobre a cobertura das Eleições de 2022.....	64

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 CRÍTICA DE MÍDIA E OMBUDSMAN.....</b>	<b>16</b>
2.1 Elementos e finalidades do jornalismo.....	16
2.2 Crítica e crítica de mídia.....	18
2.3 O que é <i>ombudsman</i> .....	23
2.3.1 <i>Ombudsman da Folha de S. Paulo</i> .....	27
<b>3 ELEIÇÕES COMO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO POLÍTICO.....</b>	<b>31</b>
3.1 O acontecimento no jornalismo.....	31
3.2 Jornalismo político.....	34
3.3 Histórico das eleições no Brasil.....	37
3.3.1 <i>Eleições de 1989</i> .....	39
3.3.2 <i>Eleições de 1994</i> .....	40
3.3.3 <i>Eleições de 1998</i> .....	40
3.3.4 <i>Eleições de 2002</i> .....	41
3.3.5 <i>Eleições de 2006</i> .....	41
3.3.6 <i>Eleições de 2010</i> .....	42
3.3.7 <i>Eleições de 2014</i> .....	43
3.3.8 <i>Eleições de 2018</i> .....	43
3.4 Eleições de 2022.....	45
<b>4 AS ELEIÇÕES DE 2022 NAS CRÍTICAS DO OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO.....</b>	<b>49</b>
4.1 Análise de Conteúdo.....	49
4.2 Seleção e tratamento do <i>corpus</i> .....	52
4.3 As críticas do <i>ombudsman</i> sobre a cobertura das Eleições de 2022.....	55
4.4 Categorização e frequência das críticas do <i>ombudsman</i> .....	65
4.5 Discussão dos resultados.....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO A - COLUNAS DO OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO.....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Eleições são eventos de grandes proporções que mobilizam diversos setores da sociedade, entre eles o jornalismo. No Brasil, a cada intervalo de dois anos, a imprensa se alterna entre a cobertura das eleições presidenciais e estaduais e a cobertura das eleições municipais. Neste cenário, o jornalismo, principalmente o político, está sempre atento aos bastidores, aos interesses de cada ator, às negociações e às tramitações que cercam e interferem neste acontecimento. Se o jornalismo está de olho nas eleições, a crítica da mídia está de olho no jornalismo.

Materializada nos comentários do público, nos estudos acadêmicos e nos textos de opinião, a crítica da mídia analisa o que foi feito de bom ou de ruim pelos veículos de comunicação na cobertura de um assunto. Este olhar também é desenvolvido no percurso de graduação dos profissionais do campo, com o aprendizado de questões teóricas, práticas e éticas a respeito do jornalismo, construindo um pensamento capaz de justificar decisões e apontar erros, indicando o que fazer e o que não fazer. Entretanto, comecei a me questionar se tal crítica também era realizada dentro das redações. Neste momento, me deparei fora da sala de aula com o trabalho realizado pelo *ombudsman*, pessoa responsável por fazer a crítica do jornal no próprio jornal e representar os interesses e as perspectivas de seus leitores.

A coluna que me introduziu à função foi “As direitas se movem”, publicada em 15 de novembro de 2020, pela *ombudsman* Flávia Lima, da Folha de S. Paulo, jornal pioneiro na implementação desse cargo no Brasil. A coluna dissertou sobre uma possível chapa entre o ex-juíz Sérgio Moro e o apresentador de televisão Luciano Huck e criticou com veemência, do início ao fim, o tratamento dado ao assunto pelo jornal. Naquele momento, o jornalismo já começava a tratar das eleições presidenciais de 2022 em sua cobertura política e da criação de uma “terceira via” como opção ao então presidente Jair Bolsonaro (PL), buscando a reeleição, e à uma futura chapa montada pela coligação dos partidos de esquerda.

A partir da minha empolgação com o texto da *ombudsman* e da constatação de que não havia estudado sobre essa função em nenhuma disciplina em que me matriculei ao longo da graduação, entendi que o espaço do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seria uma oportunidade de aprofundar este tema como forma de complementar a minha formação. Como o texto que me introduziu a este assunto da crítica de mídia tratava sobre eleições, me questionei se outras colunas assim seriam publicadas quando o acontecimento deixasse de ser especulação para se tornar realidade. Dessa maneira, decidi estudar as críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo a respeito da cobertura das Eleições de 2022 – em colunas publicadas

entre o final das Eleições de 2018 e o final de 2022 e que falam desse acontecimento. Para além dessa justificativa de caráter mais pessoal, entendo que esta pesquisa justifica-se pela importância social e teórica de se compreender a atuação crítica do *ombudsman* no contexto de um evento político extremamente relevante para o país, como é o caso do pleito eleitoral para escolha do cargo máximo do poder Executivo.

Os temas crítica de mídia e *ombudsman*, linhas centrais desta pesquisa, já foram tratados, separados ou em conjunto, dentro da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS em diversas instâncias da vida acadêmica. Entre os trabalhos de conclusão, é possível citar as análises de blogs de crítica de mídia feminista feita por Antunes (2014) e de textos literários que usam metalinguagem para fazer a crítica dos meios de comunicação de massa por Araujo (2013). Também já foram realizados projetos de extensão<sup>1</sup> e oficinas<sup>2</sup> junto à comunidade, fora do espaço universitário, com o intuito de desenvolver uma postura crítica frente aos produtos midiáticos.

A respeito do *ombudsman*, relembro os primeiros trabalhos publicados sobre o assunto na Fabico: a monografia “O Ombudsman na Folha”, apresentada por Luiz Carlos Erbes (1991a) e orientada por Sérgio Capparelli; e a entrevista com o primeiro *ombudsman* da Folha, Caio Túlio Costa, no texto “Ombudsman, a autocrítica do Jornalismo”, publicado na revista Sextante (ERBES, 1991b). A função de *ombudsman* também foi tema de uma sessão no TCC de Santos (2004) ao estudar a repercussão no jornal paulista da matéria do The New York Times sobre o suposto excesso de consumo de bebida alcoólica do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na pós-graduação, cito a tese de Doutorado desenvolvida por Sabrina Franzoni (2013) que trata da função enunciativa do *ombudsman* e que é amplamente referenciada ao longo do capítulo destinado a falar do assunto neste trabalho. Por fim, recordo do projeto de iniciação científica orientado por Luciana Mielniczuk, em 2013<sup>3</sup> e em 2014<sup>4</sup>, que analisou as críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo sobre a Copa do Mundo de 2014. As pesquisas foram apresentadas no Salão de Iniciação de Científica da UFRGS, mas não foram encontradas em artigos acadêmicos.

---

<sup>1</sup> Programa Análise Crítica da Mídia UFRGS/COMUNIDADE 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/195423>. Acesso em: 5 dez. 2023.

<sup>2</sup> Análise Crítica das Mídias. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/138375>. Acesso em: 5 dez. 2023.

<sup>3</sup> A imprensa de referência frente à crítica de mídia em tempos de redes sociais: um estudo da Folha de S. Paulo na cobertura da Copa do Mundo em 2014 no Brasil. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/92089>. Acesso em: 18 out. 2023.

<sup>4</sup> A imprensa de referência frente à crítica de mídia em tempos de redes sociais: um estudo da Folha de S. Paulo na cobertura da Copa do Mundo em 2014 no Brasil. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114326>. Acesso em: 18 out. 2023.

Ao olhar para produções feitas fora da Fabico/UFRGS, cito algumas das referências usadas nesta pesquisa sobre crítica de mídia e *ombudsman* como Costa (1991), Marcondes Filho (2002), Carrato (2002), Braga (2002; 2006), Christofolletti (2010; 2017), Loures (2008), Silva e Soares (2014) e Bittencourt (2016). Destaco também a dissertação de Mendes (2007) e a tese de Coelho (2019) que relacionam a função do *ombudsman* no Brasil e em Portugal; e a dissertação de Azeredo (2019a), que classifica as críticas realizadas ao longo de 30 anos de vigência do cargo na Folha de S. Paulo, junto de artigos que fizeram recortes temáticos das críticas (AZEREDO, 2019b; 2021).

Em relação às outras temáticas a serem abordadas, como acontecimento e eleições, objeto de crítica do *ombudsman* nesta análise, diversas produções se debruçaram sobre as votações para presidente no Brasil desde a redemocratização. Albuquerque (1994), Weber (2000; 2011), Miguel (2001), Aldé (2003) e Rubim e Colling (2005) são algumas das referências que investigaram a relação dos meios de comunicação com as eleições e como o jornalismo retratou esses eventos em suas coberturas.

A partir de todas estas produções e das demais referenciadas no decorrer dos próximos capítulos, esta pesquisa deverá contribuir com o aprofundamento dos conhecimentos sobre crítica de mídia na figura do *ombudsman* dentro das redações, baseando-se em um exemplo de sua atuação ao fazer um recorte temático e temporal da cobertura jornalística. Além disso, irá prover uma análise da atuação da imprensa em mais uma eleição, na esteira dos estudos realizados sobre pleitos passados. Dessa maneira, o resultado deste trabalho poderá ser entendido como mais uma amostra da atividade executada pelo *ombudsman*, em sua função de crítico de mídia e representante do leitor, e irá contribuir com a construção da literatura sobre a retração das disputas eleitorais nos jornais.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral especificar as críticas do *ombudsman* do jornal Folha de S. Paulo a respeito da cobertura jornalística do acontecimento das Eleições de 2022 no Brasil. Seus objetivos específicos são: a) discutir a noção de crítica da mídia e o papel do *ombudsman* no jornalismo; b) analisar as eleições como acontecimento jornalístico na cobertura de política; c) apresentar o contexto das Eleições de 2022 no Brasil e d) identificar o conteúdo das críticas à cobertura das Eleições de 2022 nas colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo. Como hipótese, afirmo que o *ombudsman*, ao observar a cobertura jornalística das Eleições de 2022, irá fazer críticas ao tratamento dado aos candidatos, indicando que o jornal eventualmente cede mais espaço para um do que para outro; e aos enquadramentos de assuntos, sinalizando que podem beneficiar ou prejudicar os

candidatos antes e durante as eleições, e o recém eleito após a votação. Projeta-se que esta última crítica seja a mais recorrente nos textos.

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho é dividido em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo, de natureza teórica, parte de uma explanação inicial sobre elementos e finalidades que regem o jornalismo – cujo descumprimento ou cumprimento motiva as críticas em relação à mídia jornalística – para definir o que é crítica, fazer um panorama da crítica de mídia e aprofundar a compreensão sobre a atuação do *ombudsman*, com suas particulares e rotinas de trabalho. O terceiro capítulo, também teórico, se volta para o jornalismo político e suas características principais, conceitua as eleições como um acontecimento agendado e faz um histórico das disputas eleitorais no Brasil desde a redemocratização para contextualizar as Eleições de 2022.

O quarto capítulo traz uma explicação da metodologia da Análise de Conteúdo, elenca o passo a passo de sua aplicação na construção do *corpus* de pesquisa para executar a análise qualitativa-quantitativa das colunas do *ombudsman* selecionadas para este estudo, ou seja, os textos publicados entre o final das Eleições de 2018 e o final do ano de 2022 e que falam a respeito das eleições. A análise presente no capítulo retoma a base teórica realizada nas seções anteriores para embasar as discussões dos resultados. O trabalho é finalizado com o quinto capítulo, no qual são feitas as considerações finais e retomados os principais pontos apresentados a respeito do estudo e da análise realizada, reforçando as interpretações e abrindo caminho para novas ideias de pesquisa.

## 2 CRÍTICA DE MÍDIA E *OMBUDSMAN*

As críticas veiculadas na coluna do *ombudsman* da Folha de S. Paulo a respeito das Eleições de 2022 são os objetos de análise deste trabalho. Para realizar essa análise, é necessário, em primeiro lugar, definir questões e compromissos básicos do jornalismo cujo cumprimento ou descumprimento por parte dos profissionais se torna alvo de críticas. Entretanto, tais críticas são mais complexas do que simples comentários apontando erros ou elogiando realizações, sendo embasadas em aspectos teóricos e práticos deste campo de atuação, e na vivência sociocultural de quem se propõe a olhar para o jornalismo com mais atenção. Neste cenário, encontra-se a figura do *ombudsman*: profissional responsável por fazer a crítica do jornal dentro do próprio jornal e dar espaço para o pensamento do público leitor. Cada uma dessas nuances serão desenvolvidas neste capítulo.

### 2.1 Elementos e finalidades do jornalismo

O jornalismo é um campo de atuação profissional cujos produtos principais, as notícias e as reportagens, relatam os acontecimentos atuais do cotidiano selecionados através dos critérios de noticiabilidade<sup>5</sup> e são publicados periodicamente. Eles versam sobre diversos assuntos categorizados em editoriais e estão localizados nos âmbitos local, nacional e global. Ao publicar as notícias e reportagens nos meios impresso e online ou transmiti-las via rádio e televisão, o jornalismo cumpre com a sua função primordial de informar os cidadãos e as cidadãs sobre o que está acontecendo na sociedade em que vivem (FONTCUBERTA, 1999; REGINATO, 2016).

De acordo com Reginato (2016), as informações devem ser corretas, apuradas, comprometidas com a verdade e acessíveis, pois são estes requisitos que contribuem para a interpretação dos fatos, para o entendimento da realidade, para a formação da opinião pública frente a um acontecimento e para mostrar a diversidade de perspectivas sobre temas de interesse público. O cumprimento de suas funções faz do jornalismo uma área produtora de conhecimento e de memória que permite ao indivíduo socializar, exercer sua cidadania e se

---

<sup>5</sup> Os critérios de noticiabilidade são os valores usados no jornalismo para selecionar os fatos que irão se tornar notícia. Traquina (2008), por exemplo, divide os critérios em valores de seleção, que avaliam o acontecimento em si, e de construção, que avaliam questões inerentes à elaboração da notícia. Os valores de seleção são: substantivos (morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração e escândalo) e contextuais (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso). Já os valores de construção são listados em: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância (TRAQUINA, 2008).



engajar em pautas que lhe interessa. Nesse sentido, Kovach e Rosenstiel (2004) reforçam o papel da imprensa de estabelecer noções comuns que contribuem para o sentimento de comunidade e de fornecer à população a liberdade para se autogovernar e tomar suas decisões (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; REGINATO, 2016).

Por trás disso, está a postura responsável que os jornalistas precisam ter com a sociedade. Originada a partir das ideias da Teoria Libertária do século XIX, a Teoria da Responsabilidade Social proposta por Fred Siebert, Wilbur Schramm e Theodore Peterson, em 1956, soma o senso de responsabilidade e consciência às seis funções libertárias da imprensa, estabelecidas como “esclarecimento público, assistência ao sistema político, salvaguarda das liberdades civis, obtenção de lucro, assistência ao sistema econômico, e diversão” (PETERSON; JENSEN; RIVERS, 1966, p. 150-151). Para o primeiro trio de autores, a imprensa tem o dever de ter o público como foco de suas ações; publicar informações acessíveis para a tomada de decisão pessoal; proteger os cidadãos como vigilantes do governo; conectar compradores e vendedores através da publicidade; proporcionar entretenimento; e ser autônomo financeiramente (KUNCZIK, 1997). O conceito de Responsabilidade Social entende que o trabalho das instituições de comunicação deve ser pautado pela “verdade, precisão, objetividade e equilíbrio” (SIEBERT<sup>6</sup> *apud* PAULINO, 2015, p. 13, tradução nossa).

A responsabilidade recai sobre os jornalistas individualmente e sobre os meios de comunicação. Ambos têm compromisso com a profissão, com os colegas, com as fontes e com quem pode ser afetado direta ou indiretamente pelo seu trabalho (CORNU, 1998). Sobre as empresas jornalísticas em si, de natureza privada ou financiada por instituições públicas, Bertrand (1999, p. 27) pontua que “é normal que busquem rentabilidade, mas precisam ser responsáveis perante os diversos grupos sociais: responder suas necessidades e desejos”. Neste contexto e pela exigência de definir valores comuns, os códigos de ética da profissão e manuais de redação dentro dos jornais foram elaborados e repensados ao longo dos anos.

As funções e as premissas citadas também são necessárias frente ao cenário de desordem informacional na internet que ameaça a qualidade de vida das pessoas e enfraquece a democracia, visto a fabricação da realidade e a distorção dos fatos por grupos de interesse sociopolíticos cujo objetivo é obter influência, ganhar dinheiro ou causar dano à uma discussão ou pessoa (WARDLE, 2020). Assim, a imprensa busca reforçar o seu espaço como

---

<sup>6</sup> SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore, SCHRAMM, Wilbur. **Four Theories of the Press**. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

fonte confiável e imprescindível para o Estado Democrático de Direito, garantidor de liberdades e deveres individuais e coletivos, entre eles a de acesso à informação que promove o funcionamento do espaço público (BRASIL, [2016]; SOARES, 2009). Isso porque o compromisso do jornalismo é com a verdade por meio da apuração, da exatidão e da correção das informações que passa, construindo a sua credibilidade junto ao público (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Como afirmam Kovach e Rosenstiel (2004, p. 249), “o jornalismo é a nossa cartografia moderna. Cria mapas para que os cidadãos naveguem através da sociedade. Essa é a sua utilidade e sua razão econômica de ser”.

Entretanto, a cobertura jornalística apresenta falhas – acidentais ou deliberadas – que são apontadas e criticadas com frequência. Conteúdos tendenciosos, falta de informação e de fontes, enquadramentos e tratamentos que não correspondem à realidade, preconceitos e coberturas irresponsáveis são alguns dos problemas evidenciados ao longo dos anos no trabalho da imprensa. O cenário oposto, ilustrado por uma boa cobertura com originalidade, pluralidade de fontes, enquadramento diferenciado e que aponta para soluções também possuem espaço na análise do jornalismo. Cabe ao público leigo e ao público especialista, formado por jornalistas e estudiosos da Comunicação por exemplo – cada um a partir de seus pontos de vista –, fiscalizar e formular críticas através de comentários, de produções acadêmicas e de artigos opinativos publicados em revistas, sites e até nos próprios jornais. Estas iniciativas compõem o campo de atuação e de pesquisa de crítica de mídia (SILVA; SOARES, 2014).

## **2.2 Crítica e crítica de mídia**

A explanação feita até o momento abriu espaço para os dois lados de uma crítica: o positivo e o negativo. Isto porque crítica, no nosso senso comum, é algo que aponta erros, falhas e equívocos, mas a atividade de criticar também possui o outro lado de indicar o que foi feito de bom e interessante em uma produção, a exemplo do que pode acontecer em críticas culturais (musicais, literárias, teatrais e cinematográficas). Nos dicionários, a crítica é definida como “arte ou faculdade de julgar produtos ou manifestações de caráter intelectual [...] Ato de criticar, avaliar, julgar” (FERREIRA, 2004, p. 277). Também pode ser entendida como “apreciação minuciosa [...] apreciação desfavorável [...] Arte ou faculdade de julgar o mérito das obras científicas, literárias e artísticas” (Crítica, 2008, p. 240). As definições atestam o duplo caráter da realização da crítica, a negativa e a positiva que conhecemos na forma do

elogio. Esta distinção é importante para o desenvolvimento do capítulo de análise do objeto desta pesquisa.

Além das definições de dicionários, o conceito e as distinções das críticas também são desenvolvidos em outras áreas do conhecimento. Para o filósofo, historiador e filólogo Michel Foucault (2007, p. 110), a crítica é a “análise de uma forma visível à descoberta de um conteúdo oculto”, opondo-se a um simples comentário ao falar da relação que a linguagem estabelece consigo mesma. O autor (2007, p. 111) completa: “a crítica só pode analisar a linguagem em termos de verdade, de exatidão, de propriedade ou de valor expressivo”, expondo suas intenções e buscando conectar o que é dito e escrito com o que representa. Na crítica de literatura, Nabil Araújo (2020) lembra da modernidade crítica do filósofo Immanuel Kant ao falar do *kritérion*, critério. O ato de julgar pode ser feito a partir de “juízo reflexivo”, sem qualquer critério, ou de “juízo determinante”, com critérios definidos *a priori*, previamente (ARAÚJO, 2020, p. 281). As concepções possibilitam entender que a crítica é o olhar aprofundado – e especializado em alguns momentos – frente a um objeto a ser julgado de maneira positiva ou negativa, com critérios definidos com antecedência ou não. O exercício ou a faculdade de criticar acontece a todo momento no nosso dia-a-dia.

Além das críticas culturais citadas anteriormente, outras áreas de atuação contam com a presença de uma atividade de análise mais profunda capaz de apontar erros e acertos, baseando em suas formas de trabalho e características próprias. O cenário não é diferente na comunicação e no jornalismo. Na esteira do descontentamento com as produções e com a postura dos jornalistas, a crítica de mídia, ou *media criticism*, surge como uma tentativa de resgate dos valores da profissão, da qualidade da informação e da responsabilidade que o jornalismo precisa ter junto a sociedade que o consome. Para Madelena Oliveira (2010), a prática é entendida como metajornalismo, pois torna o jornalismo objeto de discurso dos profissionais da área. “Ele [o discurso] visa aceder, vigilante, aos abatimentos morais e aos cansaços do discurso mediático. Categoria crítica por excelência, é, não só o desafio de combate, mas quiçá a própria promessa moderna de resposta à fatalidade histórica do jornalismo.” (OLIVEIRA, 2010, p. 31). Entende-se por mídia os meios de comunicação de massa que transmitem notícias e informação como rádio, televisão, revistas e internet (escopo que interessa a este trabalho); ademais, entram no conceito programas de entretenimento, a exemplo das novelas, e a publicidade (SANTAELLA, 2002).

Os conteúdos que se propunham a fiscalizar os meios de comunicação começaram a ser publicados nos Estados Unidos, na década de 1960. No Brasil, jornalistas e escritores como Lima Barreto, Godinho da Fonseca, Otávio Malta, Paulo Francis, Sérgio Augusto e

Sinval Itacambira Leão são listados como pioneiros na crítica de mídia no país com produções entre os anos 1940 e 1960 (DINES, 1982; CARRATO, 2002). As análises da cobertura da imprensa eram publicadas nos veículos em que trabalhavam, apesar de serem feitas sem muitos critérios em comparação com o que é feito hoje em dia. O movimento de crítica dos conteúdos jornalísticos ganhou mais repercussão com o trabalho do jornalista Alberto Dines (CARRATO, 2002; LOURES, 2008; AZEREDO, 2019a).

Em 1965, o jornalista, na época editor-chefe do Jornal do Brasil (JB), criou os “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”, que contaram com 49 edições publicadas ao longo de oito anos para aprimorar o trabalho da redação (JAWSNICKER, 2008). As críticas de Dines continuaram na Folha de S. Paulo com o lançamento da coluna “Jornal dos Jornais”, que circulou entre 1975 e 1977 e teve grande repercussão, mas que deixou de ser publicada após a demissão do jornalista por pressão da Ditadura Cívico-Militar (regime autoritário de sucessivos governos militares entre 1964 e 1985). Porém, Alberto Dines manteve a crítica de mídia viva no jornal O Pasquim e na revista Imprensa e foi um dos fundadores do Observatório da Imprensa<sup>7</sup>, site que reúne artigos sobre crítica de mídia e que é considerado uma das grandes iniciativas deste campo junto com o Instituto Gutenberg<sup>8</sup> (LOURES, 2008; FRANZONI, 2013).

Essas produções inspiraram a criação, em 2005, da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (RenoI)<sup>9</sup>. O projeto reúne propostas de universidades e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que desenvolvem conteúdos com um olhar atento à mídia e que estão engajadas com a educação midiática, buscando “disseminar uma cultura efetiva de consumo crítico da informação jornalística” (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 2). Para Motta (2008), os observatórios que se dedicam a monitorar a mídia surgem no contexto de consolidação da democracia brasileira, em que há espaço para a crítica, e no contexto em que os descontentamentos com a imprensa ainda não foram superados. Tais realizações estão livres da influência dos interesses das empresas jornalísticas e da indústria cultural e propõem soluções para os problemas apontados (MOTTA, 2008). Além dos observatórios, conselhos de imprensa e produções acadêmicas, as críticas de mídia também estão presentes nas colunas dos *ombudsmän*<sup>10</sup> dos jornais que serão apresentadas mais adiante neste capítulo. Tais

---

<sup>7</sup> Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/>. Acesso em: 19 out. 2023.

<sup>8</sup> Instituto Gutenberg. Disponível em: <http://www.igutenberg.org/>. Acesso em: 19 out. 2023.

<sup>9</sup> Rede Nacional de Observatórios de Imprensa. Disponível em: <https://observatoriodamidia.ufes.br/rede-nacional-de-observatorios-de-imprensa-renoi>. Acesso em: 19 out. 2023.

<sup>10</sup> A palavra *ombudsman* é de origem sueca cujo plural é *ombudsmän*, segundo Mendes (2007). Este trabalho seguirá com esta regra. Algumas referências aqui citadas como Costa (1991), Loures (2008) e Franzoni (2013)

iniciativas também são vistas como práticas metajornalísticas, retorno ao conceito de metajornalismo de Oliveira (2010, p. 246), e ajudam a disseminar a “necessidade de uma entidade independente de observação e controlo dos jornalistas”.

Assim, a crítica de mídia se estrutura em artigos de opinião que avaliam a cobertura jornalística dos acontecimentos nos mais diferentes meios. Os apontamentos variam desde a superficialidade e dramatização no tratamento dos fatos até a falta de investigação e precisão das informações repassadas ao público. Eles ainda se estendem à denúncia de invasão de privacidade, obtenção de informação por meios ilegais e subordinação aos interesses econômicos e ideológicos das empresas de comunicação ante ao interesse da população (CHRISTOFOLETTI; DAMAS, 2006).

Apesar de parecer que estão claros, os critérios usados para fazer esta análise não estão previamente estabelecidos ou organizados para o público, o crítico e o criticado. Os parâmetros usados variam de autor para autor e de veículo para veículo (MARCONDES FILHO, 2002; BITTENCOURT, 2016). Em sua tentativa de sistematizar os critérios técnicos usados em críticas sobre a cobertura noticiosa, Bittencourt (2016) identificou sete categorias de apontamentos realizados nas matérias, colocadas aqui de maneira resumida: (1) origem, complexidade e apuração da informação; (2) quantidade, diversidade e abordagem das fontes; (3) construção e edição do texto; (4) estética e informação dos recursos audiovisuais; (5) leitura da realidade/interpretação dos fatos; (6) inteligibilidade ao transmitir as informações; e (7) ideologia expressa nas escolhas do jornalista. As categorias de análise precisam ser claras e embasadas em argumentos que justifiquem e credibilizem as críticas apresentadas, como conclui a autora.

Esta explanação garante uma análise detalhada do produto e a inclusão da sociedade na discussão, tendo em vista que detalha ao leitor da crítica o processo de análise. Convém dizer que assim como o jornalista reproduz sua visão de mundo quando produz a notícia, o crítico também reproduz sua visão sobre o jornalismo (BITTENCOURT, 2016, p. 83).

Para Motta (2008), cobertura jornalística também pode ser analisada conforme a abordagem do tema, observando questões de preconceito, clareza, completude e proposição de soluções; a elaboração do produto, verificando o enquadramento dado ao assunto e se os elementos multimídia são ilustrativos e relacionados com o tema; e a pluralidade de vozes, identificando quem são/quantas são as fontes, espaço dado a cada uma e se todos os

---

usam o plural *ombudsmen* definido pela Organização dos Ombudsmen de Imprensa (ONO). Outros como Azevedo (2019) usam o termo *ombudsmans*. Já Carrato (2002) preferiu usar *ombudsman* sem flexão de número.

envolvidos foram ouvidos. Em resumo, as abordagens críticas podem se basear nos valores e técnicas presentes no Jornalismo, avaliando se foram cumpridos ou não, bem executados ou não. Vale ainda ressaltar que a aplicação dos critérios podem mudar de acordo com objeto de análise e objetivo do crítico (MOTTA, 2008).

Junto com o autor, Braga (2006) e Prado (2018) também dissertam sobre a necessidade de uma postura responsável que não apenas aponte os erros, mas que também indique caminhos para uma melhor cobertura jornalística e que promova um debate social a respeito da mídia. As críticas devem buscar ampliar a visão sobre o acontecimento sem cair em dicotomias e polarizações, oferecer novas interpretações que fogem ao senso comum, dar espaço a outros pontos de vista e questionar os modos de fazer (SOARES; SILVA, 2016; PRADO, 2018). Em síntese, elas têm a função de despertar o senso crítico e prover as competências necessárias para que a sociedade interaja e seja uma produtora/receptora proativa no processo de comunicação (BRAGA, 2002; 2006). Isso porque “quaisquer meios de comunicação ou mídias são inseparáveis das formas de socialização e cultura que são capazes de criar, de modo que o advento de cada novo meio de comunicação traz consigo um ciclo cultural que lhe é próprio” (SANTAELLA, 2002, p. 45-46).

Mas quem é esse crítico? Quem pode fazer essa crítica? Para Marcondes Filho (2002, p. 22-23) é alguém que precisa ter estudado o objeto alvo de análise: não é “expert” buscando seguidores, é apenas um “especialista”. Neste grupo estão jornalistas, professores e pesquisadores do Jornalismo e da Comunicação, conforme citados anteriormente neste capítulo. Os estudantes, ativistas, movimentos sociais e outros setores da população também são considerados, por Braga (2006) e Motta (2008), como possíveis autores dessa leitura ativa e crítica dos produtos jornalísticos. O primeiro autor enfatiza que a “crítica especializada” e a “crítica da sociedade” não se sobrepõem nem ocupam o espaço uma da outra: a primeira oferece vocabulário crítico e métodos, e a segunda, percepções e lógicas baseadas no dia-a-dia (BRAGA, 2006, p. 49).

Juntos, eles formam o que Bertrand (1999; 2002) nomeou de Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia (MARS)<sup>11</sup> e classificou quanto a sua natureza (documentos impressos ou difundidos por radiotelevisão; pessoas, indivíduos ou grupos; e processos, longos ou curtos) e sua atuação (internos, externos e cooperativos). A título de exemplificação, são listadas diversas iniciativas de crítica das práticas midiáticas como: códigos e comitês de ética, revistas e sites críticos, *ombudsmän*, cursos de aperfeiçoamento

---

<sup>11</sup> Os MARS, do inglês MAS (*Media Accountability Systems*), se baseiam no conceito de *accountability*. O termo é originário da ciência política e se refere a ideia de prestação de contas e responsabilização (PAULINO, 2008).

dos jornalistas e cursos de educação midiática. De acordo com o autor e Paulino (2008; 2010), esses meios buscam monitorar e assegurar que os veículos de comunicação estejam cumprindo com sua responsabilidade social, como vimos no início deste capítulo. Através da observação e análise, eles tomam conhecimento do que “a mídia faz e não faz em comparação com o que deveria fazer” (BERTRAND, 2002, p. 35).

O caminho de desenvolvimento deste campo começa com a elaboração de conteúdos que analisam a mídia em geral e depois afunila para estudos sobre produtos específicos, como programas de televisão, cobertura de um evento e tratamento de um grupo social específico nos jornais. Quanto mais desenvolvido for o coletivo ou a pessoa autora da crítica, mais a análise será delimitada, pois demonstrará competência para fazer conexões e distinções, interpretar o produto e julgar suas qualidades e defeitos, como delineia Braga (2006). Portanto, a crítica de mídia se constrói através de trocas entre diferentes visões e grupos sociais, partindo de uma análise macro da mídia até se desenvolver para apontamentos de produtos que compõem o micro.

Os exemplos citados até aqui versam sobre a análise apresentada no formato de trabalhos acadêmicos, de artigos de opinião em observatórios e de comentários publicados na versão online dos jornais ou em redes sociais. A crítica também se materializa na organização de conselhos de imprensa e de ética presentes dentro e fora dos veículos, e de projetos de educação midiática. Porém, a literatura sobre crítica de mídia também abarca as análises da cobertura noticiosa realizadas dentro das próprias redações através das figuras dos *ombudsmän* (BRAGA, 2006; LOURES, 2008; SOARES; SILVA, 2016; BITTENCOURT, 2016), tópico que será desenvolvido a seguir.

### **2.3 O que é *ombudsman***

O cargo do *ombudsman* dentro de um meio de comunicação é destinado a realizar a crítica dos conteúdos publicados de acordo com a proposta do veículo. Em alguns momentos, o olhar do *ombudsman* também se volta para a imprensa como um todo. A crítica se baseia nos conhecimentos do profissional e nas opiniões do público, que se pronuncia através de comentários nos sites dos próprios veículos ou em redes sociais e de e-mails enviados à redação. Mas antes de ser um cargo na imprensa, o *ombudsman* começou como função de governo.

O cargo foi criado na Suécia com a nomeação de um chanceler de justiça pelo governo, em 1713, mas somente em 1809 a função foi devidamente regulamentada e

oficializada através de uma lei publicada. Antes e agora, o *ombudsman* tem a atribuição de receber as reclamações da população, investigá-las e buscar resolvê-las. As queixas consistem em questões de bem-estar social, do sistema judicial e de repartições públicas. Desde sua instituição, o profissional é eleito pelo Parlamento e, até 1941, tinha mandato de um ano, podendo ser renovado sem restrições. Naquele ano, mudanças na lei de criação do ofício ampliaram o tempo de permanência para quatro anos, podendo renovar por três mandatos consecutivos. A expansão da adoção do cargo de *ombudsman* ou de funções semelhantes começou por países vizinhos à Suécia, como Finlândia, Dinamarca e Noruega e se alastrou por outros países fora da Europa já na segunda metade do século XX (FRANZONI, 2013). A atribuição se assemelha ao que conhecemos como ouvidor e ouvidoria cuja origem remonta a cargos semelhantes presentes na Roma Antiga, no Egito Antigo, no Império Persa, na Grécia Antiga e na Dinastia Han chinesa (MATA, 2002<sup>12</sup> *apud* OLIVEIRA; PAULINO, 2012; SILVA, 2004<sup>13</sup> *apud* MENDES, 2007). Dessa maneira, o *ombudsman* é aquele que representa e dá encaminhamento aos interesses do público dentro de instituições públicas ou privadas (LOURES, 2008).

No Brasil, o ouvidor enquanto função governamental existe desde 1538 quando o país ainda era colônia portuguesa, como lembra Mendes (2007). O autor ainda relembra a criação da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão (Codici) a nível nacional e do ouvidor-geral na Prefeitura de Curitiba, ambos em 1986, com atribuições parecidas com a do *ombudsman* sueco. Outras ouvidorias foram instituídas nos anos seguintes junto com a fundação da Associação Brasileira de Ouvidores/*Ombudsman* (ABO), em 1995, e a publicação do Código de Ética do Ouvidor, em 1997 (MENDES, 2007). O espaço também foi adotado por empresas, associações, instituições e indústrias brasileiras (GADINI, 2014).

O cargo de *ombudsman* na imprensa foi implementado em alguns países no início do século XX – mesmo período de expansão da função relacionada ao governo. O representante do leitor apareceu nos Estados Unidos (The New York World – 1913; Courier-Journal – 1967), na Suécia (Conselho Sueco de Imprensa – 1916) e no Japão (Asahi Shimbun – 1922; Yomiuri Shimbun – 1951). A ideia se proliferou para veículos em diversos países com o propósito de fiscalizar a produção jornalística e receber e dar providências às reclamações do público (MENDES, 2007; COSTA, 1991). Hoje, 87 *ombudsmän* de 28 países diferentes

---

<sup>12</sup> MATA, Maria José. **A autocrítica no jornalismo**. Coimbra: Minerva, 2002.

<sup>13</sup> SILVA, Lilian Alves da. **Considerações sobre o perfil do ombudsman no Brasil e sua inserção na atividade de Relações Públicas**. 2004. Monografia (pós-graduação lato sensu no curso de Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.



constam como associados no site<sup>14</sup> da Organização dos Ombudsmen de Imprensa (*Organization of News Ombudsmen & Standards Editors - ONO*), criada em 1980. De acordo com a organização, o espaço do *ombudsman* é sobre “fornecer ao público o acesso à mídia que ele precisa e merece. É uma forma de manter o jornalismo honesto, confiável e sempre a serviço dos cidadãos” (DVORKIN, 2020, p. 18, tradução nossa). Além de ter experiência e conhecimento das técnicas e valores que regem a profissão, o perfil exigido é de alguém capaz de promover reflexão e transparência sobre os processos do área (MESQUITA, 2002; BRAGA, 2006).

O ocupante do cargo atua como uma ponte entre o público e o jornal, recebendo queixas e comentários e representando o consumidor, ou seja, um “mediador”, segundo Cornu (1998, p. 41). Na mesma linha de raciocínio, Fidalgo (2001, p. 6) classificou o provedor do leitor – nome dado ao *ombudsman*/ouvidor em Portugal – como alguém que está entre “o pólo dos leitores e o pólo dos jornalistas”. Nesta abertura de espaço e reprodução das opiniões dos consumidores, Franzoni e Furtado (2011, p. 127), ao estudarem o *ombudsman* do portal UOL, entendem que o ocupante do cargo “utiliza o discurso dos internautas para ajudar a legitimar o seu espaço no portal, como os outros jornalistas se utilizam das fontes para dar credibilidade às notícias”. Mas o compromisso não está restrito somente a estas duas esferas: estende-se também aos gestores dos meios de comunicação e aos setores da sociedade interessados em melhorar o serviço de ouvidoria (COELHO, 2019). Um desses mediadores, o jornalista e *ex-ombudsman*/provedor do leitor do jornal português Diário de Notícias, Mário Mesquita, elencou sete níveis de atuação ideais a serem cumpridos por quem está à frente da crítica:

- ele discute o jornal em suas próprias páginas, prolongando no espaço público o debate sobre as decisões editoriais que tradicionalmente não saía das redações e do meio jornalístico (função *crítica e simbólica*);
- estabelece uma ponte com os leitores, respondendo às reclamações e às críticas (função *mediadora*);
- cuida da retificação dos dados inexatos e incompletos, apelando, se necessário, para peritos (função *corretiva*);
- recomenda à hierarquia medidas destinadas a reparar atos suscetíveis de lesar os direitos dos leitores (função *persuasiva*);
- explica ao leitores os mecanismos de produção jornalística, desde a relação com fontes até a seleção das informações (função *pedagógica*);
- ele pode, por sua crítica, influenciar (eventuais) decisões dos editores e jornalistas (função *dissuasiva*);
- pode favorecer o debate sobre temas políticos, econômicos e sociais (função *cívica*) (MESQUITA, 2002, p. 235).

---

<sup>14</sup> ONO Members around the world. Disponível em: <https://www.newsombudsmen.org/regular-members/>. Acesso em: 21 out. 2023

Apesar das funções, Mesquita lembra que não é possível executar todas em sua plenitude em razão da organização e dos interesses corporativos dos jornais (MENDES, 2007; COELHO, 2019). De acordo com Coelho (2019), existem condições que influenciam na implementação – e na manutenção – dos *ombudsmän* nos veículos de comunicação. São elas: (1) contexto sócio-político ao qual estão submetidos; (2) contexto organizacional refletido nas expectativas do cargo e no formato de trabalho; (3) estrutura de atuação que depende do tipo de conteúdo a ser analisado; e (4) perfil do serviço de *ombudsman* que, além de definir se é individual ou em equipe, exige equipamentos e estrutura administrativa para ser executado.

Em solo brasileiro, o Jornal do Brasil e o Estado de S. Paulo, em 1982 e 1986, respectivamente, tentaram implementar o cargo, mas não vingaram. Sendo assim, o *ombudsman* da Folha de S. Paulo, introduzido em 1989 e que permanece até hoje, é considerado o primeiro no país e na América Latina (CARRATO, 2002; MENDES, 2007; COSTA, 1991). Os jornais Correio da Paraíba (Paraíba), Diário do Povo (São Paulo), O Povo (Ceará), A Notícia (Santa Catarina), Jornal da Manhã e o extinto Estado do Paraná (Paraná), a TV Cultura (São Paulo) e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC - nacional) ampliaram o espaço para a atuação da crítica nos anos 1990 e 2000. Outros exemplos a serem citados são os blogs do *ombudsman* nos portais do UOL e do IG, inaugurados em 2007 (FRANZONI; FURTADO, 2011), mas que já foram encerrados. Poucos mantêm o cargo em atividade até hoje, como é o caso da Folha de S. Paulo e de O Povo (GADINI, 2014; COELHO, 2019).

O trabalho do *ombudsman* se materializa em críticas internas, respostas aos leitores/ouvintes/espectadores e em colunas de opinião, seu principal produto, publicadas com uma determinada periodicidade (COSTA, 1991; MESQUITA, 2002). Outros formatos de críticas podem ser desenvolvidos, como programas de rádio e de televisão (DVORKIN, 2020). A Ouvidoria da EBC, por exemplo, trabalha atualmente com o programa de rádio Momento da Ouvidoria e com os relatórios bimestrais e anuais sobre os conteúdos publicados em seus veículos (EBC, 2023a, 2023c). A empresa também já transmitiu outros programas de crítica de mídia como Rádio em Debate, O Público na TV, Observatório da Imprensa e Coluna da Ouvidoria (EBC, 2023b; COELHO, 2019).

Porém, fazer a crítica não significa que ela será acatada pela redação. Um questionário aplicado por Christofolletti (2017) com ex e atuais *ombudsmän* da Folha de S. Paulo, de O Povo e da EBC e com um crítico do Observatório de Imprensa mostra que há casos de dificuldade de assimilação das críticas e promoção de mudanças. Mesmo com obstáculos na implementação e na atuação, há um desejo de manutenção desses mecanismos de crítica de mídia, por contribuírem com a responsabilidade e a credibilidade almejada pelos veículos

(BERABA, 2005; CHRISTOFOLETTI, 2017). “Ter alguém cuidando especificamente da acuidade da informação nos jornais, então, deixou de ser luxo e virou necessidade”, como afirma o primeiro *ombudsman* da Folha de S. Paulo, Caio Túlio Costa (1991, p. 19).

### 2.3.1 *Ombudsman da Folha de S. Paulo*

A Folha de S. Paulo se configura como objeto de pesquisa por ser o veículo pioneiro na instalação do *ombudsman* no Brasil e na América Latina e por manter o cargo ativo até os dias atuais. Foi a partir da coluna publicada em 2020, conforme foi justificado na introdução, que me inspirei a estudar o *ombudsman*. A implementação do cargo no jornal aconteceu em 1986, durante uma reestruturação e modernização da redação, conhecida como Projeto Folha, que busca produzir um “jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (MANUAL, 2007, p. 10). Porém, a sala destinada à função só foi ocupada três anos depois, em 1989, pelo jornalista Caio Túlio Costa e com a publicação da coluna “Quando alguém é pago para defender o leitor” (COSTA, 1991).

Costa (1991) lembra que a Folha se animou na época com a ideia de ter alguém para receber e dar encaminhamentos às reclamações dos leitores ao ver a presença desse tipo de mediador no jornal espanhol El País e no estadunidense The Washington Post. Ao longo destes 34 anos ininterruptos da presença dos *ombudsmän* na Folha, 14 jornalistas ocuparam o cargo de acordo com levantamento do próprio jornal (2021): Caio Túlio Costa (1989-1991), Mario Vitor Santos (1991-1993 e 1997), Junia Nogueira de Sá (1993-1994), Marcelo Leite (1994-1997), Renata Lo Prete (1998-2001), Bernardo Ajzenberg (2001-2004), Marcelo Beraba (2004-2007), Mário Magalhães (2007-2008), Carlos Eduardo Lins da Silva (2008-2010), Suzana Singer (2010-2014), Vera Guimarães Martins (2014-2016), Paula Cesarino Costa (2016-2019), Flávia Lima (2019-2021) e José Henrique Mariante (2021-dias atuais<sup>15</sup>).

Assim, a função do *ombudsman* começou com mandato de um ano, podendo ser renovado por mais um e com estabilidade no jornal de dois anos após deixar o cargo. Hoje, quem ocupa a função é um jornalista do próprio jornal eleito pela direção para um mandato de um ano, podendo ser renovado até três vezes. Durante esse período, o *ombudsman* não pode ser demitido e tem estabilidade após o término do trabalho, mas sem um prazo definido<sup>16</sup>

<sup>15</sup> O mandato de José Henrique Mariante foi renovado até maio de 2024. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/ombudsman-da-folha-tem-mandato-renovado-por-um-ano.shtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

<sup>16</sup> Informação confirmada pelo e-mail ombudsman@grupofolha.com.br em 08 de dezembro de 2023.

(CARRATO, 2002; FRANZONI, 2013; AZEREDO, 2019a). No dia-a-dia, o profissional redige críticas internas que circulam na redação de segunda a sexta-feira; atende o leitor através de cartas, telefonemas, e-mails e até presencialmente para receber e dar prosseguimento a suas demandas; e publica uma coluna no impresso e no online aos domingos. Rotina que segue até os dias atuais desde a criação do cargo (MANUAL, 2007; FOLHA DE S. PAULO, 2024).

A crônica dominical é o principal produto do *ombudsman* por ser veiculada externamente no jornal. No online, os textos estão na coluna do *ombudsman*<sup>17</sup> e no impresso variam entre as páginas 6 e 7, ambos são acessíveis somente para assinantes. Nela, estão presentes críticas sobre a cobertura jornalística da semana, as reações dos leitores e, em alguns casos, comentários sobre os jornais concorrentes e a imprensa como um todo (BERABA, 2005; AZEREDO, 2019a).

Assim como outros exemplos de crítica de mídia, o *ombudsman* se baseia em questões inerentes à produção jornalística como os critérios de noticiabilidade, enquadramento, escolha das fontes, interesse público, checagem de informações, entre outros. Além destas questões, a linha editorial e os padrões definidos pelo Projeto Folha e pelo Manual de Redação, respectivamente, também norteiam o discurso do *ombudsman* do jornal (BRAGA, 2006; BRONOSKY, 2010; FRANZONI, 2013). Retomando Bittencourt (2016) e complementando com Bronosky (2010), os parâmetros usados devem ser claros e firmes para uma melhor compreensão e aceitação:

Por ser de dentro, *ombudsman* é obrigado por sua função, a comentar a produção de seus colegas, muitos deles parceiros de seção. Essa proximidade pode colocar em xeque a credibilidade dos comentários, por isso os comentários devem ser embasados em dados objetivos. Quando os veículos possuem manuais de redação, a atividade crítica se torna mais objetiva e clara, uma vez que há padrões previamente explicitados via manual de redação (BRONOSKY, 2010, p. 103).

Os repórteres não são obrigados a responder às críticas internas ou externas e que é tarefa da Direção de Redação coordenar este trâmite (MANUAL, 2007). “O *ombudsman* da *Folha* não tem autoridade, entretanto, para decidir quais correções serão publicadas. Ele aponta o erro e sugere correção [...] A direção do jornal acata ou recusa a sugestão” (COSTA, 1991, p. 27, grifos do autor). Além disso, o direcionamento das críticas na hora de escrever também é motivo de atenção do *ombudsman*. Marcelo Beraba (2005), *ex-ombudsman* do jornal, lembra que suas críticas eram em relação ao trabalho jornalístico e ao que foi

<sup>17</sup> Coluna do *Ombudsman*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/>. Acesso: 26 out. 2023.

publicado, nunca às pessoas, suas intenções e opiniões. Entretanto, mesmo com critérios objetivos, a crítica não deixa de ter o seu lado subjetivo expresso através do conhecimento dos processos internos do jornal e da experiência do *ombudsman* enquanto jornalista. A mesma subjetividade também vai estar presente do lado do criticado: o que o *ombudsman* aponta como falha pode não ser entendida como tal ou pode ser justificada pelo repórter, colunista ou diretor de redação. A partir disso, as críticas podem ser amenizadas ou fortalecidas, como observa Braga (2006) e Azeredo (2019a).

As críticas feitas pelo *ombudsman* também foram assunto da pesquisa de Azeredo (2019a), que classificou as considerações feitas entre 1989 e 2019 de acordo com as intensidades fraca, moderada e forte. Em uma breve contextualização, (1) as fracas são aquelas que a justificativa para o errado foi apresentada e aceita pela coluna, o problema não está no título e foi cometido por outros veículos; (2) as moderadas não possuem justificativa e se possuem não foram aceitas, o problema está no título e foi cometido por outros veículos ou somente pela Folha; (3) as fortes não possuem justificativa e se possuem não foram aceitas, o problema está no título e foi cometido somente pela Folha.

A pesquisadora se ateu à análise deste último grupo, somando 71 colunas com a presença de críticas fortes dentro de um *corpus* total de 1.346 textos recolhidos. Dentro do período estabelecido, os problemas mais frequentes estão relacionados à “falta de informação”, seguida de “destaque para informações de pouca relevância” e “informações distorcidas”. Quanto aos temas delimitados na pesquisa, as editoriais de “política” e de “cotidiano” concentram quase metade das coberturas jornalísticas criticadas ao longo de três décadas (AZEREDO, 2019a, p. 87-88).

Apesar de Carrato (2002, p. 5) dizer que o *ombudsman* tem um “vício de origem: o profissional é escolhido pela direção da publicação a qual terá por função avaliar e criticar”, os titulares da função não deixaram de mostrar a autonomia que o cargo possui dentro da redação e a sua importância para o Jornalismo. Na esteira das recorrentes falhas em coberturas e na execução dos deveres da profissão, a presença da crítica dentro do jornal contribui para a consciência e responsabilidade dos jornalistas em relação ao público que o consome e o mantém.

Os *ombudsmän*, enquanto um tipo de crítica de mídia, não estão sozinhos nessa tarefa: além dos leitores/ouvintes/telespectadores, os códigos de ética, observatórios da imprensa e publicações críticas estão atentos aos que os jornalistas e os meios de comunicação estão fazendo ou deixando de fazer, como e para quem estão fazendo. Na Folha de S. Paulo, a atuação do representante do leitor é uma exemplificação do formato de trabalho que parte dos

princípios básicos da profissão, passando por questões técnicas internas previstas no manual que avança para ouvir – e quem sabe atender – as demandas do seu consumidor e melhorar o seu Jornalismo. Afinal, “a credibilidade é e será cada vez mais a moeda de troca em se tratando dos veículos de comunicação” (CARRATO, 2002, p. 15).

Nessa perspectiva, no próximo capítulo vamos abordar aquilo que é objeto da crítica do *ombudsman*, a cobertura jornalística, a partir da conceituação de acontecimento, com destaque para a definição de acontecimento agendado. Em seguida, o desenvolvimento de assuntos como jornalismo político, eleições no Brasil e Eleições de 2022 – foco deste estudo – irão permitir olhar para as colunas de crítica com mais propriedade. O aprofundamento destes tópicos a serem tratados a seguir, somados às questões trazidas neste capítulo a respeito do trabalho executado pelo *ombudsman*, irão contribuir para que seja feita uma análise contextualizada do *corpus* ao final da pesquisa.

### 3 ELEIÇÕES COMO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO POLÍTICO

As eleições presidenciais, tema desta pesquisa, acontecem de quatro em quatro anos na democracia brasileira e, como evento de grande magnitude e complexidade para a sociedade, o jornalismo se ocupa deste assunto com antecedência. Por esta razão, o trabalho busca conceituar o que é acontecimento no jornalismo e em qual definição o acontecimento das eleições se encaixa. Neste sentido, a editoria de Política, responsável pela cobertura dos fatos relacionados à esfera pública política, também tem sua dinâmica retratada a seguir. Subsequentemente, o trabalho apresenta um histórico da cobertura das eleições pela imprensa desde a redemocratização. Em conjunto com o primeiro capítulo, este segundo completa a contextualização necessária para estudar o objeto de análise.

#### 3.1 O acontecimento no jornalismo

O Jornalismo não trata de todos os acontecimentos que movimentam o cotidiano. O que sai na capa dos jornais ou das revistas, ganha destaque na *homepage* de portais informativos ou é manchete listada na escalada no telejornal foi selecionado conforme os critérios de noticiabilidade que regem o dia-a-dia da profissão. Assim, o acontecimento como matéria-prima das notícias é, num primeiro momento, o que causa ruptura, variação, foge à norma, é inesperado e excepcional de acordo com uma realidade consensual – unânime, todos pensam e são afetados da mesma maneira – construída a partir dos parâmetros sugeridos pela convivência social, os chamados “mapas culturais” (HALL *et. al*, 1999, p. 226); portanto, o jornalismo utiliza estas balizas para avaliar o que é comum/incomum e, assim, compreender o evento (BENETTI, 2010). Esse acontecimento é construído a partir da “modificação” que provoca em um contexto, passando pela “percepção” dos sujeitos inseridos no contexto até o momento de sua “significação”, em que lhe é conferido “uma razão de ser” como descreveu Charaudeau (2013, p. 99-100).

Seguindo a linha de raciocínio do mesmo autor (CHARAUDEAU, 2013), os acontecimentos são selecionados de acordo com suas potencialidades e com as estratégias da imprensa para além dos critérios citados anteriormente. Para ser um acontecimento jornalístico, é preciso ser atual (pouca distância temporal entre o ocorrido e o relato do ocorrido), imprevisível (ruptura inesperada) e sociável (inserção na realidade e capacidade de repercussão entre os indivíduos). Como muitos fatos transformam o mundo o tempo todo, o jornalismo ainda os selecionam de acordo com a distância espacial (proximidade ou

afastamento do evento) e hierarquia dos acontecimentos, divididos entre externos (tipos de acontecimento) e internos (critérios de cada veículo).

Os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si “naturalmente” noticiáveis. “As notícias” são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL *et al.*, 1999, p. 224, grifos dos autores)

Mesmo com esse roteiro, o processo de interpretação e de significação do acontecimento foge do controle e intenção dos jornalistas, afinal a sociedade não é homogênea. Ao mesmo tempo em que ela compartilha conceitos, juízos e códigos em comum que une os indivíduos enquanto população, também existem particularidades e pontos de vista inerentes a cada grupo social que são igualmente usados na assimilação dos fatos (HALL *et al.*, 1999; CHARAUDEAU, 2013; BENETTI, 2010). Por estas razões, os “mapas de significados” ou “mapas culturais” de que falam Hall *et al.* (1999, p. 226) e o “universo de valores de uma sociedade em determinado momento” de Lana e Simões (2012, p. 217) permitem o uso de um discurso consensual da imprensa para conferir sentidos, contextualizar e tornar um acontecimento inteligível, mas somente até certo ponto. Este mesmo *background* sociocultural também é ponto de partida para a crítica de mídia como descrito no capítulo 2.

Nesse cenário, entra o conceito de acontecimento público definido por Weber (2011) que abarca diferentes características, possibilitando a classificação e compreensão:

Um acontecimento público é capaz de causar impactos, desordens e mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e organizações midiáticas, pois sua ocorrência está atrelada à vida, à morte ou ao interesse público, como escândalos, manifestações públicas, celebrações esportivas, catástrofes ou a morte de celebridades. Esse tipo de acontecimento é capaz de despertar paixões individuais ou coletivas [...] Alguns acontecimentos alteram o cotidiano e irrompem dos campos político, social, religioso, cultural, institucional e da própria natureza. Provocam reações públicas, ocupação do tempo e do espaço midiáticos e manifestações de interesse político. São diferentes em sua natureza e origens e, conseqüentemente, no interesse que despertam. Podem ser inusitados, inesperados ou planejados estrategicamente (WEBER, 2011, p. 191).

Nessa toada, a autora (2011) classifica os acontecimentos públicos de acordo com sua natureza, ou seja, os assuntos que expressam: acontecimentos políticos (eleições, plebiscitos, acordos e ações governamentais), da natureza (enchentes, terremotos e secas), sociais (manifestações e reivindicações), religiosos (rituais e comemorações de divindades) e culturais (carnaval, shows e competições esportivas). Todos esses tipos podem ser associados à política na medida em que necessitam de investimentos ou da aprovação/reprovação de uma



matéria legislativa, por exemplo. Além destas características, a capacidade de mobilização, de manutenção da sua relevância e de impacto na vida das pessoas conferem ao acontecimento público a possibilidade de ser apreendido pela mídia e de atrair instituições políticas, transformando-se em um espetáculo político-midiático (WEBER, 2011).

A seleção e apropriação dos acontecimentos pelos meios de comunicação seguem seus critérios internos, principalmente os de noticiabilidade, encaixando-os em seus gêneros, linguagens e produtos para o consumo inteligível do público. A construção deste espetáculo, podendo ser exemplificado pelo evento das eleições, depende da “participação e dos investimentos passionais, comunicacionais e financeiros de todos aqueles que dele se apropriaram, nas esferas política, midiática, pública e privada” (WEBER, 2011, p. 195). O espetáculo político-midiático toma forma ao ser objeto da cobertura jornalística em seus diversos formatos, como o radiofônico, televisivo, impresso e online, cada um seguindo suas características, cujos conteúdos produzidos são publicados antes, durante e depois do evento (WEBER, 2011; GADRET; PORCELLO, 2011).

Junto à natureza do acontecimento, lembramos que num primeiro momento ele é imprevisível, “interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido” (FRANÇA, 2012, p. 13), mas acontecimentos programados e suscitados também se tornam notícias. Os programados são eventos e datas importantes que constam no calendário e têm grande inserção na rotina da sociedade como espetáculos esportivos e culturais (campeonatos, olimpíadas, copa do mundo, festivais de cinema e de música etc.) e protocolos políticos (votações, plebiscitos, eleições, posses etc.). Já os suscitados são os eventos preparados estrategicamente para desviar a atenção do público de um assunto, como por exemplo “provocar descontentamento sobre uma medida social para fazer passar outras, revelar um escândalo para a imprensa para encobrir outro caso etc.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 138). Ambos são planejados e induzidos por outros setores da sociedade que buscam a imprensa para divulgação.

O acontecimento programado é um conceito de maior destaque neste trabalho em razão do objeto de análise: críticas presentes nas colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo sobre as Eleições de 2022 a serem analisadas no capítulo 4. Como dito anteriormente, as eleições são acontecimentos programados, cuja periodicidade é de quatro em quatro anos. A denominação deste tipo de acontecimento varia de autor para autor, podendo ser entendido como acontecimento de rotina ou acontecimento previsto (MOLOTCH; LESTER, 1999; BERGER; TAVARES, 2010). Ambos reforçam a ideia de um fato planejado e marcado com certa antecedência, sendo o oposto do acontecimento imprevisível e inesperado. Dessa

maneira, o acontecimento ganha o que Katz (1999, p. 53) chama de “sentido de ocasião”, ou seja, reúne as pessoas em torno de uma mesma situação a ser acompanhada através dos meios de comunicação. “São aqueles acontecimentos que produzem no público a emocionante sensação de fazer parte da história, ou de presenciar a história *sendo escrita*” (BENETTI, 2010, p. 154, grifos da autora). Neste trabalho, as eleições serão tratadas a partir dessa ideia de planejamento e antecipação. Isso porque elas também podem ser tratadas como um evento que gera acontecimentos imprevisíveis: não se sabe como a disputa vai se desenvolver, quem vai de fato se candidatar, quem vai ganhar e quais fatos serão marcantes. Existe uma janela de imprevisibilidade neste acontecimento previsível.

Portanto, os acontecimentos passam por um processo de produção que começa com sua apreensão até sua significação pela sociedade, baseados em suas vivências coletivas e individuais nos lugares em que estão inseridos (HALL *et al.*, 1999; CHARAUDEAU, 2013). Tais acontecimentos podem ser classificados de diversas maneiras a depender do autor ou da autora que se debruça sobre este tema, mas especificamente para este trabalho os conceitos de acontecimento programado, acontecimento público de natureza política e espetáculo político-midiático são os essenciais para pensar o espaço que as eleições têm na rotina de uma sociedade democrática. Os responsáveis por fazer a cobertura deste evento e colocar todas essas concepções em prática são os jornalistas da editoria de Política.

### **3.2 Jornalismo político**

O jornalismo político no Brasil tem a sua trajetória atrelada aos diversos momentos da história do país e, conseqüentemente, da política nacional. De maneira óbvia, a cobertura jornalística da política depende da política, do seu dia-a-dia, das decisões e de quem está/quer estar no poder. O histórico remonta à instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, até a redemocratização, em 1985, como resume Seabra (2006). A atuação dos jornalistas ao longo destes anos tomou diversas formas: posicionamentos contra e a favor; postura vigilante ou condescendente; abertura das páginas para políticos; declaração de apoio explícito a um partido como forma de se manter em circulação; censura e deslocamento para jornais independentes. Atualmente, após a redemocratização, com um novo período democrático e de liberdade de voto, a imprensa também retornou com a cobertura dos assuntos que contribuem para o debate político e das atividades parlamentares – movimento iniciado em 1920 com Barbosa Lima Sobrinho e destacado em 1950 com as análises de Carlos Castelo Branco, na revista O Cruzeiro (SEABRA, 2006).

Além da mudança na forma de tratar da política, a postura dos jornalistas também chama a atenção: a informação correta e apurada anda lado a lado com as opiniões e posicionamentos que ajudam a contextualizar os fatos. “Hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor e não convencê-lo a adotar determinadas ideias” como era feito antigamente (MARTINS, 2008, p. 13). Segundo Cruvinel (2006, p. 213), partiu também do público a demanda por “informação complementar qualificada para a formação de sua própria opinião, sob a forma de análise, interpretação ou opinião política autorizada”. Assim, os comentaristas e as colunas de opinião dividem espaço com os conteúdos noticiosos nos veículos de comunicação. Estes itens estão previstos dentro dos compromissos com a verdade e com a responsabilidade, e das funções de comunicar, vigiar, dar sentidos, interpretar e formar opinião (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; SEABRA, 2006; REGINATO, 2016), aplicados sem distinção a esta área de atuação.

Hoje em dia, a editoria é encaixada no chamado jornalismo especializado, ou seja, aquele que se dedica a cobrir um campo temático específico. As editorias de economia, saúde, esportes, cultura, mundo/internacional compõem este grupo e surgem em oposição às generalidades tratadas pelos jornalistas nos setores geral, cotidiano, sociedade, cidades etc. (MARCHETTI; SERRA, 2020). O desenvolvimento destes tipos de coberturas acontece na medida em que crescem os veículos de nichos e o recrutamento de jornalistas especializados nos assuntos a serem tratados; adicionalmente, no jornalismo político, a modernização e a profissionalização das empresas e a exigência do público por informações de qualidade influenciaram na consolidação do setor (MELO, 2008; MARCHETTI; SERRA, 2020).

Assim, fica a cargo do jornalismo político tratar dos acontecimentos públicos de natureza política, como eleições, votações legislativas, posses, ações governamentais, junto das rotinas de trabalho e dos atores políticos nas esferas municipal, estadual e federal, desde questões administrativas até questões legislativas e executivas que interferem na política (WEBER, 2011; RAMOS, 1970<sup>18</sup> *apud* MELO, 2008). Neste mesmo cenário de interação, a imprensa pode ser uma mediadora de conflitos entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, ou uma vigilante dos poderes visando atender o interesse público (ALBUQUERQUE, 2008; REGINATO, 2016). Isto nos faz retornar ao pensamento que existe uma parcial dependência e uma parcial independência entre o jornalismo e as instituições que são seus objetos de trabalho (COOK, 2011). Afinal, para cumprir com suas funções, os jornalistas da editoria de Política tendem a se aproximar com frequência dos assessores e dos políticos para ter acesso a informações exclusivas e privilegiadas. Ao mesmo tempo, a classe política se beneficia da

<sup>18</sup> RAMOS, José Nabantino. **Jornalismo, dicionário enciclopédico**. São Paulo: Ibrasa, 1970.

visibilidade conquistada para atrair a atenção do futuro eleitor (BEZERRA, 2005). Esta relação é retroalimentada “com novas informações, como as que são produzidas nos bastidores de cada candidatura: propostas, recados, intrigas, escândalos, boatos e tudo que puder garantir alguns votos a mais ou, no mínimo, alguns a menos no saldo dos adversários” (BEZERRA, 2005, p. 10-11).

Apesar da mediação e fiscalização pretendidas, a imprensa também pode retratar a política como um jogo de interesses, uma competição com vencedores e perdedores na articulação/estratégia política (PORTO, 2004). Porém, isso mostra uma polarização e não uma discussão dos assuntos em si (MONT’ALVERNE, 2013), refletindo assim o enquadramento dado pelos jornalistas durante a cobertura. Enquadramentos, ou *framings*, são os recursos utilizados para selecionar o enfoque, enfatizar ou excluir determinado aspecto de um acontecimento, influenciado na apresentação e na interpretação dos fatos (PORTO, 2004; LEAL, 2007). “Ou seja, o jornalista opta enquadrar um fato de uma determinada forma e não de outra, enfocando assim uma parte da realidade em detrimento de outra” (LEAL, 2007, p. 2). Os enquadramentos são estudados pela academia de maneira generalizada (aplicados em toda mídia) ou de maneira específica (cada veículo ou programa tem o seu), como elenca Porto (2004), que também ressalta que jornalistas podem apresentar seus próprios enquadramentos em colunas de opinião ou em conteúdos de análise – como é o caso do *ombudsman*.

A seletividade, como vimos anteriormente, é necessária para que o jornalismo consiga dar atenção aos acontecimentos, mas pode carregar consigo algum viés e influenciar – ainda mais – na leitura e na circulação dos fatos na sociedade. De acordo com Cook (2011, p. 206), a seleção dos fatos em si não carrega um viés, um modo de ver, mas passa a carregar quando “dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e questões receberem maior cobertura e forem apresentados mais favoravelmente que outros”. Os vieses são classificados em

viés político (derivado de preferências políticas individuais ou coletivas dos jornalistas); viés situacional (um ator político se engaja em comportamentos específicos menos ou bem situados para receber cobertura); e viés estrutural (atores políticos obtêm melhor cobertura correspondendo à demandas do meio de comunicação, inclusive na busca de histórias oportunas, claras, facilmente apresentáveis, vívidas, coloridas, visualizáveis) (HOFSTETTER, 1978, p. 3<sup>19</sup> *apud* COOK, 2011, p. 207).

---

<sup>19</sup> HOFSTETTER, C. Richard. News bias in the 1972 campaign: a cross-media comparison. **Journalism Monographs**, n. 58, 1978.

Tais orientações ou perspectivas ajudam a ilustrar a relação de dependência/independência entre jornalismo e política, não sendo apenas em cenário amplo em referência ao momento político do país, mas também em cenário restrito com a interferência dos atores no próprio noticiário. Dessa maneira, com a interferência de tantos fatores, o jornalismo político opta por fazer a cobertura de um fato em detrimento de outro ou é instado a fazer, enquadrando-o de uma maneira específica que irá conferir sentidos e significados dentro da disputa dos jogadores políticos. “Os jornalistas podem criar importância e certificar autoridades tanto quanto refleti-la, ao decidir quem deve falar sobre o que e em que circunstâncias” (COOK, 2011, p. 206).

Os conteúdos publicados na editoria de Política, enquadrados de acordo com seus valores e que possuem grande repercussão, influenciam no agendamento, ou *agenda-setting*, de assuntos que serão discutidos e como serão discutidos no dia-a-dia. O conceito de agendamento diz respeito ao jornalismo pautar quais acontecimentos – e suas respectivas leituras – são importantes no momento (AZEVEDO, 2004; McCOMBS, 2009), colocando-os como alvo de repercussão, debates, comentários e compartilhamentos pelo público através de uma simples conversa ou nas redes sociais. O agendamento interfere nas imagens criadas na mente do público sobre o que é a realidade e direcionam o nosso olhar, o que suscita responsabilidade por parte dos jornalistas; entretanto, não é absoluto nem unânime pois depende da necessidade de orientação de cada um, afinal os indivíduos também são sugestionados por outras esferas socioculturais, como trabalho, família, classe sociais etc. (HALL *et al.* 1999; AZEVEDO, 2004; McCOMBS, 2009; MIGUEL, 2001).

Os conceitos de enquadramento e de agendamento, em conjunto com questões inerentes à rotina do jornalismo político, são constantemente acionados em estudos que analisam a cobertura do assunto em diversos meios, a exemplo do impresso e da televisão. Cada elemento contribui para a escolha, construção e divulgação dos acontecimentos públicos de natureza política pelo jornalismo, particularmente na editoria de Política, objeto deste capítulo. As pesquisas nesse campo tratam com frequência das coberturas das eleições e de eventos relacionados, item a ser discutido no próximo tópico, a exemplo de Aldé (2003), Azevedo (2004), Porto (2004), Rubim e Colling (2005), McCombs (2009) e Gadret e Porcello (2011).

### **3.3 Histórico das eleições no Brasil**

A eleição é o processo de escolha dos representantes políticos pela população através do voto. Em uma democracia presidencial como a brasileira, são eleitos candidatos e candidatas para os cargos nos poderes Executivo (presidente, governador, prefeito e seus respectivos vices) e Legislativo (senador, deputado federal, deputado estadual ou distrital e vereador) nas esferas federal, estadual e municipal de quatro em quatro anos, de acordo com o Código Eleitoral (BRASIL, 1965). O sufrágio é direto e obrigatório para maiores de 18 anos e universal – sem impedimentos de qualquer natureza no direito ao voto. O comparecimento nas urnas é facultativo para quem tem 16 ou 17 anos, mais de 70 anos ou é analfabeto, conforme determina a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, [2016]; NICOLAU, 2012).

Durante o período eleitoral, estabelecido no Brasil pela Justiça Eleitoral (composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelas juntas e juízes eleitorais), os políticos se candidatam aos cargos em disputa e apresentam suas propostas e programas de governo aos eleitores, que irão escolher de acordo com seus interesses (BRASIL, 1965; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). De acordo com Kinzo (2004, p. 24), as eleições permitem a mudança constante do poder, a representatividade nas Casas Legislativas e a “responsividade” dos governantes e dos eleitores: o primeiro frente às demandas da população e o segundo sobre seu nível de satisfação com o último governo. O pleito também permite a expansão do campo da política para além dos atores recorrentes, chegando naquele que “delega poder”, o cidadão (RUBIM; COLLING, 2005, p. 4).

Não é estranho, nem casual, que o episódio eleitoral seja muitas vezes traduzido como festa e/ou solenidade, como cerimônia que, tendo um grau de excepcionalidade, requer ser vivida de maneira diferente da vida política ordinária. Este caráter festivo ou solene torna manifesto a singularidade das eleições como momento especial da política, como episódio extraordinário distinto do dia-a-dia cotidiano da política (RUBIM; COLLING, 2005, p. 5).

Sendo assim, a eleição é um acontecimento que possui um sentido de ocasião (KATZ, 1999) e que suscita a cobertura jornalística antes, durante e depois da votação em si como um “espetáculo político eleitoral” (WEBER, 2000, p. 69). A frequência, a publicidade gerada e o interesse público garantem o agendamento do acontecimento e a visibilidade do assunto e seus atores (RUBIM, 2000). Assim, o jornalismo não fala das eleições apenas nos dias definidos pelo calendário eleitoral, mas sim o constrói com antecedência, acompanhando o registro de candidatura na Justiça Eleitoral e os comícios; promovendo debates e entrevistas; e noticiando a rotina de campanha e as pesquisas de opinião (WEBER, 2000). Além disso, os meios de comunicação são utilizados para veicular a propaganda política dentro e fora do

Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), que Weber (2000, p. 70) conceitua como “espetáculo político arbitrário que se caracteriza pelos eventos obrigatórios, programados e não triviais”, cuja veiculação é determinada pela legislação eleitoral e pela compra do espaço de divulgação. “Quanto mais competitiva, maior probabilidade uma eleição tem de despertar interesse da população e acelerar o ritmo político” (RUBIM, 2000, p. 94).

Dessa maneira, os candidatos disputam pelo melhor posicionamento na mídia como forma de exposição e de atração dos eleitores para sua campanha. Ao colocar os postulantes lado a lado, o jornalismo produz comparações e interpretações a serem avaliadas pelo público (BEZERRA, 2005). Tal disputa, reconhecida como algo próprio de um regime democrático, possui um enquadramento chamado de “adversarismo político” por Bezerra (2005, p. 36), ao entender que os adversários são definidos pela regra eleitoral e, quando eliminados da disputa no primeiro turno, podem vir a formar alianças no segundo turno na articulação política em busca do poder. A cobertura é feita, então, em cima das relações entre os candidatos; entre os candidatos e as lideranças políticas (amigas ou inimigas); e entre as lideranças (amigas ou inimigas) (BEZERRA, 2005).

Desde a redemocratização, em 1985, e com a primeira eleição direta pós-ditadura<sup>20</sup>, em 1989, até o presente momento, a cobertura jornalística deste acontecimento passou por diversos momentos. Este recorte temporal foi realizado por representar o atual período político vivido no país com condições iguais de execução em todas as eleições, apesar de seus diferentes contextos, permitindo uma comparação do trabalho da imprensa. O histórico, embasado em pesquisas acadêmicas consultadas – cada um com seu objeto de estudo – (ALBUQUERQUE, 1994; MIGUEL, 2001; ALDÉ, 2003; RUBIM; COLLING, 2005; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; ALENCAR, 2011; AZEVEDO, 2018; MUNDIM, 2018), mostra manipulações, campanhas difamatórias, apagamentos e falta de equilíbrio no tratamento dos candidatos, cujas lembranças são necessárias para posterior contextualização da análise das críticas feitas em relação à cobertura das Eleições de 2022.

### ***3.3.1 Eleições de 1989***

Em 1989, a disputa eleitoral foi somente para presidente e aconteceu entre Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O primeiro teve o discurso apoiado

---

<sup>20</sup> A primeira eleição após o período da ditadura militar (1964-1985) foi em 1985 com a escolha de Tancredo Neves e José Sarney, presidente e vice-presidentes respectivamente, de forma indireta pelo Colégio Eleitoral. A eleição de 1989, que elegeu Fernando Collor de Mello, foi a primeira com o voto direto da população nas urnas (NICOLAU, 2012).

pela imprensa que acompanhou amplamente sua campanha. O “caçador de marajás”, como Collor foi apelidado, saiu na capa da revista *Veja*<sup>21</sup> e apareceu com frequência em jornais e programas de entretenimento, enquanto que Lula foi alvo de conteúdos desinformativos de pequenos e grandes veículos de imprensa (MIGUEL, 2001). Nesse sentido, o episódio mais marcante foi a manipulação da reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que repercutiu o último debate entre os candidatos antes do segundo turno da eleição. A edição da matéria deu três minutos e meio para Fernando Collor e dois minutos e meio para Lula, privilegiando a performance de Collor no debate (MIGUEL, 2001; RUBIM; COLLING, 2005). Para Miguel (2001, p. 54) a “Rede Globo apresentou a seus espectadores uma junção dos melhores momentos de um candidato com os piores do outro”. A votação foi para o segundo turno e Fernando Collor de Mello foi eleito presidente.

### ***3.3.2 Eleições de 1994***

Já em 1994, a disputa foi entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e, novamente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Este último, figurava como líder nas pesquisas iniciais de intenção de voto, enquanto que Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, era ministro da Economia e havia estabilizado a moeda nacional e a inflação com o Plano Real. Mais uma vez, o *Jornal Nacional* aparece nos estudos acadêmicos como programa jornalístico que deu diferentes enquadramentos para cada candidato. De acordo com Albuquerque (1994, p. 39), foi criado um “consenso sobre os problemas do país e as soluções para eles” em cima da candidatura de FHC; ao mesmo tempo, Lula foi associado de maneira negativa aos movimentos sindicais e ao grevismo, passando uma imagem de discordância e conflito, de acordo com o autor. A votação foi para o segundo turno e Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente.

### ***3.3.3 Eleições de 1998***

Quatro anos depois, em 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) entra na disputa pela reeleição contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desta vez, a imprensa diminuiu a atenção dada ao acontecimento e invisibilizou as eleições e seus assuntos relacionados,

---

<sup>21</sup> Edição da revista *Veja* publicada em março de 1988. Memorial da Democracia – Novo ator político aparece em cena. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>. Acesso em: 05 fev. 2024.



acreditando que o pleito já estava decidido a favor do candidato e então presidente FHC, segundo Miguel (2001) e Rubim e Colling (2005). O noticiário do Jornal Nacional, por exemplo, dedicou em torno de uma hora e 15 minutos às eleições como um todo e 10 minutos aos eventos de campanha dos candidatos, ao longo de doze semanas – entre o final da Copa do Mundo Fifa e o primeiro turno da votação (MIGUEL, 2001). Os acontecimentos que poderiam impactar a reeleição de FHC, como a seca no Nordeste e o desemprego, não foram abordados pelo jornalismo (MIGUEL, 2001; RUBIM; COLLING, 2005). Naquele ano, a eleição foi resolvida no primeiro turno com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

### ***3.3.4 Eleições de 2002***

Em 2002, as eleições presidenciais foram disputadas entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS). Esta eleição inaugurou uma nova forma de cobertura jornalística do acontecimento com a realização de entrevistas cronometradas com os candidatos no Jornal Nacional, da Rede Globo, debates no primeiro e segundo turno e acompanhamento das agendas de campanhas (ALDÉ, 2003; RUBIM; COLLING, 2005). “A eleição presidencial foi, desde o começo do ano, assunto relevante nas páginas políticas dos grandes jornais, ganhando progressivamente mais espaço e, nos últimos dois meses, cadernos especiais” (ALDÉ, 2003, p. 94). A cobertura feita foi entendida, posteriormente, como um modelo a ser seguido (SEABRA, 2006). Ao analisar a produção noticiosa, a Folha de S. Paulo fez uma cobertura dos candidatos e suas respectivas agendas sem fazer nenhum tipo de avaliação a respeito; O Globo variou bastante nos vieses positivos, negativos e neutros ao falar e avaliar as ações dos postulantes ao cargo de presidente a depender dos acontecimentos; e o Estado de S. Paulo declarou apoio a José Serra e fez uma cobertura mais positiva do candidato, conforme pesquisa de Aldé (2003). Naquele ano, a eleição teve dois turnos e foi vencida por Luiz Inácio Lula da Silva.

### ***3.3.5 Eleições de 2006***

Na quinta eleição realizada no novo período democrático, em 2006, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concorreu à reeleição contra Geraldo Alckmin (PSDB). A cobertura do acontecimento foi estudada nos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) que verificaram uma produção maior de conteúdos em relação ao pleito anterior e a manutenção da tendência da imprensa de dar mais visibilidade

aos candidatos que estão à frente nas pesquisas de opinião. No noticiário, prevaleceu a cobertura das agendas de Lula (presidente e candidato) e de Alckmin, sem a realização de avaliações e emissão de opinião que julgassem as candidaturas. Porém, nas colunas de opinião e editoriais, enquadramentos negativos se sobressaíram ao falar do candidato à reeleição e seu partido nos três jornais, influenciados pela cobertura do escândalo do Mensalão<sup>22</sup> (MUNDIM, 2018; AZEVEDO, 2018). Por outro lado, o candidato opositor foi tratado novamente com neutralidade – apenas acompanhamento de agenda, sem julgamento positivo ou negativo –, sendo O Estado de S. Paulo o único que fez uma cobertura benéfica em conteúdos informativos e de opinião a respeito (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007). Em conclusão, houve pouca cobertura de agendas positivas e pouco uso de enquadramentos favoráveis aos candidatos, pendendo para o apontamento de defeitos ou neutralidade, como mostra a pesquisa de Aldé, Mendes e Figueiredo (2007). A eleição teve dois turnos e Luiz Inácio Lula da Silva se reelegeu presidente.

### ***3.3.6 Eleições de 2010***

Em 2010, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) disputaram as eleições em dois turnos, resultando na vitória e posse de Dilma como primeira mulher presidente do Brasil. Ao longo da campanha, a Folha de S. Paulo, por exemplo, fez uma cobertura negativa da candidata e seguiu a linha do candidato tucano de relembrar escândalos passados do PT (ALENCAR, 2011). Nessa linha, a legalização do aborto e a união homoafetiva foram tratadas por José Serra e seus aliados em uma campanha contra Dilma Rousseff. Para Vizeu e Lemos (2014), os temas seguem a estratégia do medo usada em eleições anteriores, visando alimentar os discursos de setores conservadores da sociedade. Além do jornalismo abraçar o posicionamento, enquadramentos sobre deslizamentos, divisões dos partidos, despreparo e nervosismo foram feitos em cima da candidatura de Dilma baseados em *offs* de supostos assessores, enquanto que Serra foi tratado com bons olhos ao ser entrevistado e ter assuntos negativos minimizados na Folha (ALENCAR, 2011). Os editoriais dos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo continuaram tratando o Partido dos Trabalhadores

---

<sup>22</sup> O Mensalão foi um esquema de corrupção que consistiu na negociação de cargos e em repasses de dinheiro para parlamentares que, em troca, votavam a favor de projetos do governo em andamento no Congresso Nacional. O esquema era comandado por membros do PT e funcionou entre 2002 e 2005. O escândalo veio a público, em 2005 pela revista *Veja*, com a divulgação de uma gravação em que Maurício Marinho, funcionário dos Correios, recebia propina do deputado federal Roberto Jefferson (PTB). O caso foi tratado em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e os envolvidos foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

(PT) negativamente nas eleições de 2010, seguindo a mesma postura da votação anterior (AZEVEDO, 2018).

### **3.3.7 Eleições de 2014**

Nas eleições de 2014, o acirramento entre PT e PSDB ficou ainda mais visível com a disputa entre a então presidente Dilma Rousseff (PT) contra Aécio Neves (PSDB), ocorrida na esteira de manifestações de rua organizadas a partir de junho de 2013 com os gritos de “Fora PT”, “Fora Dilma” e “O povo acordou, o povo decidiu ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”, motivados pelo aumento nas passagens de transportes públicos, gastos com a Copa do Mundo de 2014 e denúncias de corrupção na política (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 199). Na ocasião, Dilma se reelegeu para seu segundo mandato na presidência e Aécio Neves “inaugurou” o discurso de contestação de resultado das eleições (RENNÓ, 2022, p. 160). Apesar da reeleição, a presidente continuou sendo alvo de protestos até a instalação do processo de *impeachment* no Congresso Nacional, em dezembro de 2015, e aprovação do afastamento definitivo, em agosto de 2016 (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). Este acontecimento se sobressaiu nas pesquisas acadêmicas em relação à cobertura das eleições ao se debruçar sobre os editoriais, capas, matérias e enquadramentos na grande mídia e em jornais independentes (ALVES, 2016; AZEVEDO, 2018; MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018; PRUDENCIO; RIZZOTTO; SAMPAIO, 2018; SHUEN, 2018; RÊGO, 2019).

### **3.3.8 Eleições de 2018**

Quatro anos depois, em 2018, a polarização se aprofundou ainda mais nestas eleições, segundo dados dos programas eleitorais dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB), analisados por Tarouco (2022) dentro de uma série histórica de 1994 a 2018. A polarização ficou visível nas capas das revistas Veja, Istoé e Carta Capital ao elegerem Bolsonaro e Haddad como protagonistas da disputa, qualificando ou desqualificando os candidatos de acordo com suas linhas editoriais (MENDES; DORNELAS, 2020). Ao longo do ano, os veículos também acompanham os desdobramentos sobre a incerteza da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que veio

a ser anulada pela Justiça<sup>23</sup>. Mesmo com a substituição por Fernando Haddad, Lula esteve presente como um “espectro que rondou a eleição” nos dois lados (HAUBRICH, 2019, p. 22).

Outra questão a ser adicionada nesta lembrança é a forte presença das redes sociais durante a campanha eleitoral, principalmente pelo candidato Jair Bolsonaro e seus eleitores. As plataformas como Twitter, Facebook, YouTube, WhatsApp e Telegram foram usadas para o compartilhamento de informações falsas a respeito das urnas eletrônicas e do candidato Fernando Haddad com o objetivo de desequilibrar a disputa (RUEDIGER; GRASSI, 2018). Um dos fatores que contribuiu para o consumo desses conteúdos pelo público é a crise financeira dos jornais frente à disponibilidade da informação nas redes sociais sem precisar pagar e a migração da publicidade para as plataformas (EVAGELIDIS, 2019). Nesse cenário, a disputa foi vencida por Jair Bolsonaro no segundo turno, adicionando um novo capítulo na história política brasileira. De acordo com Lattman-Weltman (2022), a estabilidade política atingiu seu pior patamar desde a redemocratização.

No momento em que este artigo está sendo escrito, várias preocupações pairam a respeito dos desdobramentos da próxima eleição presidencial de 2022 e seus possíveis impactos sobre a democracia brasileira. A principal delas diz respeito não à polarização ideológica da competição, mas à incerteza sobre a própria sobrevivência da competição (TAROUCO, 2022, p. 142).

Nas oito eleições realizadas de maneira ininterrupta desde a redemocratização do país, a população brasileira se acostumou a votar e a imprensa foi se adaptando, em erros e acertos, nas formas de tratar deste acontecimento tão importante para a democracia. Cada eleição foi marcada por algum contexto que influenciou no voto dos eleitores: em 1989, redemocratização; em 1994, Plano Real; em 2002, queda do PSDB e triunfo de pautas de enfrentamento à desigualdade; em 2006, Mensalão, corrupção por um lado, e Bolsa Família de outro; em 2010, sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva por Dilma Rousseff; em 2014, aprofundamento da polarização; e em 2018, surgimento e ascensão do bolsonarismo (RENNÓ, 2022). Todo o histórico pavimentou o caminho para a realização de mais uma eleição que, como acontecimento/acontecimento público/acontecimento político, precisa ser contextualizado na história e acionar elementos presentes na memória da sociedade para ser compreendido.

---

<sup>23</sup> Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não disputou as Eleições de 2018 após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (STF), em agosto de 2018, que rejeitou o pedido de registro de candidatura do político para disputar o pleito. Lula foi enquadrado na Lei da Ficha Limpa pela condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, investigação ocorrida no âmbito da Operação Lava Jato. O julgamento foi em janeiro do mesmo ano pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

### 3.4 Eleições de 2022

As eleições de 2022 compõem o objeto de análise por sua atualidade em relação ao período de elaboração deste trabalho e pelos diversos fatores vivenciados nestes quatro anos entre uma votação e outra. Neste cenário, entram questões como polarização política, pandemia de covid-19, aumento de desigualdades sociais e de pautas conservadoras, e descrédito do sistema eleitoral somado ao discurso golpista em função da presença da extrema-direita no governo, especificamente na figura do bolsonarismo. Assim, a disputa eleitoral se concentrou entre o então presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)<sup>24</sup>, uma configuração inédita na corrida presidencial (RENNÓ, 2022).

Como dito anteriormente, as eleições enquanto acontecimento estão inseridas em um contexto histórico que permite a sua apreensão e compreensão, necessitando de constantes acionamentos da memória para julgar os candidatos. Nesta última votação não foi diferente: além de olhar para suas preferências políticas, o eleitor pôde comparar o que foi feito nos últimos quatro anos com o que foi feito entre 2003 e 2010 (RENNÓ, 2022). A manutenção desta polarização existente desde 2014 dificultou a inserção e projeção de uma terceira via tão desejada e apoiada pela imprensa nas figuras de Sérgio Moro (desistente), Ciro Gomes (PTB) e Simone Tebet (MDB) (LATTMAN-WELTMAN, 2022; RENNÓ, 2022; FERREIRA, 2023).

No jornalismo, além da cobertura já consolidada das agendas de campanha dos candidatos e da promoção de entrevistas e debates, a diferença entre as porcentagem na votação e as previstas pelas pesquisas eleitorais<sup>25</sup>, os casos de violência política<sup>26</sup> e a desinformação<sup>27</sup> tiveram espaço no noticiário (FERREIRA, 2023). As *fake news*, como popularmente são chamadas, foram usadas pela campanha bolsonarista em 2018 e novamente escaladas como parte do repertório do candidato à reeleição e seus apoiadores na internet (BARBOSA, 2019; RENNÓ, 2022). Nessa mesma linha, as redes sociais, já presentes em 2018, se fortaleceram ainda mais como parte da estratégia de campanha, seja na divulgação das ideias políticas, seja na mobilização dos eleitores; do outro lado, coube ao jornalismo

---

<sup>24</sup> A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi normalmente aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após a anulação da condenação na Operação Lava Jato pelo Superior Tribunal Federal (STF), que impediu a sua candidatura na eleição anterior. A Corte considerou a 13ª Vara Federal de Curitiba incompetente para julgar as ações e entendeu que o então juiz Sergio Moro foi parcial na construção do processo.

<sup>25</sup> Eleições 2022: como institutos de pesquisa explicam Bolsonaro subestimado nas sondagens. Disponível em: <https://acesse.dev/4jLTK>. Acesso em: 13 nov. 2023.

<sup>26</sup> Violência política marca eleição de 2022. Disponível em: <https://acesse.one/cerjv>. Acesso em: 13 nov. 2023.

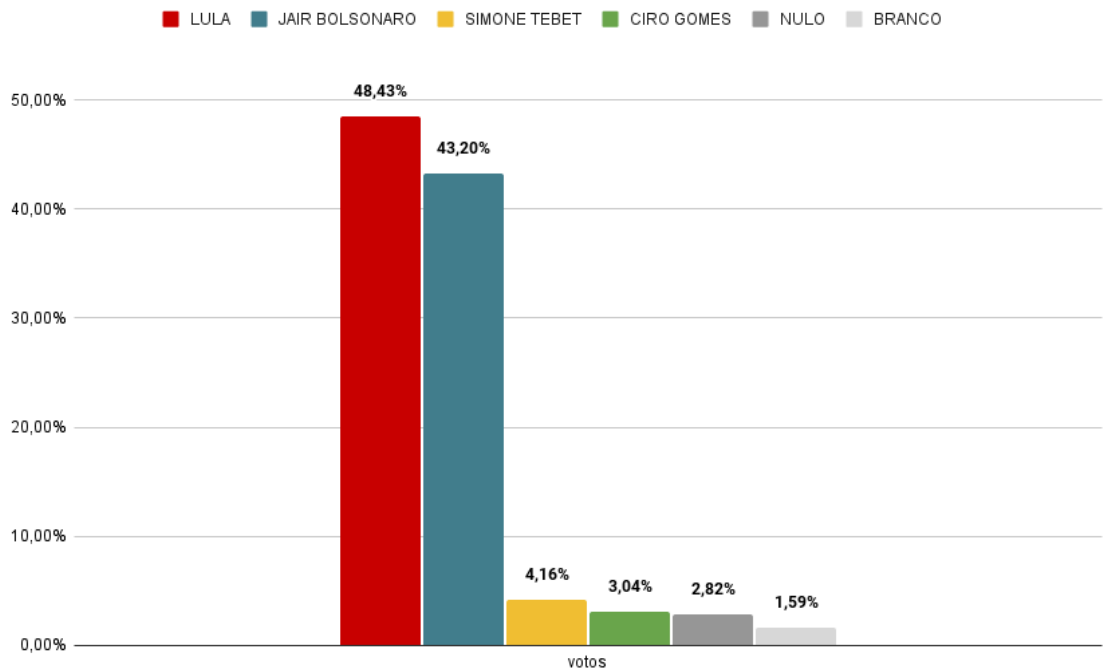
<sup>27</sup> Estudo mostra que uso de fake news cresce no 2º turno; 'desinformação está mais complexa e sofisticada', diz pesquisadora. Disponível em: <https://acesse.one/At1mU>. Acesso em: 13 nov. 2023.

também se submeter às linguagens e padrões das redes para se acompanhar a evolução do acontecimento (LATTMAN-WELTMAN, 2022).

Somados a isso, os ataques à imprensa, os discursos questionadores da lisura do sistema eleitoral e das urnas eletrônicas e incitadores de golpe, já presentes durante o governo em si, como estratégias da extrema-direita adotadas por Bolsonaro e seus eleitores, também fizeram parte de sua campanha e foram acompanhados pelo jornalismo (RENNÓ, 2022; FERREIRA, 2023). Na mesma linha de raciocínio de Tarouco (2022), exposta ao final do tópico anterior, Rennó (2022) também expressa preocupação com as eleições.

As eleições de 2022 são marcadas pelo risco de mais desgastes das instituições democráticas – com profundos e continuados questionamentos da lisura de nosso processo eletrônico de contagem de votos. São eleições com alto potencial de violência e turbulência, com amplas chances de seu resultado ser rejeitado e questionado pelos perdedores e ameaças significativas de erupção de movimentos que questionam a integridade do processo” (RENNÓ, 2022, p. 148).

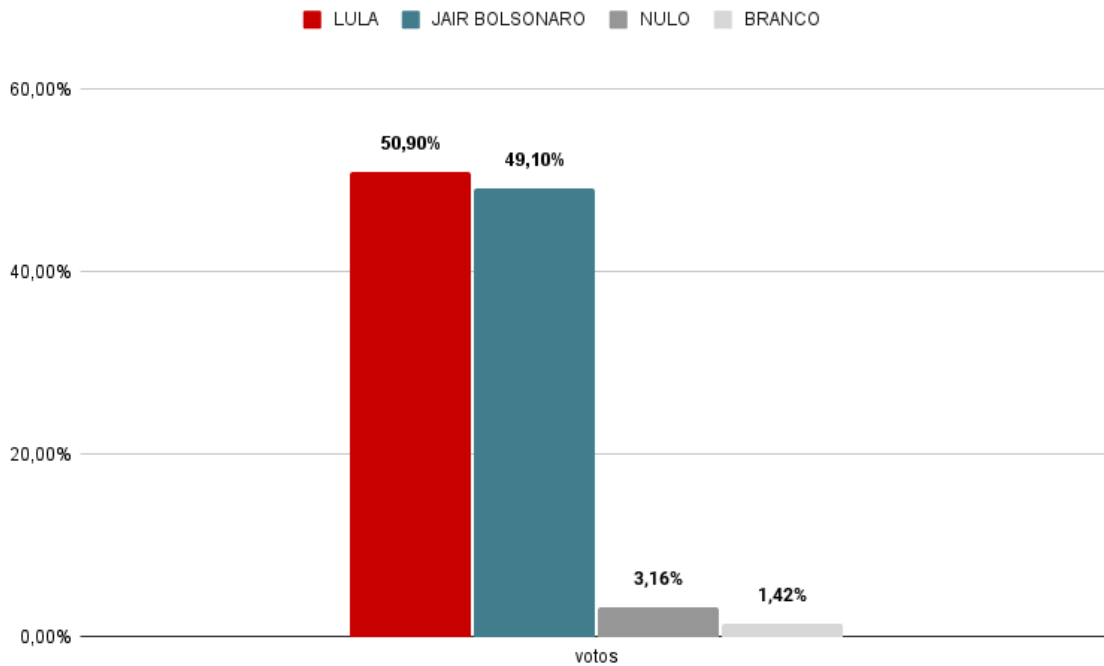
O primeiro turno das eleições aconteceu no domingo, dia 2 de outubro de 2023, com os seguintes candidatos e candidatas, e seus respectivos nomes e partidos, registradas na urna: Lula (PT), Jair Bolsonaro (PL), Simone Tebet (MDB), Ciro Gomes (PDT), Soraya Thronicke (União Brasil), Felipe D’Avila (Novo), Padre Kelmon (PTB), Léo Péricles (UP), Sofia Manzano (PCB), Vera (PSTU) e Constituinte Eymael (DC). Exceto os quatro primeiros, todos os outros candidatos não chegaram a somar mais de um por cento na votação. Avançaram para o segundo turno Lula e Jair Bolsonaro. A Figura 1 apresenta os resultados do primeiro turno do pleito.

**Figura 1 - Porcentagem dos votos no primeiro turno das Eleições de 2022**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>28</sup>.

A decisão das eleições ocorreu no domingo, dia 30 de outubro de 2023. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva venceu a disputa com 50,90% dos votos, representando 60.345.999 eleitores e resultando em seu terceiro mandato como presidente do Brasil. O então presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, terminou a votação com 49,10%, recebendo 58.206.354 votos. Foi a primeira vez, desde a redemocratização, que um presidente em exercício não se reelegeu para o cargo. A Figura 2 mostra os resultados da votação.

<sup>28</sup> Resultado do primeiro turno das Eleições de 2022. Disponível em: <https://encr.pw/OevIU>. Acesso em: 10 nov. 2023.

**Figura 2** - Porcentagem dos votos no segundo turno das Eleições 2022

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>29</sup>.

Portanto, o acontecimento Eleições de 2022, como evento agendado no calendário, foi construído e acompanhado pelo jornalismo político a partir da contextualização na esteira das votações anteriores e do cenário político do momento até a cobertura das ações dos candidatos e a realização de debates e entrevistas. Ao se propor a fazer esta cobertura, as referências aqui usadas para lembrar outros pleitos mostram que o jornalismo cumpriu parcialmente com suas finalidades de informar, interpretar, produzir memória e fortalecer a democracia, a depender do veículo, do tipo de conteúdo (notícia, reportagem e opinião) e do contexto vivido pelo país. Assim como as produções jornalísticas sobre as eleições foram alvos de comentários e críticas dentro e fora da própria imprensa em outros períodos, esta eleição também segue o mesmo destino como veremos a seguir.

<sup>29</sup> Resultado do segundo turno das Eleições de 2022. Disponível em: <https://11nq.com/rh7bb>. Acesso em: 10 nov. 2023.



## **4 AS ELEIÇÕES DE 2022 NAS CRÍTICAS DO *OMBUDSMAN* DA FOLHA DE S. PAULO**

A pesquisa escolheu a metodologia da Análise de Conteúdo, conhecida pela sigla AC, cujos procedimentos de categorização e contagem de frequência proporcionam a execução do objetivo específico de identificar o conteúdo das críticas realizadas na coluna do *ombudsman* a respeito de como o jornal tratou das Eleições de 2022. A análise permitirá, posteriormente e em conjunto com os capítulos anteriores, cumprir com o objetivo geral de analisar as críticas feitas pelos *ombudsmän* da Folha de S. Paulo sobre a cobertura jornalística do acontecimento no Brasil. Nesse sentido, o capítulo aborda, inicialmente, alguns pressupostos da Análise de Conteúdo. Em seguida, discorre sobre a construção do *corpus* do estudo e, depois, apresenta a análise qualitativa-quantitativa das colunas selecionadas.

### **4.1 Análise de Conteúdo**

A Análise de Conteúdo é formada por um conjunto de técnicas que possibilita um estudo qualitativo (avaliação do conteúdo) e quantitativo (contagem da frequência) do objeto que se pretende estudar ao explicitar, descrever e interpretar as mensagens que são objeto de uma pesquisa (BARDIN, 1979; HERSCOVITZ, 2007). O método costuma ser aplicado em materiais de comunicação verbal e não-verbal como livros, revistas, jornais, entrevistas, enquetes, relatos pessoais, cartas, imagens, símbolos, filmes, sons etc., em diversas áreas do conhecimento como História, Sociologia, Psicologia, Linguística e Comunicação (MORAES, 1999; AMORIM, 2008). A análise feita busca responder a pergunta ou confirmar/negar a hipótese que motivou a realização da pesquisa ao reinterpretar os conteúdos e seus significados para além de uma leitura superficial (MORAES, 1999).

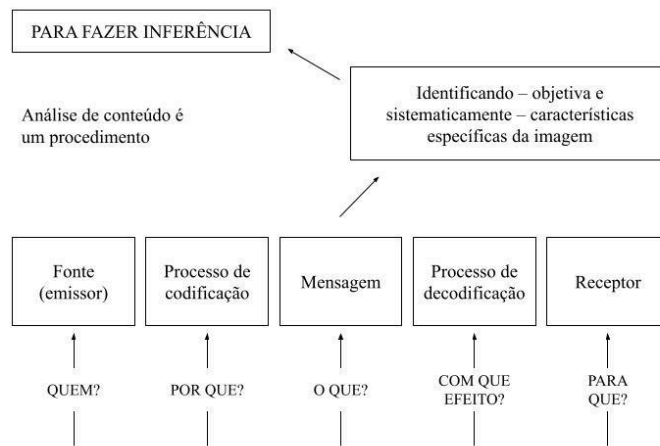
Para aplicar essa metodologia, conforme Bardin (1979), o trabalho passa por diferentes fases: 1) pré-análise, com a definição, delimitação do objeto de estudo, indicando quais materiais serão analisados; 2) exploração do material, com a seleção das unidades de registro/unidade de análise (palavra, frase, tema, parágrafo ou texto inteiro) que serão categorizadas e interpretadas, e das unidades de contexto (onde a unidade de registro está localizada no material) que serão usadas para manter o significado inicial da unidade analisada; 3) tratamento dos resultados, com a criação de categorias seguida da classificação e agrupamento das unidades definidas na etapa anterior; 4) inferência e interpretação, com o aprofundamento da análise e elaboração de conclusões acerca dos resultados obtidos,

baseando também na parte teórica do trabalho. Todo esse processo fornece subsídio para a fase de inferências e interpretações, quando a pesquisa elabora conclusões que vão responder a pergunta ou afirmar/derrubar a hipótese motivadora do estudo realizado (BARDIN, 1979; CAMPOS, 2004; HERSCOVITZ, 2007).

Definida como um “leque de apetrechos” (BARDIN, 1979, p. 31), a metodologia possui diversas técnicas que podem ser usadas para fazer a análise de um material de pesquisa. São elas: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise de relações e análise automática do discurso (BARDIN, 1979). Neste trabalho, a análise categorial será usada para explorar o objeto de estudo. Nesse tipo de análise, as categorias propostas devem ser homogêneas (fazer sentido entre si e não se misturar com os níveis de categorias, quando o material é classificado de maneiras diferentes); exaustivas (todo o material deve ser passível de classificação), exclusivas (a unidade de análise não pode ser classificada em mais uma categoria), adequadas ou pertinentes (combinar com o objeto analisado) e objetivas (devem ser explicadas para demonstrar que a classificação não é baseada apenas na subjetividade do/a pesquisador/a) (BARDIN, 1979; MORAES, 1999).

Na comunicação, a Análise de Conteúdo começou a ser aplicada por Paul Lazarsfeld, Harold Lasswell e Bernard Berelson na primeira metade do século XX, se consolidando a partir dos anos 1950. Nesta caminhada, Lasswell destrinchou o processo comunicacional em seis partes que podem ser usadas, cada uma ou mais de uma, como foco da análise em uma pesquisa: 1) quem fala; 2) para quem fala; 3) o que fala; 4) de que modo; 5) com que finalidade; 6) com que efeito (MORAES, 1999; HERSCOVITZ, 2007). Segundo Herscovitz (2007, p. 127), o “paradigma operacional da análise de conteúdo”, quando aplicado ao jornalismo, permite estudar “o que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito”. Nessa mesma linha de raciocínio, Franco (2005) elaborou um esquema que une o processo de comunicação ao roteiro de aplicação da Análise de Conteúdo.

### **Figura 3 - Características definidoras da Análise de Conteúdo**



Fonte: Franco (2005, p. 19)

Assim, o conteúdo de notícias, reportagens, sons, imagens, símbolos, entre outros, veiculados nos meios impresso, televisivo, radiofônico e online, são alvos do método. A título de exemplificação, é possível citar a detecção de tendências e modelos de produção; a identificação do uso dos critérios de noticiabilidade, dos enquadramentos e agendamentos; a contagem da frequência com que situações, pessoas e lugares aparecem e como aparecem no noticiário como formas de aplicação da AC (WEBER, 1990; HERSCOVITZ, 2007; JORGE, 2015). No jornalismo político e na crítica de mídia, a metodologia foi usada em trabalhos aqui já citados, como na análise da Dilma Rousseff nos editoriais do Estado de S. Paulo por Mont’Alverne (2013) e no histórico de críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo por Azeredo (2019a), e em outros como o estudo dos conteúdos dos blogs de política por Guazina, Brasil e Oliveira (2015).

Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados (HERSCOVITZ, 2007, p. 127).

As narrativas, apontadas pela autora, têm os acontecimentos como matéria-prima independentemente de suas características (imprevisível, programado ou suscitado) como foram expostas no capítulo 3. O “acontecimento apanhado pela trama da construção noticiosa” (CARVALHO, 2010, p. 353) permite que ele seja objeto de investigação de uma metodologia, a exemplo da Análise de Conteúdo. Porém, tal análise não pode cair em reducionismos ou superficialidades e, por isso, precisa estar amparada na contextualização do acontecimento, junto da indicação de seus personagens, gêneros jornalísticos, público e

quaisquer outros fatores ou agentes que interagem com o conteúdo, negociando sentidos (CARVALHO, 2010). Com base neste pensamento, esta pesquisa se debruçou em tratar da crítica de mídia e do *ombudsman* no capítulo 1, e do jornalismo político e das eleições enquanto acontecimento no capítulo 2. O objeto de análise são as críticas realizadas pelo *ombudsman* da Folha de S. Paulo a respeito da cobertura jornalística sobre as Eleições de 2022 no Brasil.

Dessa maneira, a metodologia da Análise de Conteúdo foi definida para este estudo ao ter uma proposta de aplicação que combina com um dos objetivos específicos e com o objetivo geral. Assim, o material será examinado de forma qualitativa-quantitativa. Com base no esquema detalhado anteriormente por Bardin (1979), Weber (1990) e Herscovitz (2007), o *corpus* de pesquisa, a ser explicado a seguir, foi construído, categorizado e interpretado.

#### **4.2 Seleção e tratamento do *corpus***

O objeto de estudo desta pesquisa é composto pelas colunas dos *ombudsmän* da Folha de S. Paulo publicadas entre o primeiro domingo após as Eleições de 2018 (04/11/2018) e a última coluna publicada em 2022 (25/12/2022). A escolha deste arco temporal deu-se no sentido de abarcar os períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral das Eleições de 2022. Para fins de classificação neste trabalho, o período pré-eleitoral (P1) contempla todas as colunas publicadas até o dia 15 de agosto de 2022, data-limite para oficialização de candidaturas junto à Justiça Eleitoral; conseqüentemente, o período eleitoral (P2) é composto pelos textos publicados após esta data até o segundo turno das eleições (30/10/2022). Por fim, o período pós-eleitoral (P3) conta com as colunas publicadas após o segundo turno (06/11/2022) até o final do ano de 2022. Esta seleção foi feita a partir da concepção de acontecimento agendando que conta com uma cobertura jornalística realizada antes, durante e depois do evento, construindo-o e agendando-o na sociedade, de acordo com a teorização presente no capítulo 3.

Ao longo destes quatro anos, sendo um total de 217 domingos, foram publicadas 181 colunas dos *ombudsmän* – alguns domingos não tiveram publicação em função de férias ou trocas no cargo. Neste período, estiveram à frente da coluna Paula Cesarino Costa (abril de 2016 - maio de 2019), Flávia Lima (maio de 2019 - maio de 2021) e José Henrique Mariante (julho de 2021 - atualmente). Para realizar o recolhimento das colunas, foi efetuada a assinatura da Folha de S. Paulo para ter acesso ilimitado aos textos *online* e para salvá-los em pdf, posteriormente. Num primeiro momento, o de pré-análise, foi feita a leitura das 181

colunas e a classificação quanto à presença ou não do assunto Eleições de 2022, apoiada na busca de palavras-chave no texto (eleições, eleitoral, eleições presidenciais, 2022 e candidato à presidência). Dentro deste universo, 34 colunas foram selecionadas por tratarem do assunto, salvas em arquivo pdf para análise e armazenadas no Google Drive. O controle de seleção foi feito com o uso da planilha do Google, indicando o número da coluna, a data de publicação, o título da coluna com *hiperlink* e o *ombudsman* responsável. Esta divisão será usada na leitura da análise qualitativa-quantitativa ainda neste capítulo. O Quadro 1 apresenta esses dados gerais sobre as colunas que compõem o *corpus*. A íntegra dos textos está localizada no Anexo A do trabalho.

**Quadro 1** - Colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo selecionadas para análise (*corpus*)

Nº	Data de publicação	Título da coluna	<i>Ombudsman</i>
1	08/11/2020 - P1	<a href="#">É melhor já ir pensando em 2022</a>	Flávia Lima
2	15/11/2020 - P1	<a href="#">As direitas se movem</a>	Flávia Lima
3	07/02/2021 - P1	<a href="#">Huck e a imprensa condescendente</a>	Flávia Lima
4	28/03/2021 - P1	<a href="#">O lobby da vacina</a>	Flávia Lima
5	04/04/2021 - P1	<a href="#">A (des)politização dos militares</a>	Flávia Lima
6	08/08/2021 - P1	<a href="#">Dias em que vivemos em perigo</a>	José Henrique Mariante
7	22/08/2021 - P1	<a href="#">A confusão geral da República</a>	José Henrique Mariante
8	05/09/2021 - P1	<a href="#">Título é título, golpe é golpe</a>	José Henrique Mariante
9	12/09/2021 - P1	<a href="#">Onde você estava no 7/9?</a>	José Henrique Mariante
10	21/11/2021 - P1	<a href="#">A consciência relativa da Folha</a>	José Henrique Mariante
11	12/12/2021 - P1	<a href="#">As fantasias de Moro e da mídia</a>	José Henrique Mariante
12	19/12/2021 - P1	<a href="#">Quanto custa o jornalismo?</a>	José Henrique Mariante
13	30/01/2022 - P1	<a href="#">Duvide, cheque, recheque e vote</a>	José Henrique Mariante
14	20/02/2022 - P1	<a href="#">O que farão se ele não aceitar?</a>	José Henrique Mariante
15	20/03/2022 - P1	<a href="#">Quando os relógios empacam</a>	José Henrique Mariante
16	08/05/2022 - P1	<a href="#">Vai ter golpe. Passe a informação</a>	José Henrique Mariante
17	26/06/2022 - P1	<a href="#">O exercício de esconder a notícia</a>	José Henrique Mariante

18	07/08/2022 - P1	<a href="#">A serviço da democracia</a>	José Henrique Mariante
19	14/08/2022 - P1	<a href="#">Longe de outros Brasis</a>	José Henrique Mariante
20	21/08/2022 - P2	<a href="#">O golpe no WhatsApp</a>	José Henrique Mariante
21	28/08/2022 - P2	<a href="#">Uma Amazônia de problemas</a>	José Henrique Mariante
22	04/09/2022 - P2	<a href="#">Sobre falsas equivalências</a>	José Henrique Mariante
23	11/09/2022 - P2	<a href="#">O primeiro golpe de Bolsonaro</a>	José Henrique Mariante
24	18/09/2022 - P2	<a href="#">Não faça do celular uma arma</a>	José Henrique Mariante
25	25/09/2022 - P2	<a href="#">Zero fica à esquerda na Folha</a>	José Henrique Mariante
26	02/10/2022 - P2	<a href="#">O país precisa de bons gestos</a>	José Henrique Mariante
27	09/10/2022 - P2	<a href="#">Pesquisa-me ou te devoro</a>	José Henrique Mariante
28	16/10/2022 - P2	<a href="#">É a democracia, Folha</a>	José Henrique Mariante
29	23/10/2022 - P2	<a href="#">Intestinos de uma nação</a>	José Henrique Mariante
30	30/10/2022 - P2	<a href="#">Acabou!Acabou!Acabou?</a>	José Henrique Mariante
31	06/11/2022 - P3	<a href="#">Meninos do Brasil 2022</a>	José Henrique Mariante
32	13/11/2022 - P3	<a href="#">O golpe nas entrelinhas</a>	José Henrique Mariante
33	20/11/2022 - P3	<a href="#">Mau começo, mau humor</a>	José Henrique Mariante
34	25/12/2022 - P3	<a href="#">Um ano difícil para a Folha</a>	José Henrique Mariante

Fonte: elaboração própria.

A organização permite calcular a frequência com que o acontecimento eleições foi tratado de acordo com o ano: em 2020, foram 2 colunas de 45 publicadas ao todo; em 2021, foram 10 colunas de 37 publicadas; e em 2022, foram 22 colunas de 45 publicadas. Os números indicam que o assunto se tornou recorrente nas matérias, e conseqüentemente na coluna do *ombudsman*, na medida que o evento se aproximava no calendário. Porém, o acontecimento eleições não é o único a ser tratado pela crítica do jornal: ao aprofundar a leitura dos textos, a pesquisa identificou que as colunas não são homogêneas em seus assuntos abordados, tratando de mais uma questão em um mesmo texto. Dessa maneira, as críticas estão expressas em parágrafos ao longo da coluna; portanto, os parágrafos foram escolhidos como unidades de registro para a realização da Análise de Conteúdo, cujas unidades de contexto são os trechos que embasam os apontamentos. Apesar de Weber (1990) e Herscovitz

(2007) afirmarem que o parágrafo não é a melhor unidade de análise pela possível falta de precisão e quantidade de assuntos presente, neste trabalho ele foi escolhido pelo motivo oposto em função da organização do texto pelo *ombudsman*. Vale ainda ressaltar que no jornalismo *online*, os parágrafos são mais curtos para dinamizar, podendo ser uma ou duas frases pelas características do jornalismo neste meio e a depender do/a autor/a, diferentemente da diagramação no meio impresso (VIANA, 2001; LUIZ, 2019). Assim, foram separados 81 parágrafos com críticas, destacados em negrito no decorrer deste trabalho, junto de suas respectivas unidades de contexto (parágrafos anteriores e/ou posteriores) direcionadas à cobertura das eleições. Além disso, a pesquisa destaca que três colunas a respeito das Eleições de 2022 não possuem críticas à sua cobertura, repercutindo apenas fatos relacionados ao evento; sendo assim, não tiveram parágrafos selecionados para a categorização posterior.

A seguir, apresento uma análise descritiva das críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo nos períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral para, na sequência, realizar a categorização e contabilizar frequência dessas críticas que compõem o *corpus* deste estudo.

### **4.3 As críticas do *ombudsman* sobre a cobertura das Eleições de 2022**

Como acontecimento de interesse público para a democracia, as eleições possuem espaço reservado nos calendários dos veículos de comunicação, principalmente das editorias de Política. Por esta razão, o evento precisa de planejamento e organização das instituições envolvidas, o que resulta também na sua antecipação pelo jornalismo como mostram as críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo, voltado para a análise da cobertura do jornal. As recorrentes leituras e a análise cronológica das críticas permitiram a criação de categorias e a consequente classificação dos parágrafos selecionados.

O tratamento do assunto começou já em 2020: o texto “É melhor já ir pensando em 2022” (08/11/2020) comentou que o jornal já estava falando de candidatos para as Eleições de 2022 ao citar uma possível chapa entre o ex-juiz Sérgio Moro e o apresentador Luciano Huck. Uma semana depois, as eleições foram assunto novamente na coluna “As direitas movem” (15/11/2020), mas dessa vez com crítica à tentativa do jornal de emplacar a mesma dupla e à dificuldade de localizá-los no espectro político. As duas colunas, publicadas em no período pré-eleitoral e escritas por Flávia Lima, marcaram o início da cobertura e das críticas relacionadas ao assunto. As críticas estão expressas nos seguintes parágrafos destacados em negrito com suas respectivas unidades de contexto:

**Entre os leitores, ficou a percepção de que a Folha inicia a cobertura das eleições de 2022 sem a devida imparcialidade. Curiosamente, ferramenta do jornal que monitora o debate político no Twitter aponta Huck à direita do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e Moro, como esperado, próximo de Bolsonaro.**

[coluna 2; parágrafo 3; posicionamento sobre candidaturas e partidos; 15/11/2020]

Os comentários ao tipo de espaço dado ao apresentador Luciano Huck se repetiram já no início de 2021 na coluna “Huck e a imprensa condescendente” (07/02/2021), que crítica a forma como o possível candidato é tratado: sem questionamentos mais firmes, apenas apresentação de ideais e opiniões sobre política. A diferença de tratamento dado aos cotados à presidência também ficou expressa, mais próxima do final do ano, com a tentativa de emplacar uma terceira via com Sérgio Moro nas colunas “A consciência relativa da Folha” (21/11/2021) e “As fantasias de Moro e da mídia” (12/12/2021); na pouca cobertura da viagem de Lula à Europa e nas perguntas problemáticas do Datafolha sobre sua prisão novamente no texto “A consciência relativa da Folha” e em “O lobby da vacina” (28/03/2021). Ao longo daquele ano, o *ombudsman* também apontou para questões relacionadas aos títulos das matérias, ao atraso em ouvir fontes e tratar de assuntos importantes e à falta de interpretações sobre a postura golpista do então presidente Jair Bolsonaro e à fácil adesão à narrativa dos militares no poder, como evidenciam os parágrafos a seguir.

**A calibragem parece ainda pior quando contrastada com o farto noticiário das prévias do PSDB, “que vão decidir quem leva 1% dos votos”, de acordo com outra crítica, e o anúncio de Sérgio Moro sobre a invocação de Affonso Celso Pastore como guru econômico. Se a Folha não comprou a importância da viagem de Lula, o presidente Jair Bolsonaro acusou o golpe e, ainda no Qatar, refutou as tantas comparações de seu giro pelo Oriente Médio com o tour europeu do maior adversário.**

[...] Lula merecia mais atenção, é evidente. A conversa sobre Venezuela que teve com Josep Borrell, alto representante da União Europeia para o exterior, pede mais apuração, assim como seus planos para controle e tributação da internet, citados em entrevista na Bélgica. O petista não é mais um ex-presidente em atividade, mas sim o principal candidato do pleito de 2022 até aqui.

[coluna 10; parágrafo 19; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 21/11/2021]

**Outra contribuição para o falatório veio dias antes, quando a Folha publicou balanço do Índice de Popularidade Digital da consultoria Quaest, que mede desde 2019 o desempenho das personalidades políticas nas principais plataformas. “Bolsonaro estável, Lula e Moro em alta: veja como está a popularidade digital” foi o título buscável do site. “Bolsonaro fica estável, e Lula e Moro veem alta em popularidade digital” foi o do impresso. Duas chances desperdiçadas de trazer o resultado: Lula, embalado pela tour na Europa, passou Bolsonaro; Moro se deslocou um tanto de Ciro Gomes, mas lá atrás no segundo pelotão. Assim fica difícil explicar para quem lê que focinho de porco não é tomada.**

[coluna 11; parágrafo 22; enquadramento sobre candidaturas e partidos; 12/12/2021]



Enquanto Bolsonaro falava de “fé e crença” contra a crise em uma Assembleia de Deus no Pará. Affonso Celso Pastore descascava o governo em entrevista para O Estado de S. Paulo na quinta (19). “Acabou a euforia. A perspectiva para 2022 é muito ruim”. A conclusão do economista sobre o ano eleitoral não é nada boa: com inflação e desemprego em alta e sem dinheiro para atitudes populista, ou seja, sem votos, o presidente pode fazer o que já ameaça desde sempre, uma ruptura institucional.

**A Folha chegou um pouco mais tarde ao assunto e ao mesmo Pastore.**

[coluna 7; parágrafo 12; espaço dado sobre ameaças à democracia; 22/08/2021]

**Se sobraram análises e opiniões sobre o comportamento leniente da PGR na era Bolsonaro, faltou neste jornal esforço equivalente em direção ao Judiciário, mais unido do que nunca. No espaço de uma semana, o presidente ameaçou e levou a cabo o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes no Senado e ainda achou tempo para exigir do Supremo revisão de artigo do regimento da própria corte – o que permite a instauração de inquérito de ofício, sem a participação do Ministério Público.**

[coluna 7; parágrafo 11; espaço dado sobre ameaças à democracia; 22/08/2021]

Na Folha, a discussão sobre o “uso político” dos fardados apareceu com mais destaque em um editorial (“Dever cumprido”) que abordou o incentivo de Bolsonaro à “inadmissível politização dos quartéis”, indicando que “tal pretensão abjeta” não encontraria “eco no alto oficialato ativo do país”.

**Os exemplos mostram a adesão dos jornais à versão dos próprios militares de que as mudanças na chefia das Forças Armadas são um sinal inequívoco da recusa militar à politização imposta pelo presidente.**

[coluna 5; parágrafo 7; enquadramento sobre eleições em geral; 04/04/2021]

O olhar crítico do *ombudsman* também se voltou para o espaço que a Folha abre para determinadas colunas de opinião. Na publicação “Onde você estava no 7/9?” (12/09/2021), foram apontados trechos das colunas de opinião que, segundo o texto, se pareciam com falas bolsonaristas ao justificar o ódio contra o Supremo Tribunal Federal e ao divulgar desinformação sobre a atuação do governo durante a pandemia e a dimensão do 7 de setembro. As opiniões não são o objeto direto de crítica do *ombudsman*, mas sim o uso que o jornal deixa fazer de seu espaço e credibilidade. Por outro lado, o ano concentrou o maior número das poucas críticas positivas feitas à cobertura do jornal, tendo cinco das seis selecionadas, cuja exemplificação será feita mais adiante neste capítulo (seção 4.4). Em resumo, 2021 teve repetição de críticas negativas e alertas para uma cobertura mais qualificada do acontecimento que se aproximava no calendário e que prometia muita tensão entre os candidatos. Neste sentido, José Henrique Mariante escreveu na última coluna do ano, “Quando custa o jornalismo” (19/12/2021), que

vai custar caro também, e aí não apenas para a Folha, proteger os jornalistas do óbvio risco de violência no trabalho de campo, assim como nas esferas digitais. A bagunça que é o governo Bolsonaro embaça a percepção dos fatos, mas foi muito grave o recente ataque hacker sofrido pelo Ministério da Saúde. Algum jornal do país estaria preparado para tamanha paulada?

Jornalismo isento e de qualidade custa caro. Cobertura de eleições custa muito caro. Em 2022, mais ainda. A saúde financeira da imprensa será fundamental.  
[coluna 12; sem crítica; 19/12/2021]

As eleições voltaram a ser assunto em 2022 já na segunda coluna publicada no ano, “Duvide, cheque, recheque e vote” (30/01/2022), um dos textos sem parágrafo selecionado, mas que alertava para a desinformação. Nas publicações seguintes durante o período pré-eleitoral, o *ombudsman* criticou a falta de cobertura sobre as plataformas digitais e seu papel na disseminação de informações falsas e os títulos que reproduzem desinformação. Na esteira dos conteúdos que tratam de ameaças à democracia, a Folha foi chamada a ter um posicionamento mais claro e firme em defesa da democracia ao tratar da intenção golpista do então governo e ao não assinar explicitamente os manifestos a favor do sistema político.

**A mídia profissional deveria cobrar transparência e posicionamento públicos dessas empresas. Quais são as regras? Não tem regras? Tudo bem, mas que isso fique registrado e que o departamento de relações públicas se vire depois para resolver o problema. Como já comentado nesta coluna, o planeta estará assistindo ao pleito brasileiro e ao comportamento das redes.**

[coluna 14; parágrafo 23; falta de cobertura sobre ameaças à democracia; 20/02/2022]

**Silêncio estratégico é uma prática para evitar a disseminação de fake news. Viu algo que não presta? Simplesmente não repasse. A Folha perdeu tal oportunidade na semana passada. Ricardo Salles foi um dos tantos bolsonaristas a defender o Nobel da Paz para um Bolsonaro que só fez posar ao lado de Vladimir Putin. A história era tão absurda que o próximo ex-ministro se viu obrigado a ir a público dizer que era uma brincadeira – no caso, eufemismo para fake news. Antes disso, porém, a Folha publicou-a como fato. Depois, é claro, mudou título e texto para dizer que era mentira.**

Silêncio constrangedor.

[coluna 14; parágrafo 24; enquadramento sobre ameaças à democracia; 20/02/2022]

**Faria alguma diferença então a Folha aderir formalmente ao documento elaborado pelos ex-alunos da São Francisco ou ao capitaneado pela Fiesp? Nos tempos atuais, onde tudo precisa ser explicado, reiterado, sublinhado, é claro que sim. Mais importante, faria diferença para aquela geração de leitores que viu o país mudar junto com a Folha.**

[coluna 18; parágrafo 33; 07/08/2022]

Neste mesmo período pré-eleitoral já em ano de eleição, começaram a ser feitas críticas pela falta de cobertura do eleitorado ao não aprofundar as pesquisas eleitorais e ao tratar dos evangélicos e das diversas realidades do país com superficialidade e distanciamento. Em vez de tratar destes assuntos, o jornal preferiu publicar uma notícia requeitada e desatualizada sobre Geraldo Alckmin, provável vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva naquele momento, a respeito do pagamento de caixa 2 da concessionária Ecovias que gerencia o sistema Anchieta-Imigrantes, em São Paulo. A notícia foi publicada em março,

mas o caso já havia sido arquivado pela Polícia Federal em fevereiro. A crítica às escolhas feitas durante a cobertura das eleições também se estenderam ao que o *ombudsman* chamou de “O exercício de esconder a notícia” (26/06/2022) ao falar do formato das notícias e, novamente, do enquadramento dado ao assunto nos títulos.

Seria fácil por toda essa salada no jornalismo de celebridades, como a Folha chegou a fazer com parte do noticiário. Uma visita ao Observatório Evangélico, porém, altera bem essa percepção. No site, que tem entre seus curadores o antropólogo e colunista da Folha Juliano Spyer, Michele se torna “o culto em si”, em dimensão nunca vista na política ou nos templos neopentecostais do país. Para um dos analistas, “a linguagem política da disputa de poder institucional, dessa forma, deu lugar à religiosa. Nela, há a batalha espiritual do bem contra o mal, não uma eleição.”

**Entre a salvação e a democracia, qual seria a opção dessa turma? A Folha parece muito longe desse Brasil também.**

[coluna 19; parágrafo 36; falta de cobertura sobre eleitorado; 14/08/2022]

Diante das evidências, no começo da tarde a Folha publicou uma nova reportagem, dando conta do arquivamento. Antes disso, porém, o estrago já estava em curso em torno do ex-governador, provável vice na chapa presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Alicerçado na revelação caduca, o jornal repercutiu a nova saia justa para os petistas e ainda encontrava um bate-boca de 2018 entre Alckmin e Guilherme Boulos para explorar.

**Em crítica interna, observei que a apuração da Folha se mostrara defasada ou que, talvez, o jornal tenha se deixado levar por um vazamento seletivo. Pontuei também que o ciclo noticioso se encerrava desequilibrado e que era preciso refletir e reapertar os parafusos, dado que o ano eleitoral promete confusões de toda sorte, inclusive delações e operações requeentadas.**

[coluna 15; parágrafo 25; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 20/03/2022]

Além da confusão entre fato e consequência, a semana também mostrou como é possível esconder a notícia dentro dela mesmo. Entre os vários títulos publicados pela Folha na quinta-feira (23) sobre a nova pesquisa Datafolha (em fatiamento excessivo do levantamento, estratégia para ranquear melhor nos mecanismos de busca), um falava no que interessa: “Datafolha: Lula tem 53% dos votos válidos no 1º turno ante 32% de Bolsonaro”.

**Perfeito, mas a notícia de verdade é que tais números fazem Lula levar no primeiro turno. O jornal acordou horas depois, alterando o enunciado para “Datafolha: Lula tem 53% dos votos válidos e poderia vencer no 1º turno”.**

[coluna 17; parágrafo 30; enquadramento sobre pesquisas eleitorais; 26/06/2022]

Assim como o ano de 2022 começou com apontamentos feitos sobre ameaças à democracia, o curto período eleitoral (15/08/2022 - 30/10/2022) iniciou da mesma maneira. A coluna “O golpe no WhatsApp” (21/08/2022) comenta a falta de repercussão da reportagem do site Metrôpoles que revelou a existência de um grupo golpista de WhatsApp com a presença de empresários. Segundo o texto, coube aos colunistas do jornal dar a atenção que o assunto merecia. A falta de cobertura foi apontada mais duas vezes, novamente em relação ao eleitorado e sendo associado ao enquadramento dado às pesquisas eleitorais: a surpresa frente ao resultado do primeiro turno aconteceu pela ausência de reportagens aprofundadas sobre o

que pensa e o que quer o eleitor; o jornal focou apenas na divulgação dos números das pesquisas eleitorais.

As eleições deste ano será prodiga em confusões e boas histórias, como a do agarrão constrangedor de Jair Bolsonaro no youtube que o chamou de “tchutchuca do centrão”. Ou a da ovação às urnas eletrônicas na posse de Alexandre de Moraes no TSE, no outro momento de pouco brilho do presidente na última semana. Não é o excesso de fatos, no entanto, que explica a falta de empolgação da imprensa com a excelente reportagem do Metrôpoles sobre diálogos subversivos em um grupo de WhatsApp de empresários bolsonaristas. Nele se discutia o golpe com a deservoltura de quem prega uma reforma tributária.

[...] A “velha mídia” falou da merda, mas com inexplicável moderação. Teve gente que nem tocou no assunto, como o Jornal Nacional. A Folha só entrou na história na quinta-feira (18), quando o teor da reportagem inevitavelmente surgiu em uma coletiva improvisada de Bolsonaro. Ainda assim, pela negativa do mandatário, com enunciado que se encaixaria em qualquer corrente bolsonarista: “Bolsonaro diz que empresários que defendem golpe é notícia falsa”.

[coluna 20; parágrafo 37; falta de cobertura sobre ameaças à democracia; 21/08/2022]

Como bem descreveu Mauricio Stycer, esta é a eleição das pesquisas. Sobram análises e opiniões, mas faltam reportagens. A enorme quantidade de levantamentos e a dinâmica atual do jornalismo levaram a uma espécie de futebolização da cobertura eleitoral. A notícia de que haverá uma nova pesquisa é a coisa mais lida na Folha; O Globo abre “Ao vivo” no site para destrinchar os dados; GloboNews reúne seus comentaristas em um formato que lembra mesas-redondas boleiras, que nunca foram redondas de verdade.

[coluna 27; parágrafo 55; enquadramento sobre pesquisas eleitorais; 09/10/2022]

A reincidência de críticas negativas e a comparação com outros problemas na cobertura do jornal voltaram a aparecer nas colunas “O país precisa de bons gestos” (02/10/2022) e “É a democracia, Folha” (16/10/2022), quando o *ombudsman* criticou a dupla cobrança em cima da definição da pauta econômica de Lula, concluiu que a Folha não teve a mesma impaciência quando Bolsonaro assumiu o governo e afirmou que tal postura demonstra má vontade e contribui para a polarização do país. A comparação entre o tratamento dado às duas candidaturas se estendeu aos aliados políticos no texto “Pesquisa-me ou te devoro” (09/10/2022): o apoio do então governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, a Jair Bolsonaro para o segundo turno recebeu muito mais atenção do jornal do que o apoio da terceira colocada no primeiro turno, Simone Tebet, a Luiz Inácio Lula da Silva.

A questão não é cobrar uma política econômica de Luiz Inácio Lula da Silva. Na verdade, reiterar a cobrança que o jornal já havia feito no fim de semana antes do primeiro turno.

[...] **Lula pode e deve ser cobrado, por óbvio, mas nunca mais do que Bolsonaro. É o presidente que está em débito com a democracia e promete aumentar o rombo institucional se perder ou se ganhar nas urnas no segundo turno. Normalizar o naufrágio não é opção.**

[coluna 28; parágrafo 59; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 16/10/2022]

**A semana foi repleta de afagos públicos aos candidatos do segundo turno. A Folha deu ampla visibilidade ao “apoio incondicional” de Rodrigo Garcia a Bolsonaro, mas nem tanto ao fato de que um governador de São Paulo não pode ser tão subserviente. Do lado lulista, a manifestação de voto mais significativa foi a de Simone Tebet, com discurso importante, cheio de recados. O jornal conseguiu não dar sua imagem na Primeira Página.**

[coluna 27; parágrafo 56; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 09/10/2022]

A coluna publicada no domingo anterior, “Sobre falsas equivalências” (04/09/2022), também fez uma avaliação sobre o mesmo espaço dado às entrevistas com Marina Silva e com Ricardo Salles, lado a lado na diagramação do impresso como se fossem proporcionais. Apesar de ambos serem relacionados aos candidatos, o assunto principal é o meio ambiente e a observação foi feita após duas críticas seguidas sobre o pouco espaço dado ao assunto. Nas três críticas que preenchem a categoria meio ambiente, o *ombudsman* avaliou que num contexto de muitos assuntos serem considerados importantes, a pauta ambiental acabou ficando de lado no programa dos candidatos e na cobertura dos jornais.

“Lula promete enfrentar crime na Amazônia se retornar ao poder.” “Lula quer liderar a luta contra as mudanças climáticas.” A entrevista de Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira (22), foi em São Paulo, porém esses títulos não foram publicados no Brasil. Talvez porque o país tenha outras inúmeras questões a debater, mas não só. Ambiente, clima, Amazônia, todo mundo acha importante. Até a página dois.

**“Lula defende alternância de poder na Venezuela” foi o enunciado da Folha para o encontro do candidato com correspondentes internacionais. Difícil contestar a opção feita. A reportagem do jornal mostra o ex-presidente comentando diversos aspectos de política internacional, da América do Sul a Taiwan, passando por Ucrânia e Estado palestino. Como relataram The Guardian e Frankfurter Allgemeine Zeitung, a Folha também registra que o candidato versou sobre o Brasil tornado pária pelo desastre ambiental de Jair Bolsonaro, em apenas dois parágrafos do texto, os últimos.**

[coluna 21; parágrafo 39; espaço dado sobre meio ambiente; 28/08/2022]

**Não é um caso isolado nem um problema exclusivo deste jornal. Ambiente é prioridade, mas o que não falta é prioridade em um país cheio de problemas para resolver. Dona de um projeto importante na área, Planeta em Transe, que promete dar peso e sequência ao tema em suas plataformas, a Folha até a semana passada não tinha se debruçado sobre a (pouca) discussão ambiental nestas eleições. Estado de Direito, empresários golpistas, evangélicos, fome, fake news, militares, não faltou assunto para as manchetes eleitorais. Ambiente ficou para depois.**

[coluna 21; parágrafo 40; espaço dado sobre meio ambiente; 28/08/2022]

No jornal impresso, a entrevista do não ministro mereceu uma página, espelhada com a de Marina. Na capa, uma chamada dupla não dava conta do principal fato relacionado a Salles no fim de semana, seu bate-boca com André Janones durante o debate presidencial.

**O problema não é o jornal dar espaço ao candidato. A entrevista é incisiva e deixa claro que sua plataforma na Câmara é o afrouxamento da legislação, que enverniza como liberalismo. A questão é deixar Salles com a mesma estatura de**

**Marina, qualificando-o para um debate do qual não participa por princípio. A Folha cometeu a clássica falsa equivalência. Comparou o incomparável. Deu legitimidade a Salles como agente da pauta ambiental, enquanto ele não passa de uma voz reacionária e oportunista.**

[coluna 22; parágrafo 44; espaço dado sobre meio ambiente; 04/09/2022]

Após uma sequência de falhas apontadas ao longo do período eleitoral, a coluna “Acabou! Acabou! Acabou?” (30/10/2022) fez a última crítica positiva identificada pela pesquisa sobre duas reportagens importantes: a primeira a respeito da proposta de correção do salário mínimo e aposentadorias após as eleições por Paulo Guedes, ministro da Economia na época; e a segunda acerca do pedido da equipe de Tarcísio de Freitas, então candidato ao governo de São Paulo, para apagar uma filmagem sobre um tiroteio em Paraisópolis, bairro da zona sul da capital paulista. Entretanto, o elogio não serviu para amenizar as críticas seguintes sobre a postura do jornal durante a cobertura das eleições e o espaço cedido aos colunistas que o usaram para declarar voto.

**É como se a Folha tivesse se tornado passageira de seu próprio jornalismo, que desperta com vigor nesta reta final das eleições, as mais complicadas em décadas. Oportuno, pois nada indica que a confusão terminará com a apuração das urnas ou mesmo com a posse de quem quer que seja.**

[coluna 30; parágrafo 63; posicionamento sobre eleições em geral; 30/10/2022]

Indagada sobre o movimento, a Direção de Redação se pronunciou: “As colunas de opinião na Folha deveriam privilegiar a discussão sustentada de ideias. Esse nobre objetivo fica prejudicado, e o debate, empobrecido, quando os titulares desviam desse caminho, por vezes reiteradamente, para tratar de idiosincrasias como sua preferência eleitoral”.

**Curiosamente também nesse ponto o jornal parece passageiro. Desta vez, do conjunto de opiniões que achou por bem reunir em nome da pluralidade que sempre advogou. E o time rema para indicar que o momento vivido pelo país é absolutamente excepcional.**

[coluna 30; parágrafo 64; posicionamento sobre eleições em geral; 30/10/2022]

Neste mesmo domingo, 30 de outubro, quando a coluna foi publicada, também ocorreu o segundo turno das Eleições de 2022. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu a disputa com 50,90% dos votos, chegando ao seu terceiro mandato como presidente do país. A vitória e as manifestações daqueles que contestaram o resultado tiveram repercussão na primeira coluna selecionada para o tratar do período pós-eleitoral, “Meninos do Brasil 2022” (06/11/2022). De acordo com o *ombudsman*, mais uma vez a Folha errou em não tratar o golpismo de Jair Bolsonaro da maneira correta e em reproduzir desinformação nos títulos das matérias e nos *tweets* de colunistas do jornal. As críticas sobre enquadramentos e posicionamentos sobre ameaças à democracia e tratamento diferenciado dado aos atores políticos seguiram marcando presença no período após a eleição. Apesar da publicação de

apenas quatro colunas entre o final das eleições e o final do ano, sendo a última delas dedicada a comentários dos leitores, o *ombudsman* não deixou de chamar atenção para os problemas que se repetiam nas páginas do jornal.

**Na sexta-feira (11), o mesmo Estadão antecipou nota conjunta das três Forças pela qual restrições a direito, por parte de agentes públicos, eram tão condenáveis como excessos cometidos em manifestações. Ao noticiar o comunicado, a Folha concluiu que, ao defender a solução de controvérsias dentro do Estado democrático de Direito (as quatro linhas da Constituição?) os comandantes estavam descartando um golpe militar para anular as eleições. O jornal passou batido, no entanto, pelo primeiro parágrafo da nota, em que as Forças se dizem “sempre presentes e moderadoras nos mais importantes momentos de nossa história” (moderadoras como na interpretação equivocada do artigo 142?). Camufladas, as entrelinhas quiseram ser eloquentes.**

[coluna 32; parágrafo 69; enquadramento sobre ameaças à democracia; 13/11/2022]

“O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), propõe aumento da inflação e dos juros, menos emprego e crescimento, mais ganhos para os rentistas.” O parágrafo abre o editorial “Lula pede mais juros”, publicado pela Folha excepcionalmente no meio da tarde de quinta-feira (17). Mercados derretiam, e à digestão pesada da PEC da Transição, apresentada na noite anterior, somava-se a frase sobre “paciência” do futuro mandatário, proferida no Egito, onde chegou de carona em jatinho de amigo empresário investigado pela Lava Jato.

**Dois caminhos aqui para interpretar a ironia da abertura do editorial. O jornal quis chocar logo na primeira frase para alertar sobre o tamanho da aventura que o petista propunha ao país. Ou o jornal quis chocar porque é o que ele sempre faz quando se trata de Lula. Para leitores que procuraram o ombudsman, a segunda trilha parece a mais provável.**

[coluna 33; parágrafo 71; enquadramento sobre candidaturas e partidos; 20/11/2022]

**Novembro: “Não era orçamento secreto? Por que agora são emendas do relator, dias após as eleições?” “Já passou da hora de a Folha entender que golpismo não é opinião.” “A Folha começa a insuflar sua derrubada, como fez em passado recente com mandatária eleita pelo povo.” “O viés anti-Lula do jornal já está alcançando o limite da desonestidade.” “A guinada da Folha para a direita é radical. Os últimos editoriais são repulsivos. Não me lembro de ter lido nada parecido em 2018, no pós-eleição do presidente Bolsonaro.” “Parte da normalidade envolve este jornal meter o pau no PT, como sempre fez.”**

[coluna 34; parágrafo 80; enquadramento sobre candidaturas e partidos; 25/12/2022]

Conforme delineado nas seções 2.3 e 2.3.1, o *ombudsman* tem a prerrogativa de ser um representante do público consumidor, abrindo espaço para suas opiniões, sugestões e comentários em geral a respeito da cobertura do jornal (COSTA, 1991; MANUAL, 2007). O que corrobora para a constatação de Mesquita (2002, p. 238) de que "a maioria dos leitores que se dirigem ao *ombudsman* se expressa sobre assuntos que a tocam diretamente: isso corresponde à função manifesta de todo mediador". Entre os parágrafos com críticas identificados – além da citação logo acima (coluna 34; parágrafo 80) –, estão alguns que fazem menção aos leitores.

**Entre os leitores, ficou a percepção de que a Folha inicia a cobertura das eleições de 2022 sem a devida imparcialidade. Curiosamente, ferramenta do jornal que monitora o debate político no Twitter aponta Huck à direita presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e Moro, como esperado, próximo de Bolsonaro.**

[coluna 2; parágrafo 3; posicionamento sobre candidaturas e partidos]

**Leitores alegaram que a pesquisa extrapolou a política e promoveu um julgamento fora dos tribunais, baseado em uma cobertura acrítica da Lava Jato. Outros viram problemas na formulação da pergunta. É a segunda vez que o Datafolha afere se os brasileiros consideram ou não justa a prisão do ex-presidente Lula.**

[coluna 4; parágrafo 6; enquadramento sobre pesquisas eleitorais]

**"Folha em transe." Esse foi um dos comentários dirigidos ao ombudsman acerca da publicação da entrevista epistolar com Cesare Battisti. Para muitos, assunto requeitado que a Folha usa para minar a candidatura Lula. Para outros, miopia noticiosa, pelo fato da segunda parte da entrevista ter ocupado a manchete do site do jornal na manhã de quinta-feira (23), quando era de se esperar repercussão ou mais informações sobre a prisão na véspera de Milton Ribeiro.**

[coluna 17; parágrafo 31; espaço dado sobre candidaturas e partidos]

**Se a contagem parece capciosa, dado que não faltou polêmica em torno do petista na última semana, um leitor bom de arquivo rememorar alguns títulos da seção de quatro anos atrás, quando o jornal demonstrava “inaudita boa vontade” com o recém-eleito Jair Bolsonaro e Paulo Guedes: “Ensaio de otimismo”, “Reforço aos cofres”, “Ambição liberal”. Após 33 anos, escreveu, deixará de ler a Folha.**

[coluna 33; parágrafo 74; enquadramento sobre candidaturas e partidos; 20/11/2022]

Num período de quatro anos entre uma eleição e outra, as Eleições de 2022 começaram a receber atenção do jornalismo, especialmente da editoria de Política, em 2020, dois anos antes da votação. As 34 colunas selecionadas e divididas em 81 parágrafos com críticas positivas e negativas mostram que o *ombudsman* cumpriu com independência o seu papel de crítico dos conteúdos publicados diariamente na Folha de S. Paulo, olhando para todos os setores e tipos de produtos oferecidos no impresso e no online. As críticas foram feitas com base na opinião dos leitores e nos conhecimentos do ocupante da função, indicando questões desde o título da matéria até a forma como o jornal se posiciona frente a um assunto. A partir dessa leitura e das informações fornecidas nesta seção do capítulo, a pesquisa segue para a criação e contabilização das categorias inerentes à Análise de Conteúdo.

#### **4.4 Categorização e frequência das críticas do *ombudsman***

Após a compreensão de como os *ombudsmän* redigem suas críticas, positivas ou negativas, a pesquisa definiu que as unidades de análise seriam os parágrafos, conforme dito na seção 4.2. No momento seguinte à escolha destas unidades, as críticas foram classificadas



em um primeiro nível de categorias criadas com base na hipótese de pesquisa (críticas sobre o tratamento dado aos candidatos, com mais ou menos espaço; e críticas sobre enquadramentos que podem prejudicar ou beneficiar alguém, sendo esta a mais frequente) e nas sucessivas leituras para que nenhum parágrafo ficasse sem classificação, respeitando a regra da exaustividade. Assim, o primeiro conjunto de opções que questiona **o que critica** foi formado, em ordem alfabética, por: **enquadramento**, quando o *ombudsman* aponta que a abordagem ou enfoque de um fato foi/não foi o melhor/adequado/necessário e deveria ter sido feito de outra maneira; **espaço dado**, quando há crítica sobre algum fato ou personagem ter tido pouco/muito ou adequado/inadequado espaço no jornal, ter demorado a fazer a cobertura ou ter promovido bem suas reportagens; **falta de cobertura**, quando a coluna crítica que não houve cobertura sobre um acontecimento relacionado às eleições; e **posicionamento**, quando o *ombudsman* critica a postura do jornal frente a um assunto ligado ao período eleitoral ou ao espaço cedido aos columnistas.

O segundo nível de categorias foi criado também a partir de sucessivas leituras das unidades de registro selecionadas para análise e dizem respeito ao tema das críticas, no sentido de indicar **sobre o que** estão incidindo as críticas. As opções de escolha, conforme indicado na primeira etapa da análise (seção anterior), são, em ordem alfabética: **ameaças à democracia**, quando a crítica fala de desinformação, tentativas de golpe e movimentos em defesa da democracia; **candidaturas e partidos**, quando fala sobre os candidatos à presidência, seus respectivos partidos políticos e pessoas relacionadas; **eleições em geral**, quando a crítica se direciona ao processo eleitoral como um todo; **eleitorado**, quando os eleitores e suas vivências são trazidas pelo *ombudsman*; **meio ambiente**, quando a coluna cita pautas dentro deste assunto e as relaciona com as eleições; e **pesquisas eleitorais**, quando trata das pesquisas de opinião realizadas durante o período eleitoral para saber o que os eleitores pensam sobre determinado assunto ou candidato. Novamente, as colunas e suas respectivas críticas positivas (indicadas pelo asterisco (\*)) e negativas, foram separadas em período pré-eleitoral (04/11/2018 - 15/08/2022), período eleitoral (15/08/2022 - 30/10/2022) e período pós-eleitoral (06/11/2022 - 25/12/2022). Todos os parágrafos selecionados para a análise estão destacados no Anexo A do trabalho. A organização do tratamento dos conteúdos está expressa no quadro a seguir.

**Quadro 2** - Categorização das críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo sobre a cobertura das Eleições de 2022

Ano	Nº da coluna	Nº do parágrafo	O que critica	Sobre o que
2020	1	-	-	-
2020	2	1	espaço dado	candidaturas e partidos
		2	enquadramento	candidaturas e partidos
		3	posicionamento	candidaturas e partidos
2021	3	4	espaço dado	candidaturas e partidos
		5	enquadramento	candidaturas e partidos
2021	4	6	enquadramento	pesquisas eleitorais
2021	5	7	enquadramento	eleições em geral
		8*	enquadramento	eleições em geral
2021	6	9*	enquadramento	ameaças à democracia
		10	espaço dado	ameaças à democracia
2021	7	11	espaço dado	ameaças à democracia
		12	espaço dado	ameaças à democracia
2021	8	13	enquadramento	ameaças à democracia
		14*	enquadramento	ameaças à democracia
2021	9	15*	enquadramento	ameaças à democracia
		16	enquadramento	ameaças à democracia
		17	espaço dado	ameaças à democracia
2021	10	18	espaço dado	candidaturas e partidos
		19	espaço dado	candidaturas e partidos
		20*	espaço dado	candidaturas e partidos
2021	11	21	espaço dado	candidaturas e partidos
		22	enquadramento	candidaturas e partidos
2021	12	-	-	-
2022	13	-	-	-
2022	14	23	falta de cobertura	ameaças à democracia

		24	enquadramento	ameaças à democracia
2022	15	25	espaço dado	candidaturas e partidos
		26	posicionamento	candidaturas e partidos
2022	16	27	enquadramento	ameaças à democracia
		28	falta de cobertura	candidaturas e partidos
2022	17	29	enquadramento	eleições em geral
		30	enquadramento	pesquisas eleitorais
		31	espaço dado	candidaturas e partidos
2022	18	32	espaço dado	ameaças à democracia
		33	posicionamento	ameaças à democracia
2022	19	34	enquadramento	candidaturas e partidos
		35	espaço dado	eleitorado
		36	falta de cobertura	eleitorado
2022	20	37	falta de cobertura	ameaças à democracia
		38	falta de cobertura	ameaças à democracia
2022	21	39	espaço dado	meio ambiente
		40	espaço dado	meio ambiente
		41	espaço dado	ameaças à democracia
		42	espaço dado	candidaturas e partidos
		43	enquadramento	candidaturas e partidos
2022	22	44	espaço dado	meio ambiente
		45	espaço dado	candidaturas e partidos
		46	espaço dado	pesquisas eleitorais
2022	23	47	espaço dado	candidaturas e partidos
		48	enquadramento	ameaças à democracia
		49	falta de cobertura	eleitorado
2022	24	50	espaço dado	pesquisas eleitorais

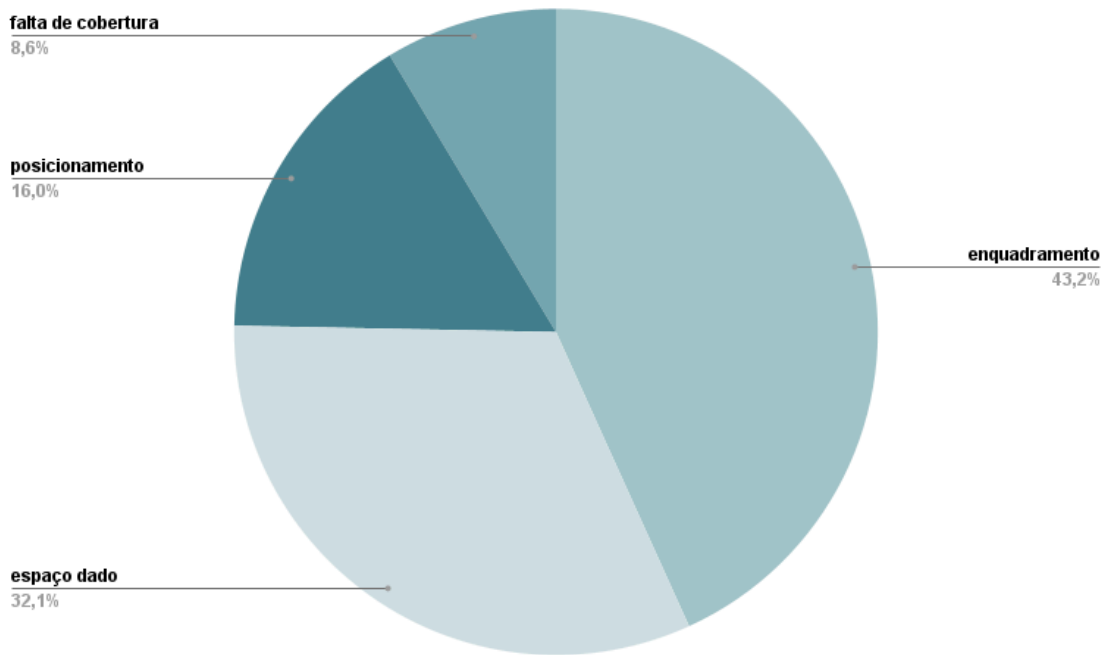
2022	25	51	enquadramento	candidaturas e partidos
2022	26	52	enquadramento	candidaturas e partidos
		53	posicionamento	ameaças à democracia
2022	27	54	falta de cobertura	eleitorado
		55	enquadramento	pesquisas eleitorais
		56	espaço dado	candidaturas e partidos
2022	28	57	enquadramento	candidaturas e partidos
		58	enquadramento	ameaças à democracia
		59	espaço dado	candidaturas e partidos
2022	29	60	posicionamento	ameaças à democracia
		61	enquadramento	pesquisas eleitorais
2022	30	62*	espaço dado	candidaturas e partidos
		63	posicionamento	eleições em geral
		64	posicionamento	eleições em geral
2022	31	65	enquadramento	candidaturas e partidos
		66	enquadramento	ameaças à democracia
		67	enquadramento	ameaças à democracia
		68	enquadramento	ameaças à democracia
2022	32	69	enquadramento	ameaças à democracia
		70	posicionamento	ameaças à democracia
2022	33	71	enquadramento	candidaturas e partidos
		72	enquadramento	candidaturas e partidos
		73	enquadramento	candidaturas e partidos
		74	enquadramento	candidaturas e partidos
		75	posicionamento	eleições em geral
2022	34	76	posicionamento	ameaças à democracia
		77	posicionamento	candidaturas e partidos

		78	posicionamento	eleições em geral
		79	posicionamento	ameaças à democracia
		80	enquadramento	candidaturas e partidos
		81	enquadramento	candidaturas e partidos

Fonte: elaboração própria.

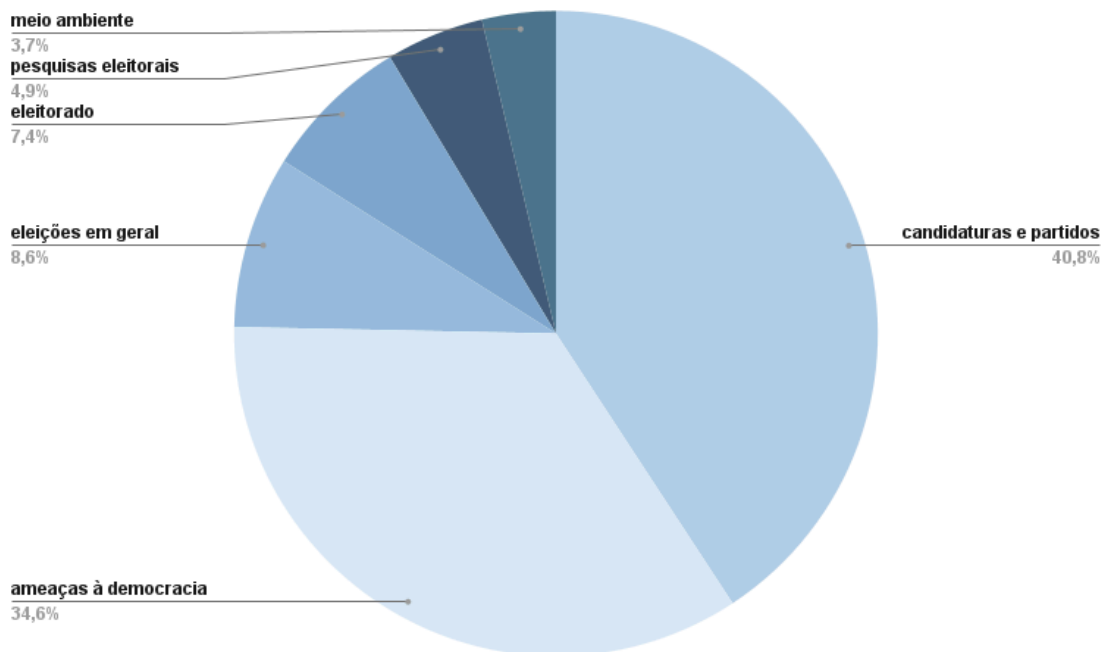
Na sequência da Análise de Conteúdo, a divisão dos parágrafos em categorias permite o cálculo da frequência com que cada uma aparece, contribuindo para a inferências a respeito do objeto. Dentro do primeiro nível de categorias (o que critica), aparecem em ordem decrescente: **enquadramento** (35), **espaço dado** (26), **posicionamento** (13) e **falta de cobertura** (7). Já no segundo nível de categorias (sobre o que critica), estão também em ordem decrescente: **candidaturas e partidos** (33), **ameaças à democracia** (28), **eleições em geral** (7), **pesquisas eleitorais** (6), **eleitorado** (4) e **meio ambiente** (3). A análise da frequência auxilia na conclusão de que a maioria das críticas foram direcionadas ao enquadramento, quando a abordagem/enfoque foi/não foi o melhor e poderia ser outro; e ao espaço dado, quando o assunto recebeu/não recebeu o espaço ideal dentro da cobertura; e falavam sobre os candidatos, junto de seus respectivos partidos e pessoas relacionadas, e das ameaças à democracia presentes não só em conteúdos desinformativos e tentativas de golpe, mas no movimento oposto de defesa do sistema político. Os dados podem ser melhor visualizados nos gráficos a seguir.

**Figura 4** - Frequência do primeiro nível de categorias: o que critica



Fonte: elaboração própria.

**Figura 5** - Frequência do segundo nível de categorias: sobre o que incidem as críticas



Fonte: elaboração própria.

Em relação a divisão das colunas segundo o período de publicação, o *ombudsman* realizou 36 críticas em 19 colunas durante o período pré-eleitoral, 28 críticas em 11 colunas durante o período eleitoral e 17 críticas em 4 colunas durante o período pós-eleitoral. A grande maioria dos apontamentos feitos foram no sentido negativo, 75 críticas, contra apenas 6 críticas positivas que estão indicadas pelo asterisco (\*) no Quadro 2. As unidades de análise com essas críticas positivas são apresentadas a seguir em negrito com suas respectivas unidades de contexto:

**Seria importante entender se há limites que as Forças Armadas não se dispuseram a cruzar, quais são eles e, ponto máximo de atenção, se as políticas estaduais estariam propensas a isso. Sobre a discussão, há dois bons episódios do podcast diário da Folha, o Café da Manhã.**

[...] Após mais de 30 anos de redemocratização, os militares mergulharam até a ponta do quepe na política. Se vão recuar, só as articulações para as eleições de 2022 e o olhar atento da imprensa dirão.

[coluna 5; parágrafo 8; enquadramento sobre eleições em geral; 04/04/2021]

**A Folha escolheu bem as palavras para demonstrar o que está acontecendo. “Bolsonaro diz que pode usar armas fora da Constituição” foi sua manchete no impresso de quinta-feira (5). “Bolsonaro diz estar chegando a hora de deixar a Constituição, e Fux reage” foi o enunciado do dia seguinte.**

[coluna 6; parágrafo 9; enquadramento sobre ameaças à democracia; 08/08/2021]

O sutil incomoda mais que o literal. Recentemente este ombudsman discutiu em crítica interna com a Redação o seguinte enunciado: “Bolsonaristas invertem narrativa e tentam dar verniz democrática a ato com raiz golpista no dia 7”. Uma análise do jornal mostrava mudança de tom nas convocações para o feriado, em comparação com manifestações anteriores, o que sugeria uma ação coordenada.

[...] **Alguns dias e outros tantos arreganhos mais tarde, uma análise sobre o mesmo assunto ofertou o título que imaginava mais preciso: “Bolsonaro finge moderação e insufla atos golpistas no 7 de setembro”.**

[coluna 8; parágrafo 14; enquadramento sobre ameaças à democracia; 05/09/2021]

**Os principais veículos de imprensa fizeram o trabalho possível na última semana, com erros e acertos. Entre estes, o editorial de capa “Bolsonaro é o perdedor”, no impresso de terça-feira, quando a Folha delineou o repúdio que a sociedade brasileira manifestaria a despeito da dimensão a ser alcançada pelos atos golpistas.**

[coluna 9; parágrafo 15; enquadramento sobre ameaças à democracia; 12/11/2021]

**Curiosamente, saiu da Folha o principal fato eleitoral envolvendo Lula neste mês, a possibilidade de uma chapa heterodoxa com o ex-governador e futuro ex-tucano Geraldo Alckmin. Ainda que balão de ensaio, movimentou o antecipado cenário eleitoral, que vai dar muito trabalho aos jornalistas e, tudo indica, gerar enorme turbulência neste país já tão desconjuntado.**

[coluna 10; parágrafo 20; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 21/11/2021]

**Em um espaço de dias, a cobertura da Folha, que vinha entre altos e baixos e limitações consideráveis, não muito diferente das de seus principais concorrentes, emplacou duas reportagens que afetaram as corridas eleitorais mais importantes do segundo turno.**

Na disputa nacional, um plano de Paulo Guedes para mexer na correção de salário mínimo e aposentadoria após as eleições, que torpedeou a campanha de Jair Bolsonaro em parte sensível de seu casco. Na esfera estadual, o relato sobre um segurança de Tarcísio de Freitas, que, de maneira insólita, pressionou um cinegrafista da Jovem Pan a apagar imagens captadas no tiroteio em Paraisópolis. Além de uma morte, restam agora muitas questões a serem elucidadas.  
[coluna 30; parágrafo 62; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 30/10/2022]

As críticas que fizeram apontamentos positivos à cobertura estão categorizados em **enquadramento** (4) e **espaço dado** (2), que elogiaram a precisão dos títulos e os conteúdos produzidos pelo jornal sobre **ameaças à democracia** (3), **candidaturas e partidos** (2) e **eleições em geral** (1). Estes comentários correspondem a apenas 7,4% do grupo de parágrafos selecionados, mostrando que o olhar negativo para a cobertura, baseada na indicação de falhas, prevaleceu na coluna. A partir dessa primeira conclusão, a pesquisa faz outra análise em que combina os níveis um e dois das categorias para saber a frequência dentro dos textos do *ombudsman*, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 1** - Frequência da combinação entre os níveis categorias da análise de conteúdos das colunas do *ombudsman*

o que é	sobre o que	frequência
espaço dado	ameaças à democracia	6
	candidaturas e partidos	14
	eleições em geral	-
	eleitorado	1
	meio ambiente	3
	pesquisas eleitorais	2
enquadramento	ameaças à democracia	13
	candidaturas e partidos	15
	eleições em geral	3
	eleitorado	-
	meio ambiente	-
	pesquisas eleitorais	4
	ameaças à democracia	3



falta de cobertura	candidaturas e partidos	1
	eleições em geral	-
	eleitorado	3
	meio ambiente	-
	pesquisas eleitorais	-
posicionamento	ameaças à democracia	6
	candidaturas e partidos	3
	eleições em geral	4
	eleitorado	-
	meio ambiente	-
	pesquisas eleitorais	-

Fonte: elaboração própria

Com este agrupamento, observa-se que mais da metade das críticas feitas pelo *ombudsman*, 42 dos 81 apontamentos selecionados, são sobre os **enquadramentos das candidaturas** (15), **tipo de espaço dado às candidaturas** (14), e os **enquadramentos de questões que ameaçam à democracia** (13). Na outra ponta, foram realizadas poucas críticas sobre o **tipo de espaço dado ao eleitorado** (1) e **falta de cobertura das candidaturas e partidos** (1). As combinações podem ser observadas nos seguintes parágrafos destacados em negrito com suas respectivas unidades de contexto:

Ruy Castro sentiu necessidade de explicar como se faz uma entrevista. Flávia Boggio, de como estragar uma. E o G1, de comprovar que Renata Vasconcellos não usou sapatos vermelhos para falar com Lula.

**Já a Folha sentiu a necessidade de usar a conjunção “mas” em três títulos de viés positivo para o petista. Apenas um enunciado do jornal afirmou sem delongas que Lula foi bem em seus 40 minutos de JN. O Estado de S. Paulo não se deu a ousadia. O Globo e Valor, sim.**

[coluna 21; parágrafo 38; enquadramento sobre candidaturas; 28/08/2022].

Enxurrada de mensagens enviadas ao ombudsman cobrou da Folha acompanhamento adequado do périplo de Luiz Inácio Lula da Silva pela Europa. O jornal e boa parte da “mídia comercial”, conforme uma das críticas, escondeu o sucesso da jornada do petista nos últimos dias, recebido com aplausos no Parlamento Europeu, com batucada na Sciences Po e com honrarias de chefe de Estado no Palácio do Eliseu.

**O jornal de fato foi modesto na cobertura, valendo-se de reportagens de parceiros europeus, como Deutsche Welle e BBC Brasil. Exceção feita à coluna Toda Mídia, apenas na quarta-feira (17) a Folha produziu material próprio sobre a viagem, na verdade um texto de opinião de Mathias Alencastro**

**reproduzido no impresso do dia seguinte. Pouco para os leitores queixosos, muito pouco para os adeptos da pré-candidatura petista.**

[coluna 10; parágrafo 14; espaço dado sobre candidaturas e partidos; 21/11/2021]

**Uma nota sobre Steve Bannon alegando fraude no Brasil não ponderava no título que o ex-estrategista de Donald Trump não tinha nenhuma prova do que falava. O título chegou a ser alterado, mas o enunciado original já navegava livre com seu sentido fático na internet mostrando que até a Folha confirmava a mutreta que nunca existiu na eleição.**

[coluna 31; parágrafo 66; enquadramento sobre ameaças à democracia; 06/11/2022]

Desse Brasil diverso, com voz para mulheres, negros e outros tantos movimentos sociais, onde “capital e trabalho se unem para defender o Estado Democrático de Direito”, a Folha estava próxima, tinha peso, nadava de braçada em águas conhecidas. Ao fim do dia, era a própria opinião do jornal que ocupava a manchete de seu site, com o editorial “As cartas e a Carta”, sobre os movimentos cívicos em todo o país que “deixaram claro ao pretendente a autocrata no Palácio do Planalto os limites inegociáveis da democracia brasileira”.

**Seria bom apurar o que pessoal daqueles outros Brasis, os da Amazônia e do Centro-Oeste, para ficar nos exemplos citados, acharam de tamanha movimentação. Talvez o leitor de Boa Vista e o representando do agronegócio tenham visto São Paulo do jeito que a Folha às vezes percebe o país que habitam: distante.**

[coluna 19; parágrafo 30; espaço dado ao eleitorado; 14/08/2022]

Na última semana, vários colunistas da Folha dispararam alarmes em tom parecido. Na página A2: “Vai ter golpe”, escreveu Mariliz Pereira Jorge; “O golpe de Bolsonaro é militar”, segundo Bruno Boghossian; “Ditadura com Bolsonaro”, é o que vem a seguir, de acordo com Ruy Castro; “O Golpe pode dar errado”, projeto Maria Hermínia Tavares, um fio de esperança, como anotado por leitores, mas que parte do inevitável ato ensaiado desde o dia zero pelo bolsonarismo. [...]

**Como lembrou Maria Hermínia, melar a disputa nacional significará melar todos os outros pleitos de outubro. O voto não é apenas para a Presidência, mas para Câmara, Senado, assembleias e governos estaduais. Concorrentes deveriam ser questionados sobre ganhar e não levar. Folha e UOL, por exemplo, desperdiçaram a chance de perguntar nas sabatinas dos pré-candidatos ao governo de São Paulo o que eles farão diante da consumação do golpe e do fato de, quem sabe, estarem eleitos mas impedidos de tomar posse por algum cabo ou soldado.**

[coluna 16; parágrafo 23; falta de cobertura sobre candidaturas; 08/05/2022]

Ao olhar para a produção de colunas e de críticas de acordo com o contexto anterior, concomitante ou posterior às eleições, a pesquisa observa que o ano de 2022 tem mais textos publicados que tratavam do assunto em relação aos anos de 2020 e 2021, conforme descrito abaixo do quadro 1 na seção 4.2. E complementa indicando que todas as colunas postadas durante o período eleitoral foram selecionadas para a análise. Isso porque com a proximidade do acontecimento agendado se tornar realidade, a cobertura do jornalismo se volta para ele e, conseqüentemente, as críticas das produções também aumentam. Vale ainda ressaltar que os períodos possuem durações diferentes: período pré-eleitoral (36 parágrafos ao longo de 1 ano e 9 meses), período eleitoral (28 parágrafos durante 2 meses) e período pós-eleitoral (17 parágrafos em 1 mês).

Entretanto, se formos dividir o número de parágrafos pelo número de colunas publicada em cada período, o pós-eleitoral se destaca com uma média de 4,25 críticas por texto – número alto em função da última coluna publicada em 2022, “Um ano difícil para a Folha” (25/12/2022), com seis críticas selecionadas, que fez uma compilação dos comentários enviados pelos leitores ao longo do ano. Os períodos pré-eleitoral e eleitoral ficaram com uma média de 1,8 e 2,5 críticas por coluna, respectivamente. A Tabela 2 apresenta uma compilação da quantidade de colunas e críticas analisadas em cada período e a frequência das categorias definidas na análise.

**Tabela 2** - Divisão das colunas e categorias segundo o período das eleições

<b>ano</b>	<b>colunas e parágrafos</b>	<b>o que critica</b>	<b>sobre o que critica</b>
<b>período pré-eleitoral</b>			
2020	2 colunas 3 parágrafos	1 espaço dado 1 enquadramento 1 posicionamento	3 candidaturas e partidos
2021	10 colunas 19 parágrafos	10 enquadramento 9 espaço dado	9 ameaças à democracia 7 candidaturas e partidos 2 eleição em geral 1 pesquisa eleitoral
2022 - até 15/08	7 colunas 14 parágrafos	5 enquadramentos 4 espaço dados 3 falta de cobertura 2 posicionamento	5 ameaças à democracia 5 candidaturas e partidos 2 eleitorado 1 eleição em geral 1 pesquisa eleitoral
<b>período eleitoral</b>			
2022 - entre 15/08 e 30/10	11 colunas 28 parágrafos	12 espaço dado 8 enquadramento 4 falta de cobertura 4 posicionamento	10 candidaturas e partidos 7 ameaças à democracia 4 pesquisa eleitoral 3 meio ambiente 2 eleições em geral 2 eleitorado
<b>período pós-eleitoral</b>			
2022 - entre 06/11 e 25/12	4 colunas 17 parágrafos	11 enquadramentos 6 posicionamento	8 candidaturas e partidos 7 ameaças à democracia 2 eleições em geral

Fonte: elaboração própria

Portanto, com a seleção, organização e, posterior, categorização e cálculo da frequência, encerra-se a parte quantitativa da análise de conteúdo das críticas presentes nas colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo sobre o acontecimento Eleições 2022. Apenas classificar e contar quantas vezes marca presença no texto não é o suficiente, sendo necessário o tensionamento com os tópicos explanados nos capítulos 2 e 3 deste trabalho que dissertam sobre crítica de mídia e *ombudsman*; acontecimento, jornalismo político e eleições, respectivamente.

#### 4.5 Discussão dos resultados

Ao longo deste capítulo que tratou da metodologia da Análise de Conteúdo, baseada em Bardin (1979) e demais referências, as colunas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo e seus respectivos parágrafos selecionados como unidades de análise foram apresentados como *corpus* da pesquisa. Os dados e interpretações extraídos após a análise qualitativa-quantitativa do material permitem o encerramento do presente capítulo com a elaboração da discussão dos resultados sobre a crítica de mídia na figura do *ombudsman* dentro do jornal a respeito da cobertura das Eleições de 2022.

A primeira observação a ser feita é o uso recorrente do espaço da coluna pelo *ombudsman* para publicizar a opinião do leitor, fortalecendo esse vínculo que ajudou a fundar a função e legitimando a crítica, como identificou Franzoni e Furtado (2011). Nesse sentido, é importante relembrar uma citação de Bittencourt (2016, p. 83) presente no capítulo sobre crítica de mídia e *ombudsman*, que afirma que “assim como o jornalismo reproduz a sua visão de mundo quando produz a notícia, o crítico também reproduz a sua visão sobre o jornalismo”. Com base em seus conhecimentos da profissão, os *ombudsmän* aqui escolhidos fizeram críticas sobre questões técnicas e do contexto da produção diária que falaram de diversos assuntos presentes durante a cobertura do acontecimento. Como descrito nesta pesquisa, alguns se destacaram mais do que outros e o viés negativo dos apontamentos se sobressaiu no tom da coluna. Dessa maneira, reforço que apesar do “vício de origem” de ser alguém escolhido pelo jornal para fazer a crítica dele (CARRATO, 2002, p. 5), o *ombudsman* da Folha de S. Paulo cumpriu com o seu papel de representante do leitor e de crítico de mídia dentro do jornal, também dentro das funções descritas por Mesquita (2002).

O segundo aspecto a ser apontado é que a Folha de S. Paulo começou a tratar do assunto já em 2020, embasando a concepção das eleições enquanto um acontecimento

agendado (MOLOTCH; LESTER, 1999; BERGER; TAVARES, 2010), aguardado no calendário de eventos e não algo imprevisível (FRANÇA, 2012), conforme teorizado no capítulo 3. Entretanto, a frequência maior de aparição do assunto foi em 2022, com 22 colunas, e durante o período eleitoral, com 11 colunas. Por mais que haja antecipação e preparação, é com a proximidade do evento que a cobertura passa a dar mais visibilidade para o assunto nas páginas do jornal. Ademais, também se observa que os conteúdos se dissipam após a ocorrência do evento quando o candidato escolhido passa a ser tratado como presidente eleito esperando a posse. Como consequência dessa cobertura, surgem as críticas do *ombudsman* que apontam questões técnicas dos jornalismo relacionadas à apuração, à construção do texto e dos títulos, à interpretação dos fatos e às escolhas feitas pelos profissionais e pelos veículos, assim como sistematiza Bittencourt (2016) no capítulo 2.

A categorização destas críticas demonstrou que a maioria falava dos enquadramentos e dos tipos de espaço dado para as candidaturas e das ameaças à democracia. Ressalta-se, assim, em terceiro lugar, que a hipótese de pesquisa estava correta ao prever críticas ao espaço dado e ao enquadramento, sendo este o mais frequente. O que não estava previsto na hipótese e surgiu durante a análise foi a criação de um segundo nível de categorias para classificar sobre o que as críticas falaram: assuntos como tentativa de golpe, desinformação, defesa da democracia, meio ambiente e eleitorado chamaram a atenção da coluna durante estas eleições e foram contempladas em categorias na análise de conteúdo – reforçando uma ideia apresentada brevemente no capítulo 3 de que existe um espaço para fatos imprevisíveis dentro de um acontecimento planejado. Assim como em eleições anteriores houve uma característica marcante (ver seção 3.3), estas temáticas podem vir a ser no futuro algo que caracterize as Eleições de 2022.

Já a quarta observação entende que as críticas são muito mais negativas do que positivas e acabam se repetindo. Para exemplificar, o *ombudsman* cobrou e foi atendido na correção de títulos; por outro lado, fez 19 críticas a respeito de posicionamento do jornal e enquadramento de matérias sobre questões que ameaçam à democracia. Outros dados levantados pela pesquisa demonstram que a recorrência das mais diversas críticas podem refletir uma não leitura ou uma desconsideração/escanteamento dos apontamentos; porém, apenas um estudo comparativo entre os conteúdos publicados e a crítica dominical para afirmar com certeza tal postura dos jornalistas. Vale lembrar ainda que o responsável pelo cargo faz críticas internas durante a semana e a crítica externa aos domingos com sua opinião e com a dos leitores do jornal através de comentários e e-mails. Ainda sim, a pesquisa reforça o caráter repetitivo dos apontamentos feitos.

A partir disso, a quinta e última reflexão indica que as repetições das críticas não estão restritas somente ao espaço temporal da cobertura das Eleições de 2022, mas sim ao das eleições anteriores. Com base no pequeno histórico feito no capítulo anterior, a cobertura jornalística dos pleitos realizados desde a redemocratização também foram alvo de críticas sobre o tipo de espaço dado e os enquadramentos usados no tratamento dos candidatos em diferentes meios, como televisão e jornal impresso (ALBUQUERQUE, 1994; MIGUEL, 2001; ALDÉ, 2003; RUBIM; COLLING, 2005; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; ALENCAR, 2011; AZEVEDO, 2018; MUNDIM, 2018). Portanto, os problemas apontados pelos *ombudsmän* da Folha de S. Paulo sobre as Eleições de 2022 não são exclusivos do jornal nem da eleição que a pesquisa escolheu para estudar. Estas falhas e poucos elogios, baseados em questões inerentes à profissão, continuam na medida que comentários desta natureza permanecem eleição após eleição nas análises do trabalho dos veículos de comunicação, demonstrando que o jornalismo ainda enfrenta dificuldades para fazer uma cobertura adequada antes, durante e depois de um dos maiores eventos da democracia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epígrafe deste trabalho diz: “uma sociedade sem crítica é uma sociedade morta: o componente humano cede lugar às relações maquínicas, aos processos tecnológicos marcados por inteligências artificiais e estúpidas” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 19). A crítica parte da apreciação, do olhar atento, leigo ou especializado, que analisa um determinado objeto despretensiosamente ou com um objetivo certo. Precisamos desta crítica, assim como precisamos de informação, para tomar decisões. O jornalismo nos ajuda nisso ao cumprir suas finalidades (REGINATO, 2016) e a crítica ajuda o jornalismo a melhorar o seu trabalho. É um ciclo, uma relação entre o emissor e o receptor que se alterna a todo momento, modificando a mensagem.

Neste trabalho, olhamos para o lado crítica e vimos o que a crítica viu. Dentro dos jornais, e no caso deste estudo é a Folha de S. Paulo, a crítica tem o cargo de *ombudsman* cuja rotina se ocupa de escrever as análises diárias e internas, entregues na redação de segunda a sexta-feira, e a análise externa, publicada aos domingos nas páginas do impresso e do online (MANUAL, 2007). Criado em 1986 e ocupado em 1989 por Caio Túlio Costa, o *ombudsman* da Folha já teve mais treze jornalistas na função até o presente momento. A opinião não é só de quem está sentado na cadeira, mas também a do público consumidor do jornal, expressa em comentários, e-mails, ligações, cartas etc. Aqui, se mistura os parâmetros do crítico leigo, sustentado em tudo que atravessa a sua vivência, e do crítico especializado em jornalismo, também sustentado em tudo que atravessa a sua vivência somado aos conhecimentos próprios da profissão. Esta última tem uma presença maior em seus julgamentos: questões como título, fonte ouvida ou não, espaço destinado ao assunto, enquadramento da matéria, interpretações, funcionamento do jornal guiam a crítica.

Uma delas me trouxe até este trabalho e está na lista do *corpus* de pesquisa. A coluna “As direitas se movem”, publicada em 15 de novembro de 2020, pela então *ombudsman* Flávia Lima é a segunda a falar das Eleições de 2022, e a primeira a ter críticas, após o período eleitoral de 2018 já em uma antecipação do acontecimento. A partir deste percurso, a pesquisa elaborou a hipótese de que seriam feitas mais críticas ao espaço dado e ao enquadramento usado nas matérias, sendo este último mais frequente. Com base neste pensamento, o objetivo geral prometeu e cumpriu com a ideia de especificar as críticas do *ombudsman* da Folha de S. Paulo a respeito da cobertura jornalística do acontecimento Eleições de 2022. Os objetivos específicos foram alcançados ao longo dos capítulos: a) discutir a noção de crítica da mídia e o papel do *ombudsman* no jornalismo (capítulo 2); b)

analisar as eleições como acontecimento jornalístico na cobertura de política (capítulo 3); c) apresentar o contexto das Eleições de 2022 no Brasil (capítulo 3); e d) identificar o conteúdo das críticas à cobertura das Eleições de 2022 nas colunas do *ombudsman* (capítulo 4).

Para isso, foram escolhidas ao todo 34 colunas para a análise de conteúdo com o critério de falar das eleições. Dentro deste universo de textos, foram selecionados e categorizados 81 parágrafos com críticas a respeito da cobertura sobre o evento eleitoral. A crítica viu problemas, e alguns sucessos, com enquadramento (35), espaço dado (26), posicionamento (13) e falta de cobertura (7) sobre candidaturas e partidos (33), ameaças à democracia (28), eleições em geral (7), pesquisas eleitorais (6), eleitorado (4) e meio ambiente (3). Apenas três colunas não possuíam críticas à cobertura, apenas repercussões. Os números permitem confirmar a hipótese que motivou o estudo: foram feitas críticas a respeito do espaço dado e do enquadramento, sendo este o mais frequente. Os apontamentos se distribuem ao longo de mais de dois anos, separados entre períodos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Isso porque a eleição é um acontecimento agendado.

A partir da conceituação descrita no capítulo 3, um acontecimento de rotina, previsto no calendário com data para se tornar real e planejado com antecedência é um acontecimento agendado (MOLOTCH; LESTER, 1999; BERGER; TAVARES, 2010). Este tipo de acontecimento se difere daquele que rompe a rotina, a normalidade, algo inesperado (FRANÇA, 2012). Numa eleição, somente o seu resultado tem essa característica e ainda sim nem tanto com a quantidade de pesquisas eleitorais prevendo o resultado. Além de ser agendado, é um acontecimento político ao envolver instituições eleitorais, partidos, candidatos e eleitores em sua plena execução. A sua dimensão e importância para a sociedade democrática conferem ao acontecimento um “sentido de ocasião” (KATZ, 1999, p. 53) que mobiliza as pessoas ao seu redor. Cabe ao jornalismo então, em especial a editoria de Política, a antecipação, a especulação, a cobertura e a repercussão, ou seja, o acompanhamento antes, durante e depois, como demonstrado pelos resultados da análise de conteúdo: período pré-eleitoral (36 críticas em 19 colunas), período eleitoral (28 críticas em 11 colunas) e período pós-eleitoral (17 críticas em 4 colunas). Como dito na introdução, se o jornalismo está de olho nas eleições, a crítica está de olho no jornalismo.

A cobertura das eleições é alvo de análise de pesquisas acadêmicas com frequência. Para contextualizar as Eleições de 2022, esta pesquisa fez um panorama dos pleitos realizados desde a redemocratização, em 1989, após o período da Ditadura Cívico-Militar (1964-1985) e com o voto direto da população. Em todas elas (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018), foram feitas algum tipo de crítica a respeito da forma como o jornal retratou o evento,



os candidatos e os assuntos relacionados ao acontecimento. Assim, críticas como enquadramento e espaço dado aos candidatos, por exemplo, não só se repetiram dentro desta cobertura específica, como também não são questões inéditas das eleições aqui analisadas, estendendo-se às outras votações anteriores. O que nos leva a questionar se essa crítica dentro do jornal, com a presença da opinião do leitor, é levada em consideração pelos demais jornalistas na redação. Afinal, o problema persiste no jornalismo e não é pela falta de aviso.

Dessa maneira, este estudo cumpriu com a sua proposta de dar um exemplo do trabalho exercido pelo *ombudsman* e adicionar um tipo de análise da cobertura das Eleições de 2022 à literatura sobre o tratamento dado à corrida eleitoral no jornalismo. Destaca-se, novamente, que os assuntos abordados ao longo dos capítulos possibilitaram alcançar os objetivos propostos e confirmar a hipótese que guiou a pesquisa, ambos já descritos anteriormente. Com a finalização deste trabalho, novas perguntas surgiram e podem igualmente contribuir para a construção do conhecimento sobre os temas trabalhados.

Começo pela sugestão de ampliação desta pesquisa com a análise de conteúdo das críticas do *ombudsman* sobre as eleições desde a sua implementação no jornal, sendo um recorte do trabalho feito por Azeredo (2019a). Também a partir do que foi realizado aqui, a execução de uma análise sobre como a pauta ambiental aparece na crítica do *ombudsman* despertou curiosidade e é bem-vinda, levando em consideração que foram realizadas três críticas sobre o pouco espaço dado ao tema nas páginas do jornal e a emergência climática que estamos vivendo. Na linha política, a relação da Folha com o Partido dos Trabalhadores (PT) foi trazida à tona nas críticas, principalmente no período pós-eleitoral com o novo governo eleito; portanto, a forma como o *ombudsman* fala da retratação do partido no jornal pode ser objeto de análise, assim como os editoriais foram na pesquisa de Azevedo (2018).

Por outra perspectiva, a relação entre o *ombudsman* e o leitor pode ser objeto de estudo, perguntando qual se utilizou mais e como utilizou os comentários e e-mails do público na construção da crítica dominical, na esteira do trabalho de Franzoni e Furtado (2011). Nesta relação, a crítica de mídia e *ombudsman* também podem ser estudados a partir de teorias de processos comunicacionais, como a teoria da Codificação/Decodificação de Stuart Hall (2003), que desenha um circuito contínuo de produção-distribuição-produção e aponta questões que interferem nesta sequência. Nesse sentido, também coloco como sugestão um estudo etnográfico dentro da redação para entender a relação entre os jornalistas e o *ombudsman* para saber como as críticas são recebidas e tratadas pelos profissionais. Por fim, uma comparação das críticas realizadas em observatórios de imprensa com a do *ombudsman* sobre um determinado acontecimento pode contribuir com a literatura sobre a crítica de mídia.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. A campanha presidencial no “Jornal Nacional”: observações preliminares. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-40, ago./nov. 1994. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Afonso-Albuquerque-2/publication/328951932\\_A\\_campanha\\_presidencial\\_no\\_Jornal\\_Nacional\\_observacoes\\_preliminares/links/5becd520299bf1124fd327cd/A-campanha-presidencial-no-Jornal-Nacional-observacoes-preliminares.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Afonso-Albuquerque-2/publication/328951932_A_campanha_presidencial_no_Jornal_Nacional_observacoes_preliminares/links/5becd520299bf1124fd327cd/A-campanha-presidencial-no-Jornal-Nacional-observacoes-preliminares.pdf). Acesso em 08 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. A mídia como “Poder Moderador”: uma perspectiva comparada. In: ANAIS DO 17º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2008. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2008/trabalhos/a-midia-como-poder-moderador-uma-perspectiva-comparada?lang=pt-br>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu Revista de Comunicação, Cultura e Política**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, p. 93-121, jan./jun. 2003. Disponível em: [http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n6\\_Alde.pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n6_Alde.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 153-172, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1688>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- ALENCAR, Jakson Ferreira de. **Jornalismo partidarizado: A Folha de S. Paulo nas eleições de 2010 e seus contrapontos na blogosfera**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/4335/1/Jakson%20Ferreira%20de%20Alencar.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- ALVES, Cileide. Jornais apoiaram o impeachment de Dilma? **Revista Panorama - Revista de Comunicação Social**, Goiânia, Brasil, v. 6, n. 1, p. 56–65, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/4862>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- AMORIM, Tade-Ane de. Nanotecnologia na imprensa: análise de conteúdo do jornal Folha de São Paulo. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v.4, n.2, p. 20-36, jan./jul. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2008v4n2p20/12347>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ANTUNES, Bruna Aquino Ferreira. **Crítica de mídia feminista na Web: uma análise sobre os blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas**. 2014. Trabalho de conclusão (Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000952886&loc=2015&l=0b2355af1a365b4d>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ARAUJO, André Correia da Silva de. **Mídia e literatura: o uso dos nomes próprios como metalinguagem crítica dos meios de comunicação.** 2013. Trabalho de conclusão (Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000912975&loc=2014&l=4833bc018c70dd33>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ARAÚJO, Nabil. Teses sobre o conceito de crítica. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.279-291, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/40484>. Acesso em: 30 nov. 2023.

AZEREDO, Diana de. **A crítica da cobertura jornalística nos 30 anos da coluna do ombudsman da Folha de S. Paulo.** 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019a. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214522/PJOR0132-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2023.

AZEREDO, Diana de. A crítica da cobertura jornalística sobre minorias a partir das colunas de ombudsman. **RuMoRes**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 169-189, dez. 2019b. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/160825>. Acesso em: 28 jun. 2023.

AZEREDO, Diana de. Racismo e crítica jornalística nas colunas de ombudsman da Folha de S. Paulo (1989-2020). In: MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa (orgs.). **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero.** Rio Branco: Nepan, 2021. p. 81 - 101. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Aquinei-Queiros/publication/353273321\\_Pesquisa\\_em\\_comunicacao\\_jornalismo\\_raca\\_e\\_genero/links/60f06a63fb568a7098b1d57d/Pesquisa-em-comunicacao-jornalismo-raca-e-genero.pdf#page=81](https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Aquinei-Queiros/publication/353273321_Pesquisa_em_comunicacao_jornalismo_raca_e_genero/links/60f06a63fb568a7098b1d57d/Pesquisa-em-comunicacao-jornalismo-raca-e-genero.pdf#page=81). Acesso em: 05 dez. 2023.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens.** Salvador: Edufba, 2004, p. 41-71. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf) Acesso em: 24 mar. 2022.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014).

**Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n.2, p. 270-290, maio/ago. 2018. Disponível em: [scielo.br/j/op/a/PTV4DpLGR7N88fgzsK8StMN/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/op/a/PTV4DpLGR7N88fgzsK8StMN/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 03 nov. 2023.

BARBOSA, João. “Kit gay” e “medo do comunismo”: o discurso grotesco na desinformação em período eleitoral. In: 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Goiânia, 2019, pg. 1-16.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** França: Presses Universitaires de France, 1979.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.

- BERABA, Marcelo. Situación del ombudsman em Brasil. **Revista de Comunicación**, Piura, v. 4, p. 66-73, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3870584.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B.. Tipologias do acontecimento jornalístico. *In*: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: Sistemas de Responsabilidade da Mídia. Bauru: EDUSC, 2002.
- BEZERRA, Heloisa Dias. **Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias**: proposta de modelo analítico. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://encr.pw/qzPNz>. Acesso em: 09 nov. 2023.
- BITTENCOURT, Wania Célia. Critérios técnicos de crítica de mídia noticiosa. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 70-85, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/32031>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- BRAGA, Jose Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo : Paulus, 2006.
- BRAGA, Jose Luiz. O sistema social crítico interpretativo. *In*: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p. 27- 43.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 out. 2023.
- BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14737compilado.htm#:~:text=L4737compilado&text=LEI%20N%C2%BA%204.737%2C%20DE%2015%20DE%20JULHO%20DE%201965.&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Eleitoral](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737compilado.htm#:~:text=L4737compilado&text=LEI%20N%C2%BA%204.737%2C%20DE%2015%20DE%20JULHO%20DE%201965.&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Eleitoral). Acesso em: 07 nov. 2023.
- BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas**: estratégias de apropriação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out., 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- CARRATO, Ângela. Jornais, ombudsman e cidadania: um balanço (provisório) dos últimos 10 anos no Brasil. *In*: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais Salvador**, 2002. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/76921464034982812892004629547391807877.pdf>  
Acesso em: 02 fev. 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Premissas para o tratamento teórico-metodológico do acontecimento apanhado pela trama noticiosa. *In*: BRAGA, José Luiz Braga; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Cláudio (orgs.). **Pesquisa empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 341-359.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Teses para uma autocrítica dos observatórios de mídia**. Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo, Santiago de Compostela, v.2, n. 6, p. 105-115, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6254201.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Cidade: LabCom Books, 2010. Disponível em: [http://www.labcom.ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti\\_vitrine\\_2010.pdf](http://www.labcom.ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf). Acesso em: 24 mar. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; DAMAS, Susana Herrera. Media Watchers: A profile of press criticism in Latin America. **Brazilian Journalism Research**, v.2, n. 2, p. 11-28, dez. 2006. Disponível em: <https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/bjr-2007-90.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

COELHO, Jairo Faria Guedes Coelho. **Ombudsman e comunicação pública no Brasil e em Portugal**. Orientador: Dr. Fernando Oliveira Paulino. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35794/1/2019\\_JairoFariaGuedesCoelho.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35794/1/2019_JairoFariaGuedesCoelho.pdf)  
Acesso em: 02 fev. 2022.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p. 203-247, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pj7NTsz4Qxsj8wrDLqv7QDS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

COSTA, Caio Túlio. **O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman de imprensa no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1991.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru: EDUSC, 1998.

CRÍTICA. *In*: MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008, p. 240.

CRUVINEL, Tereza. Colunismo: análise, opinião e ética. *In*: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 211-233.

DINES, Alberto. “Media Criticism” – um espaço mal-dito. *In*: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1982, p. 147-154.

DVORKIN, Jeffrey. **The Modern News Ombudsman: a user 's guide**. Organization of News Ombudsman, 2020. Disponível em: <https://www.newsombudsmen.org/the-ono-handbook/>. Acesso: 21 out. 2023.

EBC. **Momento da Ouvidoria**. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/ouvidoria/momento-da-ouvidoria>. Acesso em: 24 out. 2023a.

EBC. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio>. Acesso em: 24 out. 2023b.

EBC. **Relatórios Institucionais**. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/ouvidoria/relatorios>. Acesso em: 24 out. 2023c.

ERBES, Luiz Carlos Erbes. **O Ombudsman na Folha**. 1991. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991a. Disponível em: [https://www.oocities.org/br/luiz\\_erb/ombu4.html](https://www.oocities.org/br/luiz_erb/ombu4.html). Acesso em: 21 out. 2023.

ERBES, Luiz Carlos Erbes. Ombudsman, a autocrítica do Jornalismo. **Revista Sextante**, Porto Alegre, n.7, p. 8-12, jun./1991b.

EVAGELIDIS, João Esteves. Imprensa e redes sociais nas eleições brasileiras de 2018. *In*: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (orgs.). **Liberdade de expressão: questões da atualidade**. São Paulo: ECA-USP, 2019, p. 158-170.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Petronilio Filipe Costa. **A terceira via à moda da casa: a cobertura do drops/Estadão nas eleições de 2022**. 2023. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3851>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FIDALGO, Joaquim. O provedor do leitor visto pelos jornalistas: resultados de um inquérito de opinião. *In*: BIBLIOTECA DIGITAL. Universidade de Minho, Braga, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/2773>. Acesso em: 21 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Conheça o Grupo Folha - Contatos. **Folha de S. Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/contatos.shtml?fill=10>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. Veja quem já foi ombudsman da Folha desde 1989. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/veja-quem-ja-foi-ombudsman-da-folha-desde-1989.shtml>. Acesso em: 24 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª edição : Liber Livro Editora, 2005.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez./2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>. Acesso em: 10 out. 2023.

FRANZONI, Sabrina. **A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76144/000893107.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 01 abr. 2022.

FRANZONI, Sabrina; FURTADO, Thais Helena. A posição sujeito do ombudsman como estratégia de credibilização do discurso jornalístico. **Intexto**, Porto Alegre, n. 24, p. 115–130, jul. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/19381>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FONTCUBERTA, Mar de. **A notícia**: pistas para compreender o mundo. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

GADINI, Sérgio Luiz. A crítica de mídia entre dificuldades, limites e desafios: breves reflexões sobre a função do ombudsman. **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 91-101, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5257546.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

GADRET, Débora Lapa; PORCELLO, Flávio. O acontecimento político programado: os enquadramentos jornalísticos da posse de Dilma Rousseff. *In*: LEAL, Bruno Souza. ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. p. 189-205.

GUAZINA, Liziane; BRASIL, Luana; OLIVEIRA, Angela de. Percepções sobre política e mídia. Análise da cobertura política de blogs jornalísticos. *In*: JORGE, Thaís de Mendonça (org.). **Notícias em fragmentos**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 167-183.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa : Vega, 1999. p. 224-248.

HAUBRICH, Alexandre Freitas. O espectro Lula na eleição presidencial de 2018: imagem pública e imagem negada. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...] Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/o-espectro-lula-na-eleicao-presidencial-de-2018-imagem-publica-e-imagem-negada?lang=pt-br>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. *In*: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.

JAWSNICKER, Claudia. Cadernos de Jornalismo e Comunicação: iniciativa precursora de media criticism no Brasil. **Alceu Revista de Comunicação, Cultura e Política**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p. 150-158, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n16\\_Jawsnicker.pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n16_Jawsnicker.pdf). Acesso em: 18 out. 2023.

JORGE, Thaís de Mendonça (org.). **Notícias em fragmentos**. Florianópolis: Insular, 2015.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 52-60.

KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-41, fev. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/fWXGBMhcjwJPQT5DphbK39t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2023.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul - Manual de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

LANA, Lígia; SIMÕES, Paula Guimarães Simões. Duas vinculações possíveis entre personagens públicos e acontecimentos: diferentes modos de atuação na vida pública. *In*: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). **Acontecimentos: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 213-231.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e eleições 2022: comunicação e política em contexto de alta e previsível imprevisibilidade. *In*: INÁCIO, Magda; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022. p. 87-105. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Vanessa-Oliveira-22/publication/364318537\\_Democracia\\_e\\_Eleicoes\\_no\\_Brasil\\_para\\_oude\\_vamos/links/63474ef7ff870c55ce1dc3f6/Democracia-e-Eleicoes-no-Brasil-para-oude-vamos.pdf#page=89](https://www.researchgate.net/profile/Vanessa-Oliveira-22/publication/364318537_Democracia_e_Eleicoes_no_Brasil_para_oude_vamos/links/63474ef7ff870c55ce1dc3f6/Democracia-e-Eleicoes-no-Brasil-para-oude-vamos.pdf#page=89). Acesso em: 9 nov. 2023.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2, 2007, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...] Belo Horizonte, 2007. Disponível em: [http://compolitica.org/novo/anais/2007\\_sc\\_ip-plinio.pdf](http://compolitica.org/novo/anais/2007_sc_ip-plinio.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. *In*: 2008; CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Orgs.). **Observatórios da mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 157-172.

LUIZ, Thiago Cury. O Ensino de Jornalismo Online. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 64–75, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/3834>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua**



**Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/WzLctJ6mDBHky5PhBYsHHcQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 nov. 2023.

MANUAL de Redação. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2007.

MARCHETTI, Dominique; SERRA, Pedro. Os subcampos especializados do jornalismo. **Plural Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 240-269, ago./set. 2020. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-03095546/document>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Mediacriticism* ou dilema do espetáculo de massas. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p. 14-26.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatório (OBS\*)**, [S. l.], v. 12, n. 3, ago. 2018. Disponível em: <https://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/1166>. Acesso em: 9 nov. 2023.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2013.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELO, José Marques de. Jornalismo Político: Democracia, Cidadania, Anomia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 90-94, abr. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/4097>. Acesso em: 2 nov. 2023.

MENDES, André Melo; DORNELAS, Raquel. Narrando a corrida presidencial: política e acontecimento público em revistas jornalísticas durante o segundo turno das eleições de 2018. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 42, n. 1, p. 363-396, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/9397/7303>. Acesso em: 10 maio 2022.

MENDES, Euclides Santos. **Mediações jornalísticas na era da comunicação de massa**: o ombudsman na imprensa do Brasil e de Portugal. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde22072009-180423/publico/5065923.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MESQUITA, Mário. Um mediador português na imprensa diária. In: BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: Sistemas de Responsabilidade da Mídia. Bauru: EDUSC, 2002. p. 231-239.

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001. Disponível em: [https://www.lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3\\_di\\_logos\\_latinoamericanos/2midia\\_e\\_politica\\_no\\_br-miguel-unb.pdf](https://www.lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf). Acesso em: 03 nov. 2023.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimento de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MONT'ALVERNE, Camila. **Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo**. 2013. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo), Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26458/1/2013\\_tcc\\_cm%27alverne.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26458/1/2013_tcc_cm%27alverne.pdf). Acesso em: 02 nov. 2023

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5314158/mod\\_folder/content/0/Moraes%20AN%C3%81LISE%20DE%20CONTE%C3%9ADO%201999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5314158/mod_folder/content/0/Moraes%20AN%C3%81LISE%20DE%20CONTE%C3%9ADO%201999.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência ao desenvolvimento humano. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (orgs.). **Observatórios da mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-37.

MUNDIM, Pedro Santos. O viés da cobertura política da imprensa nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 25, p. 7-46, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/CMqmRDSJRkFxQL6NwQ3dDZb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2023.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Madalena. **Metajornalismo: quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso**. Coimbra: Grácio Editor, 2010. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29761/1/MO\\_metajornalismo.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29761/1/MO_metajornalismo.pdf). Acesso em: 06 fev. 2024.

OLIVEIRA, Madalena; PAULINO, Fernando Oliveira. O ombudsman nos meios públicos de comunicação em Portugal e no Brasil: da promessa de uma ética participada aos desafios cotidianos. *In*: **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**. Braga: Universidade do Minho, 2012. p. 75–84. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29515/1/MO\\_FP\\_ombudsman\\_PT\\_BR.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29515/1/MO_FP_ombudsman_PT_BR.pdf). Acesso em: 02 out. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira. Ética, responsabilidade e qualidade do jornalismo: como experiências internacionais podem ser úteis para práticas brasileiras. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, São Paulo, n. 11, nov. 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12101.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Responsabilidade social da mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha**. 2008. Tese (Doutorado em

Comunicação) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/5175>. Acesso em: 20 out. 2023.

PAULINO, Fernando Oliveira. Responsabilidade social da mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha. *In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*. Cidade: LabCom Books, 2010 p. 21-34. Disponível em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti\\_vitrine\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf). Acesso em: 20 out. 2023

PETERSON, Theodore; JENSEN, Jay W.; RIVERS, William L. **Os Meios de Comunicação e a Sociedade Moderna**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. *In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004, p. 73-104. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicao-Politica\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicao-Politica_RI.pdf). Acesso em: 24 mar. 2022.

PRADO, José Luiz. Aidar. Crítica de mídia em perspectiva aberta. **RuMoRes**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 32-55, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/143405>. Acesso em: 25 abr. 2022.

PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla; SAMPAIO, Rafael Cardoso. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, p. 08-36, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17625/pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140809>. Acesso em: 09 abr. 2022.

RÊGO, Marília Gabriela Silva. **Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35715/1/DISSERTA%3%87%3%83O%20Mar%3%adlia%20Gabriela%20Silva%20R%3%aago.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, [S. l.], v.36, n.106, p. 147-163, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7ydPPygGTwLsR5xSN3RZ5HP/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 02 jun. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; COLLING, Leandro. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. *In: CORREIA, João Carlos. **Comunicação e política***. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005, p. 11-44. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/06/rubim\\_colling\\_midiaculturaeleicoes.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/06/rubim_colling_midiaculturaeleicoes.pdf). Acesso em: 02 nov. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro (coords.). **Desinformação na Era Digital: ampliações e panorama das Eleições 2018**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3269a441-0841-47a6-84b2-c3335dccc15/content>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTAELLA, Lucia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. *In*: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker, 2002. p. 44-56.

SANTOS, Graziana Fraga. **Lula x The New York Times: a publicização do fato na esfera pública midiática**. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33766/000449757.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 out. 2023.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. *In*: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 109-140.

SHUEN, Li-Chang. Jornalismo adversário: a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff na capa do jornal. **E-Compós**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/1511>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Para pensar a crítica de mídias. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 20, n.3, p. 820-839, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2013.3.14644> Acesso em: 24 mar. 2022.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kgsw8/pdf/soares-9788579830181-06.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

SOARES, Rosana de Lima; SILVA, Gislene da. Lugares da crítica na cultura midiática. **Comunicação Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 9–28, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/1140>. Acesso em: 19 out. 2023.

TAROUCO, Gabriela. Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v.36, n.106, p. 133-145, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nNmct5MzdxJKZ5cphwhZbrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2023.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *In*: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita Volver**. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Perseu

Abramo, 2015. p. 197-212. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/270/Direitavolver-Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 abr. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2008.

VIANA, Eduardo de Carvalho. **Para um Manual de Redação do Jornalismo On-line**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2001. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101395/estudos1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

VIZEU, Alfredo; LEMOS, Lis Carolinne. Dilma Rousseff: jornalismo e aborto nas eleições de 2010. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 19, n. 31, p. 01-11, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/famecos/article/view/19213>. Acesso em: 8 nov. 2023.

WARDLE, Claire. **Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional**. Estados Unidos: First Draft, 2020. Disponível em: [https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information\\_Disorder\\_Digital\\_AW\\_PT\\_BR.pdf?x21167](https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PT_BR.pdf?x21167). Acesso em: 18 out. 2023.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio**, Lisboa, n.10, p. 189-203, 2011. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/6068/1/MHelenaWeber.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

WEBER, Robert Philip. **Basic content analysis**. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

## ANEXO A - COLUNAS DO *OMBUDSMAN* DA FOLHA DE S. PAULO

8 de novembro de 2020

### **É melhor já ir pensando em 2022**

*Trump põe em xeque resultado das eleições e deixa alerta à imprensa brasileira*

Na reta final das eleições americanas, a Folha fez um bom trabalho ao explicar com didatismo as particularidades de um sistema cheio de minúcias e evitar embarcar no favoritismo apontado pelas pesquisas de intenção de voto do candidato democrata, Joe Biden.

O processo de apuração dos votos foi marcado por uma progressão lentíssima em quatro estados decisivos e uma incerteza generalizada que, na cobertura jornalística, se manifestou nas três manchetes seguidas do impresso em que a Folha colocou Biden “perto da vitória”. O vaivém das agências noticiosas também não passou despercebido ao leitor.

“Acho que caberia explicação sobre a alteração do número de delegados do Biden. Por que estava 264 e retornou para 253?”, perguntou uma leitora na quinta-feira (5) pela manhã.

A justificativa no site da Folha veio um pouco depois: a AFP, uma das agências de notícias que organizam os dados e projetar o vencedor em cada estado (os EUA não têm um órgão público central que faça isso), decidiu voltar atrás e retirar o Arizona de Biden diante da queda da margem do candidato durante a madrugada.

O evento mais espantoso da semana ocorreu também na quinta, quando o presidente Donald Trump decidiu oficializar a narrativa que vinha construindo havia meses, ao dizer, em pronunciamento, que as eleições foram fraudadas.

Foi um discurso repetitivo de quase 17 minutos, pensado para garantir que, mesmo sem assistir do começo ao fim, a audiência pudesse captar a mensagem principal: os democratas corromperam o processo de votação por meio de cédulas “ilegais”, enviadas "sem controle" pelo correio. Sem elas, a vitória seria dele.

Em reação, a Folha chamou a mentira de mentira: “Em ataque à democracia, Trump mente ao citar fraudes na eleição americana. De modo ainda mais surpreendente, pelo menos três dos principais canais da tevê aberta americana interromperam a transmissão no meio do discurso, o que voltou a levantar algumas questões: faz sentido deixar de transmitir o pronunciamento de alguém da importância do presidente dos EUA? Quais seriam as implicações para o jornalismo profissional?”

O fato é que Trump, embora seja um mentiroso contumaz, nunca escondeu a estratégia que seguiria caso se sentisse ameaçado de perder as eleições.

Sem provas, criou a história das irregularidades em votos enviados pelo correio (algumas

vezes repetida pela mídia sem contextualização), desde que se deu conta de que, em meio à pandemia, eleitores democratas estavam mais propensos a trocar o risco sanitário embutido em longas filas pela alternativa postal.

Sem o voto pelo correio, também parecia mais fácil manter longe das urnas o eleitorado indesejável—a população negra, historicamente de maioria democrata. Não foi à toa que, no discurso, Trump atacou cidades com expressivo eleitorado negro, como Detroit e Filadélfia, chamando-as de centros de corrupção.

A discussão sobre o que fazer em situações como essa não é nova no jornalismo. Para alguns, o que o presidente faz é notícia, mas o que fala pode não ser. Assim, seus discursos ao vivo não precisariam ser transmitidos na íntegra, mas deveriam ser acompanhados por jornalistas que reportariam as notícias que surgissem.

Para outros, as transmissões não devem ser interrompidas, pois o público tem o direito de saber o que Trump e sua equipe articulam.

Estudo do centro de pesquisa de internet da Universidade Harvard sobre a campanha de Trump contra o voto pelo correio indica que o presidente se valeu da mídia para disseminar a desinformação usando três práticas do jornalismo profissional: a noção de que o que o presidente diz é notícia, a busca desenfreada de manchetes pelos veículos de comunicação e o temor da imprensa a ser vista como parcial.

Não acho que tenha sido um pecado capital interromper o show de ofensas de Trump ao sistema eleitoral americano. É preciso cuidado com o precedente aberto? Claro que sim, mas não me parece ruim adotar como regra negar palanque a um candidato sempre que ele, sem que apresente indícios de fraude, não aceitar o resultado de eleições.

Ponto importante a ser considerado é que, assim que interromperam o presidente, as emissoras colocaram seus âncoras para explicar que Trump fazia acusações sem provas e que o discurso continha mentiras, imprecisões e reivindicações de vitórias inexistentes.

Dizer que Trump teve a palavra cassada não dá conta do que aconteceu. A rede ABC, por exemplo, interrompeu a transmissão por volta dos 16 minutos, a cerca de 40 segundos do fim do discurso, quando ficou claro que dali não sairia algo relevante.

Alegar censura em um caso como esse seria ignorar que a imprensa escolhe o que publica e, sobretudo, o que não publica ou destaca cotidianamente.

O presidente dos EUA abriu um precedente complexo e não é difícil imaginar que é isso o que nos espera em 2022. A estratégia de Trump deixa um alerta importante sobre os desafios que a imprensa brasileira deverá enfrentar nos anos que restam até as próximas eleições no Brasil.

É melhor já ir pensando nisso.

---

15 de novembro de 2020

### **As direitas se movem**

*Jornal serve às estratégias políticas que se deslocam rumo à ‘moderação’*

Às vésperas do primeiro turno das eleições municipais que ocorrem neste domingo (15) e que excluirão os eleitores de Macapá, humilhados por um apagão que adiou a votação, a Folha conseguiu causar barulho mirando o pleito de 2022.

Reportagem publicada no impresso de domingo (8) chamou de “centrista” eventual aliança entre o apresentador da Rede Globo Luciano Huck e o ex-juiz Sérgio Moro. Segundo o texto, “dois dos principais nomes do centro no espectro ideológico na política” haviam iniciado conversas de olho na eleição presidencial de 2022.

Foi a senha para que toda a repercussão do furo dado pela Folha saísse da órbita da sucessão presidencial para fixar-se na tentativa do jornal de empurrar a união ao centro político, balaio no qual ainda foram incluídos o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM). [1]

Os leitores não deixaram barato. “Neste domingo a Folha se superou: Moro e Huck de centro? O jornal esqueceu o pacote anticrime?”, perguntou um leitor. “O tempero da redução da desigualdade viria das visitas do Huck às casas dos brasileiros para fazer surpresa com presentes?”, ironizou outro.

“Percebe-se que a direita está em crise quando dois dos seus principais representantes são vendidos ao público como moderados de centro”, afirmou um terceiro.

Como na sexta-feira (13) o jornal já havia rebatizado a união de “frente de centro-direita”, é possível esperar que antes das eleições de 2022 a Folha consiga situar a aliança de modo mais preciso.

Faz parte do jogo político que os atores busquem se vender como promessa de moderação, sobretudo após se darem conta de que a adesão ao governo Bolsonaro não saiu como imaginada. Huck disse, em 2018, que Bolsonaro tinha uma chance de ouro de ressignificar a política no Brasil, enquanto Moro não só pavimentou o caminho que nos levou ao capitão como se colocou às suas ordens.

Que uma reportagem reproduza essa ideia sem reflexão é grave. Que a cobertura, ao longo da semana, tenha alterado o enfoque de centro para centro-direita sem explicação ao leitor é incompreensível. [2]



As reportagens aceitaram de modo acrítico uma operação de reposicionamento de marca do ex-juiz e do apresentador global. Mas falar de desigualdade social não faz de Huck um centrista, assim como deixar o governo Bolsonaro (ou ter sido empurrado para fora dele) não encurta a distância existente entre Moro e o centro político.

Com o furo no domingo, a Folha escancarou a régua ideológica do jornal – que já negou a extrema direita a Bolsonaro e agora concede o centro à dupla Moro e Huck.

No entanto, as posições políticas se localizam mais à esquerda ou mais à direita do espectro ideológico a depender de como são elaborados os temas econômicos e sociais, da coerência entre eles, dos compromissos assumidos em cada uma dessas esferas e da forma como isso se traduz em políticas públicas.

No sábado (14), em editorial, a Folha disse em favor da abordagem que definir o centro político é tarefa ingrata e sujeita de subjetivismos. Que tal ouvir o próprio Moro?

Em entrevista ao jornal O Globo na segunda 99), questionado sobre o modo como enxerga hoje Bolsonaro, o ex-juiz disse que o que falta ao presidente é “ímpeto reformista”.

Também não é demasiada lembrar que, ao Estado de S. Paulo, Rosângela Moro disse ver o marido no governo Bolsonaro como ‘uma coisa só’.

Na qualificação da aliança, nem O Estado, que oferece ampla vitrine a Huck em série de entrevistas que faz com personalidade, foi tão longe. Repercutindo a matéria da Folha, o concorrente disse sobre Moro que, “embora tenha rompido com Bolsonaro, sua passagem recente pelo governo federal pode tirar o caráter centrista que os apoiadores de Huck gostariam de dar a uma eventual candidatura”.

Por fim, não há nada mais autoritário e retrógrado do que um dos pontos centrais da política de segurança de Moro – a previsão de imunidade de agentes de segurança que cometam excessos por medo, surpresa ou violenta emoção. Isso num país com alto nível de violência policial em especial contra a população pobre e negra.

Entre os leitores, ficou a percepção de que a Folha inicia a cobertura das eleições de 2022 sem a devida imparcialidade. Curiosamente, ferramenta do jornal que monitora o debate político no Twitter aponta Huck à direita presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e Moro, como esperado, próximo de Bolsonaro. [3]

Os centros se movem, é verdade, mas na base de compromissos. Se as eleições municipais ou mesmo o desfecho do pleito americano enviam sinais de que a enorme onda de direita dos anos mais recentes perde fôlego, a busca por um Biden tropical deve envolver de tudo até esforços para esquecer o papel do tal centro na ascensão do governo atual.

O que não pode é a Folha participar desses esforços, servindo às estratégias de políticos que acham que os ventos agora sopram a favor da moderação. Se for fazê-lo, é preciso deixar isso claro ao leitor.

---

14 de fevereiro de 2021

## **Huck e a imprensa condescendente**

*Apresentador é tratado como se pairasse acima da disputa política*

Desde que sua candidatura se tornou o sonho de um grupo de tucanos da velha guarda, o apresentador da Rede Globo e empresário Luciano Huck mantém posição confortável na chamada grande imprensa. É tema recorrente nas páginas de política dos jornais e regularmente agraciado com espaços para escrever sobre tópicos de sua escolha. Mas não dá entrevistas, ocasiões em que suas ideias poderiam ser esmiuçadas, confrontadas e apresentadas ao leitor.

Esse arranjo cômodo saltou aos olhos na semana em que voltei de férias, agitadíssima no mundo da política.

No rescaldo das eleições no Congresso, o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia, escancarou a insatisfação com o seu partido, o DEM, em entrevista ao jornal Valor Econômico na segunda-feira (8).

Com isso, deflagrou uma crise que envolveu também o PSDB, consumiu as páginas dos principais jornais ao longo da semana e mostrou que o ensaio geral de alianças pela sucessão de Bolsonaro é bem mais complicado do que se imaginava.

No imbróglio, o nome de Huck apareceu com grande frequência.

Maia disse que a aproximação entre o DEM e o governo Bolsonaro, promovida pelo presidente do partido, ACM Neto, fez ruir os esforços de atrair Huck, até então "90% resolvido" a se filiar à legenda, antigo PFL. ACM Neto, segundo a coluna Painel da Folha, teria iniciado uma ofensiva para evitar o afastamento do apresentador de TV.

No início da semana, o jornalista Merval Pereira, colunista de O Globo, deu algumas pistas sobre o apresentador ao dizer que Huck não pretende se envolver na disputa partidária e continua interessado apenas em discutir ideias, não legendas.

Se é isso mesmo, Huck pode seguir tranquilo. A depender da Folha, os sinais são de que não será incomodado, desfrutando de uma posição pouco comum entre políticos ou aspirantes a políticos: aparecer e falar, sem ser importunado com questionamentos. [4]

No domingo (7), o jornal lhe franqueou mais de meia página no caderno Poder, onde Huck aproveitou para saudar os "heróis da resistência democrática" (de profissionais da saúde a jornalistas, passando por políticos, empresários, professores, climatologistas e as Forças Armadas), ressaltar que a boa política vai salvar o país dos "ismos" e se colocar entre os dispostos a se engajar na (re)construção do país.

Não é de hoje que alguns leitores veem a concessão do espaço com desconfiança —algo de que eu mesma demorei para me dar conta. "É incompreensível o espaço enorme que a Folha dá a Luciano Huck, justo ele funcionário do maior grupo de mídia do país", disse um deles.

A Folha não está sozinha nesse caldeirão. O Estado de S. Paulo oferece ampla vitrine a Huck em entrevistas que o próprio apresentador conduz com personalidades. É como se Huck pairasse acima das disputas políticas. Só conhecemos suas ideias por meio de seus textos.

Para o leitor, seriam mais relevantes entrevistas com o próprio Huck, nas quais lhe fosse perguntado se de fato pretende se filiar a um partido político, quando isso deve ocorrer, o que pensa das reformas negociadas com o Congresso e como o Estado deve se organizar para prestar serviços públicos, além de dizer com base em quais pressupostos afirmou, em 2018, que Bolsonaro tinha uma chance de ouro de dar novo significado a política no Brasil e quais foram os motivos que o levaram posteriormente a se surpreender com o comportamento do presidente.

Vinicius Mota, secretário de Redação, diz que "Luciano Huck é um nome que se apresenta como possível presidenciável em 2022, e a Folha tem uma longa tradição de publicar opiniões das pessoas que cogitam chegar à Presidência da República, de todo o espectro político-ideológico, o que nunca comprometeu nem comprometerá o compromisso editorial de praticar um jornalismo investigativo e crítico em relação a todas elas".

De fato, de parte do jornal, é esperado que presidenciáveis sejam ouvidos, inclusive em colunas fixas de opinião. A forma eventual como Huck aparece nos jornais, porém, dá um ar desinteressado a uma estratégia política.

Também não parece jornalisticamente razoável que a Folha se sinta satisfeita em replicar o que diz em torno do apresentador, mantendo-o a salvo do escrutínio e oferecendo a ele espaços distantes de algo considerado investigativo e crítico. [5]

Alguns analistas e políticos dizem que o nome de Huck pode, mais uma vez, morrer na praia. Verdade ou não, Huck não pode ser tratado pela Folha como se fosse um personagem estranho à sucessão presidencial e ao debate político.

Já vimos o que acontece quando se trata com condescendência um candidato à Presidência deixando de informar ao leitor sobre quais são suas ideias e afinidades políticas —ainda que ele pareça inviável.

28 de março de 2021

## **O lobby da vacina**

*Semana teve também críticas de leitores à pesquisa Datafolha sobre Lula*

Em mais uma semana difícilíssima, com muitos milhares de mortos pela Covid-19, a revista piauí informou na quarta-feira (24) que um grupo do setor de transporte de Minas Gerais importou vacinas e, violando a lei, não fez a doação para o SUS, vacinando familiares e amigos. Não era de todo inesperado.

Há uma lei, aprovada em março, que permite a compra de vacinas contra a Covid-19 pela iniciativa privada, desde que as doses sejam todas doadas ao SUS até que os grupos prioritários estejam vacinados. Depois disso, as empresas podem aplicar livre e gratuitamente metade das vacinas que comprarem, enviando a outra metade ao SUS.

Desde então, associações de classe e empresários —liderados por Luciano Hang, da rede Havan, e Carlos Wizard, da Sforza —pressionam pelo direito de compra sem repasse. Wizard chegou a dizer que não vê lógica em doar para o SUS.

Ele não está sozinho. Leitores também não entendem por que a permissão de compra sem condicionantes seria ruim.

“A iniciativa privada comprando doses tiraria a obrigação do governo, que já se mostrou incapaz de conduzir a compra das vacinas. E com mais gente vacinada mais rápido, diminui a transmissão da doença, desafoga os hospitais e ainda sobram doses para que o SUS vacine as próximas faixas etárias mais rápido”, resumiu uma internauta.

A Folha vem acompanhando os lances jurídicos sobre o tema, assim como cada passo do lobby empresarial. Esmiuçou também a lei aprovada. Mas falta detalhar ao leitor (e ao empresário Wizard) o que está em jogo se a proposta inicial for alterada.

O que significaria, neste momento, permitir a livre compra e também a venda de vacinas pela iniciativa privada? A autorização não subverteria a ideia de um plano nacional de imunização, segundo o qual a maioria da população precisa ser vacinada?

E mais: estando as classes altas e seus trabalhadores vacinados, de onde viria a pressão para a vacinação do restante da população? Há risco de os laboratórios preferirem vender a preços mais altos para a iniciativa privada e não para o governo?

A Folha precisa avançar na discussão, que inclui cada vez mais gente. Na quinta-feira (25), um dia depois da notícia sobre a “festa” da vacinação em Minas, Paulo Guedes, ministro da Economia, fez sugestões.

“Dizem que um grupo de empresários de Minas conseguiu ir lá fora comprar, já se vacinaram. Por enquanto, isso é ilegal. Agora, se a gente permitir que isso seja feito de forma legal e que eles façam doações... E aí você pode dar isenções para as doações que eles fizeram”.

O desejo de proteção urgente contra a Covid-19 é compreensível diante das mortes, do colapso do sistema de saúde e da falta de coordenação sobretudo do governo federal.

Mas para evitar que o salve-se quem puder da vacinação seja instaurado, é preciso explicar se a legislação já aprovada faz sentido do ponto de vista sanitário e, caso a regra seja alterada, indicar qual seria o efeito disso sobre o controle da transmissão do vírus.

“Maioria acha Lula culpado; candidatura divide eleitor, estampou a Folha em manchete da edição impressa de segunda (22), em referência ao Datafolha sobre o tema. enquadramento crítica

Leitores alegaram que a pesquisa extrapolou a política e promoveu um julgamento fora dos tribunais, baseado em uma cobertura acrítica da Lava Jato. Outros viram problemas na formulação da pergunta. É a segunda vez que o Datafolha afere se os brasileiros consideram ou não justa a prisão do ex-presidente Lula. [6]

Na primeira vez, em abril de 2018, foi perguntado: “No sábado passado Lula foi preso. Na sua opinião, a prisão de Lula foi justa ou injusta?”

Semana passada, a pergunta foi: “Em 2017 o então juiz Sergio Moro condenou Lula à prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá. Na sua opinião, a condenação de Lula na época foi justa ou injusta?”.

Muitos viram indução na questão. Diante das revelações da Vaza Jato, questionaram por que incluir o “a época” na pergunta, argumentando que faria mais sentido perguntar qual avaliação o entrevistado faz da prisão hoje.

Mauro Paulino, diretor-geral do Datafolha, disse à coluna que pesquisas têm por objetivo acompanhar as percepções que a opinião pública forma sobre determinados fatos. “Nesse sentido, na pergunta referida, o termo 'na época' foi incluído para situar o entrevistado de forma a não confundir com o julgamento atual do caso pelo STF. Trata-se de um recurso técnico para ajudar a padronizar o entendimento da questão por todos os entrevistados”, afirmou.

Paulino disse que a percepção da população se dá para todos os assuntos públicos, sejam políticos, sociais, econômicos ou jurídicos. “Ou só deveríamos perguntar para economistas sobre expectativa de inflação ou para epidemiologistas se a pandemia está controlada? Pesquisas medem percepção e não conhecimento”.

A dúvida dos leitores é legítima, afinal o modo como as perguntas são formuladas importa. O que o caso sugere é que as eleições de 2022 estão bem mais perto do que os muitos meses até lá indicam. E o leitor já deu mostras de que está atento à cobertura do jornal no que promete ser um longo período pré-eleitoral.

---

4 de abril de 2021

## **A (des)politização dos militares**

*Eleições de 2022 mostrarão distância real entre os fardados e a política*

Imagine um grupo relativamente coeso que apoiou um candidato a presidente saído de suas fileiras, tem a vice-presidência, sete ministérios, cerca de 2.500 cargos só no Executivo federal, assegurou reajustes de remuneração no Orçamento e, ainda assim, diz que não se dobrou a política.

Qual a chance dessa tese ser acolhida sem muita reflexão? Alta, se esse grupo for formado por militares e a leitura de suas movimentações for feita pela imprensa, como mostraram os episódios da semana.

Na segunda-feira (29), o presidente Jair Bolsonaro demitiu, como já esperado, Ernesto Araújo do Itamaraty e trocou, de modo surpreendente, mais cinco ministros, incluindo o da Defesa, Fernando Azevedo e Silva. A saída de Azevedo e Silva foi coroada no dia seguinte pela demissão dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Na terça-feira (30), a manchete do jornal Estado de S. Paulo dizia que “Ministro da Defesa caiu por recusar uso político das Forças Armadas”, enquanto o jornal Valor Econômico destacava que militares resistiam a alinhamento. Na quarta (31), foi a vez de O Globo ressaltar que “Militares recusam adesão política, e Bolsonaro troca chefes das Forças”.

Na Folha, a discussão sobre o “uso político” dos fardados apareceu com mais destaque em um editorial (“Dever cumprido”), que abordou o incentivo de Bolsonaro à “inadmissível politização dos quartéis”, indicando que “tal pretensão abjeta” não encontraria “eco no alto oficialato ativo do país”.

Os exemplos mostram a adesão dos jornais à versão dos próprios militares de que as mudanças na chefia das Forças Armadas são um sinal inequívoco da recusa militar à politização imposta pelo presidente. [7]

Como já escrevi antes, a tese segue a lógica que marca a cobertura jornalística desde o início do governo Bolsonaro, segundo a qual os militares seriam atores desinteressados pairando acima da política e compondo uma ala do governo responsável por conter os excessos do presidente.

A justificativa para a saída do comando militar, segundo a Folha, foi a pressão do presidente no sentido de “alinhar as Forças com a defesa política do governo”, sobretudo em relação à pandemia. Com menos destaque, falou-se também em “intenções golpistas”.

Os militares estão alinhados a Bolsonaro desde antes das eleições, quando se engajaram em sua campanha. Nos últimos dias, o presidente parece ter exigido alinhamento ainda maior. A troca do comando, no entanto, não permite concluir que os militares não se dobraram à politização das Forças.

Seria importante entender se há limites que as Forças Armadas não se dispuseram a cruzar, quais são eles e, ponto máximo de atenção, se as polícias estaduais estariam propensas a isso. Sobre a discussão, há dois bons episódios do podcast diário da Folha, o Café da Manhã. [8]

Quanto às intenções golpistas mencionadas, como não é a primeira vez que Bolsonaro revela a inclinação, valeria investigar que tipo de golpismo repaginado seria esse —a ponto de Azevedo e Silva, que ano passado sobrevoou com Bolsonaro manifestações pelo fechamento do Congresso e do STF, achar por bem dizer em sua saída que assegurou o papel das Forças como instituição de Estado.

No mais, os militares parecem buscar se afastar da crise política e sanitária hoje instalada, e o presidente pode ter dado ao grupo a saída do labirinto no qual o próprio grupo se dispôs a entrar, como apontou análise publicada na terça (30) pela Folha.

Voltando à ideia segundo a qual os militares recusam a adesão à política, os tuítes postados pelo então comandante do Exército, o general Villas Boas, um dia antes do julgamento de habeas corpus do ex-presidente Lula, em 2018, provam que a conclusão exige bem mais cautela.

Após mais de 30 anos de redemocratização, os militares mergulharam até a ponta do quepe na política. Se vão recuar, só as articulações para as eleições de 2022 e o olhar atento da imprensa dirão.

Na edição impressa de segunda (29), a Folha publicou o texto “Folha cobriu Lava Jato com olhar crítico ao longo de 7 anos da operação”.

Muitos leitores se sentiram incomodados. “Nada mais brega e arrogante do que o autoelogio. Nesse quesito, o jornal se equipara aos políticos que precisam a toda hora reafirmar seus feitos e esconder suas mazelas. Seria mais honesto, e mais útil aos leitores, um artigo mostrando onde foi que o jornal errou”, disse um leitor.

O título destacou a operação Lava Jato, mas o conteúdo da matéria misturou cobertura da Lava Jato e da Vaza Jato —esta última funcionando como ponto de apoio importante ao argumento do olhar crítico sobre a operação.

O texto subestima o poder de julgamento do leitor. No fim das contas, cabe a ele dizer se a Folha cobriu ou não com olhar crítico a operação.

---

8 de agosto de 2021

## **Dias em que vivemos em perigo**

*Bolsonaro vai ao extremo, e sociedade civil entra em modo de emergência*

Jair Bolsonaro, que gosta de limitar o Estado de Direito a um campo de futebol, simplesmente não parou na linha de fundo da Constituição. Foi bem mais longe, chutou a bola no mato, a ponto de nenhum gandula, institucional ou do centro, ter condições de buscá-la.

Em termos menos boleiros, o presidente da República afirmou mais de uma vez na última semana que cogita atuar fora dos contornos legais de seu cargo. Em termos práticos, Bolsonaro declarou e reiterou que pode patrocinar um golpe de Estado.

Se já levantou a plaquinha "eu já sabia", parabéns, você não está sozinho. A questão agora é saber até quando o país suportará esse desarranjo político histórico ou em que dia viveremos versão tropicalizada da invasão do capitólio. Este parece ser o objetivo final do mandatário com seu discurso de ameaças, ofensas e mentiras. Datas para o evento circulam no WhatsApp.

A Folha escolheu bem as palavras para demonstrar o que está acontecendo. "Bolsonaro diz que pode usar armas fora da Constituição" foi sua manchete no impresso de quinta-feira (5). "Bolsonaro diz estar chegando a hora de deixar a Constituição, e Fux reage" foi o enunciado do dia seguinte. [9]

No sábado (7), o vocabulário chulo do presidente foi exposto no subtítulo da manchete em parte dos exemplares. Um palavrão usado por ele para se referir ao ministro Luís Roberto Barroso foi reproduzido entre aspas. Em quase três décadas de jornal não me recordo de fato semelhante.

(Eu me lembro, na verdade, de ter tentado dar um título com o mesmo palavrão em um longo relato dos protestos em Buenos Aires durante a crise que derrubou Fernando de la Rúa, em 2001: "São todos uns filhos da puta". Não passou. Talvez em espanhol? Não passou. "Pena, foi a frase que mais ouvi nessa noite", lamentou o autor da reportagem, Clóvis Rossi.)

O jornal também usou um expediente raro, editorial de Primeira Página, com o título "Ensaio de ditador". O ponto baixo, porque sempre há um, foi ter acordado um pouco mais tarde para o manifesto da sociedade civil, que decolou no meio da semana com pesos-pesados do mercado e 250 assinaturas, alcançando, após horas, milhares de signatários.[10]

Os principais concorrentes da Folha não foram tão explícitos em suas manchetes. "STF passa a investigar Bolsonaro por fake news antidemocráticas" e "Voto impresso sofre derrota; Fux



corta diálogo com Planalto" foram as opções de O Estado de S. Paulo. O Globo se saiu com "Moraes inclui Bolsonaro no inquérito das fake news" e "Fux reage a ataques ao STF e cancela reunião com Bolsonaro". Repare que as ameaças do presidente a Carta não são citadas, apenas as reações a elas.

Os três diários fazem cobertura intensa e crítica dos acontecimentos, em alguns pontos até com a Folha em desvantagem. O que explica a diferença no tratamento da notícia, no entanto, é algo mais sutil do que a opção editorial.

Bolsonaro abusa. Fala aos borbotões. Como já discutido em coluna anterior, é preciso cuidado para não ser tragado por suas narrativas, expressão que resume qualquer coisa hoje em dia, e seus factoides. Os veículos de imprensa estão escolados. O Jornal Nacional, por exemplo, se esforça para minimizar a quantidade de tempo do presidente na tela. Lança mão de narrações em off e discurso indireto.

Ocorre que o país, nos últimos dias, chegou a um ponto insuportável. Deixar claro o que o presidente está fazendo se tornou um imperativo. Deixar claro o que as outras partes do processo político não estão fazendo também. Sociedade civil, Poder Judiciário e parte do Congresso entraram em modo de emergência.

## CONTO DE FADAS

Se temos uma geração que não sabe o que é um golpe, agora já temos outra que começa a imaginar o país como uma potência olímpica, sem memória dos tempos das vacas magras. O desempenho do time brasileiro nos Jogos de Tóquio é notável, com recorde de medalhas e uma coleção de personagens interessantes. Passamos a adorar surf e skate e aprendemos que podemos abraçar os adversários e chorar com eles porque isso é esporte.

O sucesso deverá ter várias explicações, e uma delas pode estar na própria pandemia. Atletas vivem em ciclos, mais ou menos tempo faz muita diferença. Não realizar a competição, opção razoável do ponto de vista sanitário, seria tirar o propósito de anos de trabalho. Imagine o que seria desperdiçar uma Rebeca Andrade.

Do ponto de vista da mídia, a bolha contra a Covid-19 que segregou a comunidade olímpica, atletas, dirigentes e jornalistas, virou laboratório. Nunca o trabalho da imprensa e a produção de conteúdo foram tão controlados. Pouca mobilidade, pouco contato, poucos diferenciais. Muita rede social e muita comunicação direta das estrelas com o público.

É o futuro? Diante de jornais com orçamentos cada vez mais apertados, já é.

22 de agosto de 2021

## **A confusão geral da República**

*Entrevista de Aras sintetiza o teatro do absurdo em que se transformou o país*

Vai ser muito difícil explicar a dinâmica destes tempos confusos para alguém no futuro. O registro histórico parece diluído em frases e atos desconexos. Clássico do Twitter, já usado para descrever inúmeros momentos deste país, o quadrinho do gibi da Mônica com os personagens correndo e gritando "O que está acontecendo? O que está acontecendo? Eu não sei, eu não sei" é uma espécie de sensação permanente para quem insiste na leitura de jornais e sites noticiosos.

Não por falta de informação, a imprensa em geral é competente, mas pelo excesso dela.

Como descrever, por exemplo, que o procurador-geral da República, alvo de notícia-crime no Supremo Tribunal Federal por sua conduta em linha com Jair Bolsonaro, defende a urna eletrônica, em contraposição ao fetiche golpista do presidente pelo voto impresso.

Ou explicar que Augusto Aras se diz representado por seus subprocuradores, a ponto de assumir suas decisões, mas que quando um deles defende uma ideia esdrúxula, como a de que falta comprovação científica ao uso de máscara, a independência funcional fala mais alto. A maioria das reportagens que saem com Aras "não foi Aras", disse o próprio aos repórteres Marcelo Rocha e Matheus Teixeira, desta Folha, em 13 minutos bem gastos de entrevista na quarta-feira (18).

Se a ambiguidade do PGR é calculada, como analisar então o comportamento de Lindôra Araújo, a subprocuradora-geral que preteriu a eficácia da máscara em favor do presidente e, dois dias depois, pediu busca e apreensão contra o grupo formado por Sérgio Reis, o deputado Otoni de Paula e outros tantos que "podem atentar contra a democracia" no Sete de Setembro? O fato foi destacado em título em O Globo, mas não na Folha.

### **RAZÕES DE BOLSONARO**

Relatório da Human Rights Watch mostra que Jair Bolsonaro bloqueou 176 perfis de jornalistas, veículos, políticos e críticos em suas redes sociais. A prática compromete a liberdade de expressão, a mesma que o presidente pede para quem prega a queima de tribunais. Donald Trump fez igual, mas foi contido pela Justiça nos EUA. De lá veio também a inspiração de detratar o jornalismo profissional e difundir desinformação, constatou a Polícia Federal ao pedir ao TSE a suspensão da monetização dos sites investigados por fake news, revelou o Painel.

### **RAZÕES DO JUDICIÁRIO**

Se sobraram análises e opiniões sobre o comportamento leniente da PGR na era Bolsonaro, faltou neste jornal esforço equivalente em direção ao Judiciário, mais unido do que nunca. No

espaço de uma semana, o presidente ameaçou e levou a cabo o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes no Senado e ainda achou tempo para exigir do Supremo revisão de artigo do regimento da própria corte --o que permite a instauração de inquérito de ofício, sem a participação do Ministério Público. [11]

Nada disso vai prosperar, mas sublinha a disposição do mandatário contra o tribunal que lhe tolhe diretamente. Ocorre que a magistratura brasileira estaria se sentindo atingida por inteiro, segundo a hipótese mais interessante publicada sobre o tema, no Valor Econômico, na quinta (19). Em poucas palavras, juízes de várias instâncias do país foram alertados durante recente seminário sobre o destino de colegas de toga na Polônia, na Hungria e na Turquia, onde a democracia anda a passos largos para trás: de fake news patrocinada pelo governo à prisão, passando por bens espoliados.

## RAZÕES DO MERCADO

Se Bolsonaro nunca teve o Judiciário, na última semana ele e o ministro Paulo Guedes também perderam o mercado. A PEC dos precatórios foi bombardeada por todos os lados, a bolsa caiu, o dólar disparou e os juros futuros alcançaram dois dígitos. O presidente do Banco Central, acuado por investidores e banqueiros, declarou que o "governo tem que passar uma mensagem responsável sobre qual será a trajetória fiscal daqui para frente".

Enquanto Bolsonaro falava de "fé e crença" contra a crise em uma Assembleia de Deus no Pará, Affonso Celso Pastore descascava o governo em entrevista para O Estado de S. Paulo. "Acabou a euforia. A perspectiva para 2022 é muito ruim." A conclusão do economista sobre o ano eleitoral não é nada boa: com inflação e desemprego em alta e sem dinheiro para atitudes populistas, ou seja, sem votos, o presidente pode fazer o que já ameaça desde sempre, uma ruptura institucional.

A Folha chegou um pouco mais tarde ao assunto e ao mesmo Pastore. [12]

Para completar o cenário, a reforma do Imposto de Renda deu tantas voltas na Câmara que até Guedes já fala em desistir do projeto. É só com ele que se cria espaço fiscal para o novo Bolsa Família, esperança eleitoral bolsonarista. Ou seja, volte dois parágrafos.

Chega de notícia? Ainda tem Mendonça, delta, Talibã...

5 de setembro de 2021

### **Título é título, golpe é golpe**

*Narrar a trajetória autoritária de Jair Bolsonaro é desafio de uma geração*

Só lemos títulos, dizem as pesquisas. Segundo uma delas, da Universidade Columbia, quase 60% das pessoas encaminham notícias no Twitter sem ter lido nada além do título.

Isso obriga a uma maior sofisticação na arte de fazer enunciados, algo que muitos redatores levaram anos para desenvolver e que as redes sociais transformaram em atividade banal ao permitirem o mesmo peso para piadas, mentiras e reportagens. Sim, é uma arte conseguir em poucas palavras dar a dimensão de um fato, ser sério quando preciso ou conseguir uma graça sem esconder qual é a informação.

A busca por audiência complica a tarefa. Como já comentado em coluna anterior, jornais precisam seguir estratégias para posicionar bem seus títulos em sites de busca. Determinadas palavras e formulações são mais procuradas do que outras, precisam constar nos títulos para serem encontradas. Ou seja, a antiga arte do redator virou ciência. Melhor dizendo, algoritmo, como quase tudo atualmente.

Fenômeno paralelo, pululam também os títulos "entenda como...", "veja isso...", "saiba onde...". Paulo, leitor do Recife, reclama da prática, pela qual, segundo ele, o jornal trata a todos como ingênuos. "Entenda como Sérgio Reis se radicalizou sob Bolsonaro e entrou para a tropa de choque" foi o título que ensejou sua reclamação.

Nele, a promessa de contar uma história ainda cria certa curiosidade. Outros são anódinos, como este, da semana passada: "Veja o desempenho do PIB de vários países no 2º trimestre de 2021". A notícia só vinha com a leitura do texto. A vacinação atrasada jogou o Brasil para o fim da fila. O título do impresso, em nova edição do texto, foi direto: "Vacinação atrasada limitou a atividade, avaliam economistas".

Não bastasse a forma, há a sutileza, aquele tipo de coisa que aponta supostas inclinações, mesmo que não tenha sido a intenção. Carlos, professor em São Paulo, dividiu questionamentos feitos por seus alunos durante uma aula sobre o gênero jornalístico. "Doria pagará R\$ 1.000 ao ano a alunos do ensino médio para mantê-los na escola" era o texto analisado. O governador vai pagar do próprio bolso? Essa seria a melhor formulação para uma notícia que trata de um pré-candidato? Em noticiário negativo, sobre casos e mortes por Covid-19 em escolas, dez dias depois, o sujeito da oração virou "gestão Doria".

O sutil incomoda mais que o literal. Recentemente este ombudsman discutiu em crítica interna com a Redação o seguinte enunciado: "Bolsonaristas invertem narrativa e tentam dar verniz democrático a ato com raiz golpista no dia 7". Uma análise do jornal mostrava mudança de tom nas convocações para o feriado, em comparação com manifestações anteriores, o que sugeria uma ação coordenada.

Meu ponto era que não parecia haver inversão alguma, apenas uma modulação de discurso por parte do presidente Jair Bolsonaro e de aliados para evitar a responsabilização direta por seus arreganhos, como os editorialistas desta Folha gostam de escrever. [13]

Entre os exemplos sobre a mudança de comportamento listados na reportagem, havia as orientações de um movimento aos seus integrantes para evitar que "a conduta pessoal" fizesse

o grupo ser acusado de antidemocrático. O antigo apelo pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal passava a ser expresso então por "destituição dos ministros".

A diferença entre fechar a corte e destituir seus integrantes é que, no segundo caso, há previsão legal. Ponderei que, com ou sem possibilidade jurídica, qualquer uma das manobras seria um golpe. Golpe é golpe, não importa se a tiros ou com leite condensado.

Alguns dias e outros tantos arreganhos mais tarde, uma análise sobre o mesmo assunto ofertou o título que imaginava mais preciso: "Bolsonaro finge moderação e insufla atos golpistas no 7 de Setembro". [14]

No primeiro parágrafo do texto, uma espécie de resumo do que ocorre, um ato em favor da liberdade de expressão e da democracia que prega contra as instituições e sonha com um golpe de Estado.

O jornal, a imprensa, tem um teste duro pela frente, com profissionais sob risco potencial, em cobertura que se desenha como o desafio de uma geração. Que continuemos apenas lidando com sutilezas.

#### OUTROS TEMPOS?

"Helicóptero com bandeira do Brasil sobrevoa escola de Cuiabá após professora ser afastada por criticar Bolsonaro." Só li o título e me lembrei de um recreio nos anos 1970, quando o jogo de futebol no pátio foi interrompido pelo sobrevoo em baixa altitude de um helicóptero com portas abertas e soldados armados. Minha escola ficava a dois quarteirões da Igreja Matriz de São Bernardo, refúgio dos líderes grevistas do ABC que impunham um desafio inédito à ditadura militar.

Os dias atuais trazem lembranças —ruins, para quem precisa de títulos literais.

12 de setembro de 2021

#### **Onde você estava no 7/9?**

*Jornalismo vai levar um tempo para explicar o que ocorreu na última semana*

Sete de setembro foi o dia em que dom Pedro 1º, às margens plácidas do Ipiranga, em cima de um cavalo branco, levantou a espada e bradou "independência ou morte". Ou, como também sabemos, o dia em que ele teve uma diarreia à beira do riacho, sem uniforme de gala e montado numa mula. Ou ainda, como aprendemos na última terça-feira, o dia em que Jair Bolsonaro tentou, ao que tudo indica, dar um golpe de Estado. Ou em que apenas sentiu se tinha vento a favor. Ou em que foi inconsequente.

Mesmo que a história mostre mais tarde que o presidente apenas se deixou levar pelo calor do momento, a turma que de fato souou e se arriscou a pegar Covid-19 na Esplanada e na Paulista tinha certeza de qual era o objetivo das aglomerações. O mesmo que os mercados entenderam como risco óbvio de instabilidade, com disparada do dólar e debandada de recursos da Bolsa. Mercados não são patriotas.

Ser uma espécie de primeiro narrador daquilo que um dia vai virar história imputa enorme responsabilidade a jornalistas. É preciso equilíbrio para não embarcar em versões interessadas nem menosprezar fatos que se revelem importantes no decorrer da apuração.

Os principais veículos de imprensa fizeram o trabalho possível na última semana, com erros e acertos. Entre estes, o editorial de capa "Bolsonaro é o perdedor", no impresso de terça-feira, quando a Folha delineou o repúdio que a sociedade brasileira manifestaria a despeito da dimensão a ser alcançada pelos atos golpistas. [15]

Restam lacunas, naturalmente. Faltou explicar muita coisa, mesmo pulando a parte sobre ter sido ou não uma tentativa de golpe. O curioso nessa discussão é que a esquerda atesta que ele está em curso, da mesma forma que a direita ainda o aguarda. Somando as duas posições, não há dúvida. [16]

Sobre antes da manifestação, há muitas. Quem pagou a conta para movimentar tanta gente? CNN Brasil diz que Alexandre de Moraes investiga o financiamento dentro do inquérito das fake news. De quem são as transportadoras que mandaram caminhões para Brasília? Folha e outros tentam identificar os responsáveis. Luiz Fux cogitou mesmo pedir uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) na noite de segunda-feira? BBC Brasil e Valor relatam que assim o ministro do Supremo tirou da inércia as forças de segurança do Distrito Federal após a PM local ceder a manifestantes.

Quanto custou o feriado movimentado do presidente e de aliados, os helicópteros, a segurança? A essa questão, é claro, compete a um governo transparente responder.

Qual era a intenção ao chamar o Conselho da República? Acharam um nome pomposo, como o Rolls Royce? Mais importante, em que momento da quarta feira o caldo entornou? Até a reunião com ministros, Bolsonaro se mantinha resoluta. Segundo a Folha, foi na hora em que ele percebeu que o desembarque de aliados no Congresso era factível. Para o Valor, foi na hora em que recebeu tal informação de Arthur Lira e depois de interlocutores serem inundados com telefonemas de pesos pesados do PIB.

Por que Michel Temer entrou na novela? Por que é próximo de Moraes, seu indicado ao STE, ou por que faltou combinar com os supostos caminhoneiros a parte em que o golpe não acontece? "Essa greve vai cair diretamente no seu colo", disse o ex-presidente, segundo relato dele ao Estadão.

O que vamos lembrar sobre essa conturbada semana daqui a 20 anos? O grande susto ou a parte inicial do roteiro traçado em "Como as Democracias Morrem", de longe o livro mais citado pela mídia nacional nos últimos tempos?

Onde você estava há 20 anos no 11/9? Estava trabalhando como um louco, sem a mínima ideia do que poderia acontecer no dia seguinte.

## OS PATRIOTAS

"Quando a Covid-19 chegou e assolou o planeta, ele assinou todos os cheques necessários e liberou bilhões de reais para minimizar o sofrimento do povo brasileiro. Deu liberdade para todos os ministros e pastas agirem no sentido de realizar as ações para combater a pandemia."

"Mesmo com parte da imprensa tentando minimizar sua relevância, as manifestações que lotaram as ruas do país no dia 7 de setembro foram impressionantes. A avenida Paulista, com 14 caminhões espalhados, ficou lotada. Em Brasília, nunca houve tanta gente ocupando a Esplanada dos Ministérios."

"Quando os ministros se incumbem da tarefa de determinar o que é fake news ou 'anticientífico', sem haver nas leis nacionais um parágrafo dizendo que a sociedade cedeu ao Estado o direito de determinar o que é científico, o STF perde respeito e gera ódio."

Os trechos acima não saíram de alguma corrente bolsonarista no Telegram, mas de colunas de opinião publicadas pela Folha na última semana. Leitores procuraram o ombudsman para reclamar. [17]

21 de novembro de 2021

### **A consciência relativa da Folha**

*Jornal se abre à diversidade, mas resiste a apoiar uma política que já pratica*

Pluralismo é uma das palavras do ano, pelo menos no dicionário Folha. Nunca o jornal se agarrou tanto a um dos pilares do seu projeto editorial. Nunca apanhou tanto por causa dele também. São tempos de exceção, ameaças à democracia, patrulha e lacração. Ainda assim, o jornal não se furta a abrir espaço ao contraditório, arcando com o custo de ser classificado por toda sorte de adjetivos, de negacionista a racista, de partidário a homofóbico, de elitista a o que for. Não importa o que fez ou deixou de fazer, haverá marca a lhe carimbar o nome.

O problema, no entanto, não é quando o contraditório está nas janelas abertas a opinadores, mas sim quando habita a própria Folha. Neste fim de semana de Consciência Negra, a posição do jornal diante das cotas raciais é o maior deles. Está na página "O que a Folha pensa": "O jornal não apoia a reserva de vagas no ensino ou no serviço público a partir de critérios

raciais. Considera, porém, que são bem-vindas experiências baseadas em critérios objetivos, como renda ou escola de origem".

Dado que a Folha é um jornal liberal, qual seria a contradição? O diário que é contra as cotas raciais promoveu neste ano ação afirmativa sem precedentes, um programa de trainees exclusivo para negros, alguns deles beneficiários da política afastada. É o mesmo também que modificou a composição de seu conselho editorial para refletir melhor o país; o que conta com uma editoria de diversidade; o que publica um índice próprio de equilíbrio racial; o que reúne mais colunistas negros, vozes que frequentemente criticam as atitudes do próprio veículo.

"O jornal tem feito debates internos, mas não há previsão de editorial sobre esse tema", afirma o diretor de Opinião, Gustavo Patu. Para quem também precisa debater, vale a leitura do artigo do professor Renato Janine Ribeiro, presidente da SBPC, publicado em Tendências / Debates na última semana. Seu objeto é o Enem, mas está lá a mais simples explicação das cotas: o aluno de escola pública que sofreu com o ensino remoto emergencial vai concorrer com seus pares, que igualmente sofreram, por 50% das vagas. As cotas raciais estão dentro desse grupo e emparelham oportunidades não apenas de quem sofreu mais na pandemia, mas por toda a vida em um país racista. Se é fácil neste momento entender o prejuízo acumulado em um ano, imagine o de séculos.

A Lei de Cotas, após uma década de vigência e resultados, terá que ser revisada e, por que não, aprimorada pelo Congresso no ano que vem, em plena disputa eleitoral. Seria oportuno, portanto, que a Folha encampasse a teoria do que já executa na prática.

## LULA LÁ

Enxurrada de mensagens enviadas ao ombudsman cobrou da Folha acompanhamento adequado do périplo de Luiz Inácio Lula da Silva pela Europa. O jornal e boa parte da "mídia comercial", conforme uma das críticas, escondeu o sucesso da jornada do petista nos últimos dias, recebido com aplausos no Parlamento Europeu, com batucada na Sciences Po e com honrarias de chefe de Estado no Palácio do Eliseu.

O jornal de fato foi modesto na cobertura, valendo-se de reportagens de parceiros europeus, como Deutsche Welle e BBC Brasil. Exceção feita a coluna Toda Mídia, apenas na quarta-feira (17) a Folha produziu material próprio sobre a viagem, na verdade um texto de opinião de Mathias Alencastro, reproduzido no impresso do dia seguinte. Pouco para os leitores queixosos, muito pouco para os adeptos da pré-candidatura petista. [18]

A calibragem parece ainda pior quando contrastada com o farto noticiário das prévias do PSDB, "que vão decidir quem leva 1% dos votos", de acordo com outra crítica, e o anúncio de Sergio Moro sobre a invocação de Affonso Celso Pastore como guru econômico. Se a Folha não comprou a importância da viagem de Lula, o presidente Jair Bolsonaro acusou o golpe e, ainda no Qatar, refutou as tantas comparações de seu giro pelo Oriente Médio com o tour europeu do maior adversário. [19]



Curiosamente, saiu da Folha o principal fato eleitoral envolvendo Lula neste mês, a possibilidade de uma chapa heterodoxa com o ex-governador e futuro ex-tucano Geraldo Alckmin. Ainda que balão de ensaio, movimentou o antecipado cenário eleitoral, que vai dar muito trabalho aos jornalistas e, tudo indica, gerar enorme turbulência neste país já tão desconjuntado. [20]

Lula merecia mais atenção, é evidente. A conversa sobre Venezuela que teve com Josep Borrell, alto representante da União Europeia para o exterior, pede mais apurações, assim como seus planos para controle e tributação da internet, citados em entrevista na Bélgica. O petista não é mais um ex-presidente em atividade, mas sim o principal candidato do pleito de 2022 até aqui.

Tudo o que faz ou deixa de fazer interessa.

---

12 de dezembro de 2021

### **As fantasias de Moro e da mídia**

*Folha contribui para a percepção de um novo Collor, mas novela no ar é outra*

A mídia nacional aderiu à pré-candidatura de Sergio Moro à Presidência. Essa é a última certeza das redes sociais e de parte do público que persevera na leitura desta Folha. O ex-juiz e ex-ministro, que legou ao país a maior operação contra a corrupção da história, assim como o termo "conge" ao léxico, é a terceira via que o mercado tanto deseja, o último herdeiro da linhagem antissistema que já nos brindou com luminares do quilate de Jânio Quadros, Fernando Collor e Jair Bolsonaro, mas isso é detalhe. Moro é o nome que pode tirar o atual presidente do segundo turno em 2022 e derrotar o verdadeiro antípoda, Luiz Inácio Lula da Silva.

Nada disso se sustenta, mas é como muitos leitores percebem o momento. Lula lidera as pesquisas e, pelo último levantamento, fatura a corrida no primeiro turno. Ganha de todos, inclusive de Moro, em simulações de segundo turno. A enorme vantagem petista seria condição suficiente para um conluio, seja qual for.

Collor e o famoso debate editado no Jornal Nacional chegaram a ser lembrados na última semana. Revejo sem querer outra edição do noticiário da TV Globo, a do dia depois da posse em 1990. Collor anuncia seu trágico plano econômico logo pela manhã diante das câmeras e vai a pé ao Congresso, ladeado por ministros, o primeiro presidente a fazer isso. Lembra alguém? Collor também adorava motocicletas.

Moro é um personagem mais complexo. Comporta-se como um ser não político, como se ainda fosse o sisudo magistrado que encarnava lá atrás, fonte de informação e intransigências. As aulas de dicção e o paletó sem gravata são novidades para atender ao grande público. Com

os repórteres, a coisa continua como antes, difícil. Rer os diálogos da Vaza Jato pode ser pedagógico.

A direita, Moro é uma espécie de cavalo de Troia, alguém que se vende conservador, mas na verdade é de centro, um traidor, conta-me um observador dessa turma. A esquerda, mais óbvio, ele é o juiz parcial, algoz de Lula. Pelos dois lados, é um projeto de poder a que políticos já se dobram com repentina naturalidade. Há pouco mais de um mês, Moro era praticamente um nome inviável em Brasília, persona non grata no Congresso, com muitos calos provocados pela Lava Jato a evitar. Dias depois, a dificuldade passou a ser o seu discurso limitado. O combate à corrupção é bom, mas não é tudo; o que saberia ele de economia? Na última semana a discussão já era com quem o "idiota", como foi chamado por Bolsonaro, pode compor uma chapa, progresso notável no roteiro de um aprendiz.

O presidente acusou o golpe de seu ex-ministro, e alguns comentaristas não esconderam a torcida. Na Folha, quem rasgou a fantasia foi Catarina Rochamonte, que registrou em artigo para Ilustríssima, publicado no impresso de domingo (5), uma conversa com o agora presidencial. O primeiro parágrafo mostra a que veio o texto: "Com as qualidades da clareza e da objetividade, o livro de Sergio Moro 'Contra o Sistema da Corrupção' percorre corajosamente o campo minado da batalha travada enquanto ele era juiz da 132 Vara de Curitiba, responsável pela Operação Lava Jato".

Não se discute colunista expressar opinião, desde que o faça de modo responsável em espaço apropriado, em sua coluna ou em Tendências / Debates, por exemplo. Outra coisa, bem diferente, é se propor a escrever um artigo em formato de análise, entrevista ou reportagem, em que não deveriam caber apologias. Com a devida vénia a autora, era um resultado previsível. Sua linha de pensamento exposta na coluna semanal da página A2 é bem demarcada. O equívoco, sublinhe-se, é do jornal, que cria um problema para si mesmo e alimenta teorias conspiratórias, como as que iniciam este texto. Ou abre margem para réplicas e tréplicas em busca de audiência, como alguns críticos especulam. [21]

Outra contribuição para o falatório veio dias antes, quando a Folha publicou balanço do Índice de Popularidade Digital da consultoria, que mede desde 2019 o desempenho das personalidades políticas nas principais plataformas. "Bolsonaro estável, Lula e Moro em alta: veja como está a popularidade digital" foi o título buscável do site. "Bolsonaro fica estável, e Lula e Moro veem alta em popularidade digital" foi o do impresso. Duas chances desperdiçadas de trazer o resultado: Lula, embalado pela tour na Europa, passou Bolsonaro; Moro se descolou um tanto de Ciro Gomes, mas lá atrás no segundo pelotão. Assim fica difícil explicar para quem lê que focinho de porco não é tomada. [22]

Mas, afinal, a mídia está com Moro? Parte dela sempre esteve, isso é fato, mas o que há, não apenas na imprensa, é uma inegável empolgação com qualquer um que possa tirar Bolsonaro da corrida, ainda que Lula sobre no final.

A Folha, enquanto isso, continuará escorregando nas próprias cascas de banana.

19 de dezembro de 2021

## **Quanto custa o jornalismo?**

*Muito e vai ficar mais caro em 2022, quando a coisa promete ser violenta*

Relatório do Repórteres sem Fronteiras, divulgado na quinta-feira (16), mostra que 488 jornalistas em todo o mundo estão presos neste momento, recorde na contagem iniciada em 1995. Segundo o Comitê para a Proteção de Jornalistas, são 293 os profissionais encarcerados. A disparidade entre os números se explica pelos critérios utilizados em cada caso, mas a cifra menor também é a maior na história da entidade, que monitora o assunto há mais de quatro décadas.

O comitê contabiliza 24 jornalistas mortos neste ano no exercício da profissão, contra 46 registrados pelo RSF. Destes, 7 foram assassinados no México, um dos países mais perigosos para quem abraçou o ofício de informar, de acordo com os dados. A coordenadora do CPJ para América Latina e Caribe, Natalie Southwick, disse à Folha que a região preocupa por registrar reiteradamente mais mortes que prisões de profissionais de imprensa.

Em entrevista a este jornal, publicada na terça-feira (14), o cientista político Fernando Abrucio analisou as opções de Jair Bolsonaro até as eleições de outubro. Quem não leu o texto ou não chegou até o seu fim talvez tenha perdido este trecho importante: "O nível do debate em 2022 será assustador e violento. Vai ser uma campanha suja, no estilo das eleições mexicanas na época do PRI, com atentados, assassinatos de candidatos e clima de terror".

Em 2018, segundo relato publicado à época pela Folha, 46 pré-candidatos e candidatos foram mortos no México. Nos 12 meses anteriores ao pleito, 122 prefeitos, vereadores e ex-prefeitos também acabaram assassinados. Em outra contabilidade da violência, apurada pela BBC Brasil, 351 servidores de cargos não eletivos foram mortos, 307 deles de forças de segurança.

Estamos longe disso? Pode ser, mas talvez seja o caso de perguntar a alguém que trabalhe na Anvisa como é se sentir com a cabeça a prêmio, ofertada pelo presidente da República, no coliseu das redes sociais bolsonaristas.

Jornalistas já sabemos a resposta. Estamos há três anos na mira, literalmente. O ano eleitoral que se avizinha será o mais difícil em gerações e levará o exercício profissional a extremos. Abrucio prevê um Bolsonaro em grande desvantagem partindo para o tudo ou nada em um segundo turno contra Luiz Inácio Lula da Silva. "Bolsonaro fará uma cruzada pela vitória", vaticinou. Vou além e pergunto o que será deste país na hipótese de o presidente, desidratado nas pesquisas, se perceber fora do segundo turno logo nos primeiros meses de 2022.

Bolsonaro desdenha as pesquisas, enquanto o mercado prefere estudá-las. Bolsa e dólar azedaram após o Datafolha. Não pela perspectiva de Lula ganhar no primeiro turno, mas pela de Bolsonaro entrar em pânico, sair torrando dinheiro e deteriorar ainda mais o cenário fiscal.

Agentes financeiros há muito reconhecem o valor dos levantamentos de intenção de voto e bancam boa parte dos cerca de 20 institutos que pipocaram em anos recentes. Alguns desses agentes, inclusive, detêm sites de informação financeira. Verticalização, aparentemente, é um bom negócio. Jornalismo nem sempre.

Parece superado o tempo das pesquisas clones, em voga em eleições passadas, quando grupos bancavam levantamentos que emulavam os dos institutos tradicionais, obrigados por lei a registrar no TSE características como período de apuração e questionário. O objetivo era antecipar para si ou para clientes algo próximo ao resultado que viria a ser publicado pela imprensa.

A estratégia pode ser outra agora, mas esse agitado mercado de pesquisas ainda convive com o falso dilema de obter e divulgar informação de interesse público depois de atender a interesses privados. Isso explica a razão de o Datafolha não fazer pesquisa de opinião pública para instituições financeiras e ofertá-la apenas a veículos de comunicação.

Isenção não é capricho. Custa caro, mas faz uma grande diferença. Como fez, na última semana, quando os números do instituto e os do Ipec (fundado por antigos profissionais do Ibope) puseram um tanto de água na fervura que se criou em torno da pré-candidatura de Sergio Moro, até então levada em fogo alto por setores da mídia e do mercado. Como fará diferença no ano que vem, quando desinformação e toda sorte de dados manipulados vão brotar na tela dos celulares com a naturalidade de figurinhas de WhatsApp.

Vai custar caro também, e aí não apenas para a Folha, proteger os jornalistas do óbvio risco de violência no trabalho de campo, assim como nas esferas digitais. A bagunça que é o governo Bolsonaro embarga a percepção dos fatos, mas foi muito grave o recente ataque hacker sofrido pelo Ministério da Saúde. Algum jornal do país estaria preparado para tamanha paulada?

Jornalismo isento e de qualidade custa caro. Cobertura de eleições custa muito caro. Em 2022, mais ainda. A saúde financeira da imprensa será fundamental.

---

30 de janeiro de 2022

## **Duvide, cheque, recheque e vote**

*Eleições deste ano no país vão entupir celulares e redes sociais de mentiras*

A Folha nas últimas semanas discute liberdade de expressão. É o direito que sustenta a independência deste jornal, mas é em nome dele também que nossos celulares absorvem e despejam bobagens, das tolas as mais perigosas. Entre as muitas cicatrizes que a pandemia de coronavírus deixará, uma das principais será a certeza de que a desinformação está no meio de nós, com consequências nefastas. Aprendemos que uma mensagem maliciosa pode, por

exemplo, provocar a morte de muitas pessoas. Já sabíamos disso, por óbvio, mas foi preciso uma catástrofe planetária para percebermos o quanto atos levianos podem ceifar.

Em crítica interna, na última quinta-feira (27), sugeri à Redação que investigasse os principais propagadores de fake news relacionadas à vacinação infantil. Estava abismado com reportagem do Jornal Nacional que mostrava prefeituras do interior do país constringendo pais que levavam os filhos aos postos de saúde. Poucas horas depois, a Folha mostrava que a ministra Damares Alves endossara documento da pasta com ataques ao passaporte vacinal e a obrigatoriedade da imunização de crianças. Quem precisa ir aos subterrâneos quando o esgoto corre a céu aberto?

A covid escancarou também outra obviedade que muitas vezes fingimos não entender, por preguiça, ignorância ou ma-fé, a de que governantes precisam ser competentes. Centenas de milhares de mortos pesarão sobre Jair Bolsonaro e seus acólitos, como escreveu Drauzio Varella, na próxima eleição ou depois dela. A conta está chegando para populistas no mundo inteiro e até para quem, aparentemente, fazia a coisa certa, que o diga Boris Johnson. Sua foto com bolo de aniversário durante o lockdown, "festa surpresa" na explicação cara de pau do gabinete emparedado, virou piada nos tabloides britânicos.

Seria bom que tal decantação dos fatos prevalecesse, mas a realidade mostra o contrário. Ao menor movimento, o depósito acalmado no fundo se desfaz e volta a turvar o noticiário. Damares é prova viva, falando para os seus, mesmo que isso mais tarde se transforme em um pesadelo judicial. A aposta na confusão é alta.

A dinâmica da desinformação, porém, nem sempre é tão escancarada e demanda estudo. O aguardado processo eleitoral brasileiro é o grande laboratório deste ano, atraindo a atenção de especialistas, plataformas e reguladores do mundo todo. O que ocorrer aqui pode se repetir em qualquer lugar, pois planeta conectado é mais do que um clichê.

Cristina Tardáguila, fundadora da Agência Lupa e diretora do International Center for Journalists (ICFJ), lista algumas observações que deverão estar em curso nos próximos meses. A primeira é se o eixo da desinformação sai dos EUA e vai para o Brasil ou se o português se manterá como barreira à inserção internacional do país. O idioma também testará o preparo das plataformas, que controlam primordialmente conteúdo em inglês.

Outro acompanhamento importante é o da solução a ser encontrada para redes sociais sem representação no Brasil, como o Telegram, que corre o risco de ser banido pelo TSE. "O problema é que existem outras tantas redes em situação semelhante, uma pior que a outra no quesito moderação."

Já as grandes plataformas estarão sob forte escrutínio. "A dificuldade principal aqui é que políticos não podem ser checados e só são punidos se estiverem flagrantemente infringindo as regras internas das redes ou a legislação eleitoral. As empresas prometem controle, mas que controle?"

Exemplo é o botão anti-fake do Twitter, em fase de testes no Brasil. Advogados ouvidos pela Folha temem ações orquestradas contra conteúdo de adversários nas eleições. Do outro lado da corda, grupos organizados de denúncia contra movimentos antivacina já reclamam que o dispositivo não funciona, pois não perceberam ninguém sendo derrubado apesar de seus esforços.

A coisa é complicada e não acabará com a abertura das urnas. "Nas reuniões semanais do grupo de trabalho montado pelo TSE, uma das perguntas mais frequentes feita às plataformas é sobre o que farão se um candidato não aceitar o resultado das eleições. É claro que os membros do tribunal estão com a invasão do Capitólio em mente. Ainda não há processos claros", afirma Cristina.

Até lá, Folha e imprensa em geral terão que trabalhar duro, checar fatos e evitar escorregadas como a do título da Primeira Página do último fim de semana: "Hidroxicloroquina é eficaz, e vacina não, diz ministério". No combate a fake news, lembra um leitor, enunciados precisam ser diretos. E críticos, como esta opção: "Ministério da Saúde contraria ciência e diz que vacina não funciona".

Soa como enxugar gelo, mas chegará o dia em que será como previsão do tempo, tipo veja as mentiras que podem aparecer no seu celular hoje. Não é ficção, já há tentativas.

---

20 de fevereiro de 2022

## **O que farão se ele não aceitar?**

*Imprensa deveria se unir para tirar das redes sociais respostas sobre a eleição*

Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, O Globo, Extra e G1 formaram consórcio em 2020 para levantar dados da pandemia e escapar da manipulação de informações que o governo Bolsonaro então ensaiava como política de estado. Para situações excepcionais, remédios excepcionais. A iniciativa rendeu uma cobertura isenta e muito bem-sucedida.

A Covid-19 arrefece no mundo inteiro e, ao que tudo indica, assim será também no Brasil. A expertise do premiado trabalho coletivo deveria se voltar agora ao próximo desafio, as eleições de outubro, evento crucial para uma geração.

Se antes havia objetivos claros a justificar a união de forças na maior emergência sanitária em décadas, como a apuração correta dos fatos e a defesa da ciência em um ambiente de desinformação, a próxima empreitada teria razões de outra ordem, mas não menos desafiadoras: a proteção do processo eleitoral e, em última instância, da democracia.

(Os tempos andam literais, então reforço: defesa da democracia, não deste ou daquele candidato, tarefa de eleitores.)

A última semana mostrou que a campanha de Jair Bolsonaro à reeleição se alimentará, quando necessário, das insinuações golpistas, dos ataques ao Poder Judiciário e ao sistema de urnas eletrônicas. A retomada das ameaças, que tiveram seu ponto máximo durante os eventos em torno do 7 de Setembro, não é mero desespero de quem se vê acuado pelas pesquisas. Pressionado por aliados a esquecer o discurso antivacina, algo que a maioria absoluta da população não aceita, o presidente reavivou as querelas do ano passado. Alimentar conspirações é plataforma de campanha.

As instituições estão funcionando, mas é ingênuo imaginar que vamos ficar no pingue-pongue das alterações verbais. Há boa vontade, notadamente do Tribunal Superior Eleitoral, mas também dissimulação de outros órgãos públicos, muitos deles aparelhados. Mais importante, longe dos gabinetes a internet tratará de levar a coisa a ponto de fervura, e o novo consórcio deveria começar por ela.

É imperativo que as redes sociais tornem públicas suas regras para as eleições no Brasil. Reportagem de Patrícia Campos Mello, da última semana, mostra que apenas o Twitter respondeu à questão fundamental para o processo: o que a plataforma fará em caso de contestação do resultado e incitação a violência. Google/YouTube, Facebook, TikTok e Kwai não disseram ainda como vão reagir se ocorrer uma tempestade de desinformação como a que assolou os EUA em janeiro de 2021 e culminou na invasão do Capitólio, em Washington. Já o Telegram ignora olímpicamente as tentativas de contato do TSE.

A mídia profissional deveria cobrar transparência e posicionamento público dessas empresas. Quais são as regras? Não tem regras? Tudo bem, mas que isso fique registrado e que o departamento de relações públicas se vire depois para resolver o problema. Como já comentado nesta coluna, o planeta estará assistindo ao pleito brasileiro e ao comportamento das redes. [23]

Além de esclarecer as regras do jogo, o consórcio poderia também dividir a tentacular tarefa de acompanhar o comportamento subterrâneo das campanhas nas diversas plataformas, principalmente nas menos óbvias. "O centro de comando, de controle das ações, estará em redes novas como o Gettr. Acompanhar esse tipo de coisa é jornalismo investigativo", diz Ronaldo Lemos.

O colunista da Folha vai mais longe que o ombudsman e imagina um consórcio internacional, como os dos casos Edward Snowden e Panama Papers. "A crise das democracias é tema de interesse mundial. Parcerias poderiam ser feitas com veículos de imprensa, entidades civis e organismos internacionais. Uma paradiplomacia. Não dá mais para esperar ação apenas dos órgãos públicos", afirma Lemos, que sugeriu em sua última coluna uma troca de informações e procedimentos entre Brasil e Alemanha no caso Telegram.

A verdade é que o campo extremista já vive essa internacionalização há tempos, com intercâmbio financeiro e logístico. Não foi o próprio Steve Bannon quem disse que a eleição brasileira era a segunda mais importante do mundo?

## PRÊMIO IG NOBEL

Silêncio estratégico é uma prática para evitar a disseminação de fake news. Viu algo que não presta? Simplesmente não repasse. A Folha perdeu tal oportunidade na semana passada. Ricardo Salles foi um dos tantos bolsonaristas a defender o Nobel da Paz para um Bolsonaro que só fez posar ao lado de Vladimir Putin. A história era tão absurda que o próprio ex-ministro se viu obrigado a ir a público dizer que era uma brincadeira —no caso, eufemismo para fake news. Antes disso, porém, a Folha publicou-a como fato. Depois, é claro, mudou título e texto para dizer que era mentira. [24]

Silêncio constrangedor.

20 de março de 2022

### **Quando os relógios empacam**

*Folha publica denúncia desatualizada e esquece o que é censura por horas*

Jornais diários, como o próprio nome diz, estão presos à lógica das 24 horas. A melhor edição de tudo o que aconteceu em um dia deveria estar naquilo que carrega certo ar definitivo, a edição impressa do dia seguinte, no papel ou em sua versão digital. Na prática, porém, essa melhor edição já nasce amanhecida. Tudo que está lá já foi lido. O fluxo jornalístico moderno torna o compasso dos diários uma espécie de luxo para poucos.

O momento é de troca frenética de manchetes; os grandes jornais do mundo estão com coberturas ao vivo alçadas à notícia principal desde o começo da guerra na Ucrânia. O britânico The Guardian tem profissionais baseados em Redações no Reino Unido, nos EUA e na Austrália se sucedendo sem parar na condução do acompanhamento. Em seu site, a luz do dia brilha a qualquer hora, literalmente.

No atual estado de coisas, portanto, chegar à manhã seguinte com uma notícia que só você tem pode ser um grande sucesso, um furo, por exemplo, tão exclusivo que ninguém conseguiu recuperar, ou sintoma de que algo que não está muito certo. A Folha, na última semana, protagonizou a versão negativa dessa experiência.

Na quarta-feira (16), pouco antes do meio-dia, o jornal publicou um título que resume a história: "Alckmin recebeu R\$ 3 milhões em caixa 2 da Ecovias, diz executivo em delação". De acordo com o texto, a Polícia Federal investigava pagamento a Geraldo Alckmin relatado pelo ex-presidente da Ecovias, a concessionária responsável pelo sistema Anchieta-Imigrantes, em São Paulo. A matéria vinha na esteira de outras reportagens da Folha



sobre a delação, que expôs políticos de vários partidos e denunciou um cartel nas concessões de rodovias paulistas. Todas em gestões do PSDB, nas últimas décadas. Pelo acordo, empresa e executivo vão desembolsar R\$ 650 milhões para não serem processados.

Cerca de duas horas após a publicação da Folha, o Estado de S. Paulo recuperou o caso, mas com uma diferença importante: a Polícia Federal já havia concluído a investigação sobre o ex-governador em fevereiro, apontando falta de provas que corroborassem a palavra do delator. A Folha manteve sua versão, que acabou publicada no impresso de quinta-feira (17). Só que, também na manhã de quinta, o Valor Econômico trouxe informação ainda mais atualizada sobre o episódio: a Justiça Eleitoral já tinha arquivado o inquérito contra Alckmin, por falta de provas, no dia 10 de março.

Diante das evidências, no começo da tarde a Folha publicou uma nova reportagem, dando conta do arquivamento. Antes disso, porém, o estrago já estava em curso em torno do ex-governador, provável vice na chapa presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Alicerçado na revelação caduca, o jornal repercutia a nova saia justa para os petistas e ainda encontrava um bate-boca de 2018 entre Alckmin e Guilherme Boulos para explorar.

Em crítica interna, observei que a apuração da Folha se mostrara defasada ou que, talvez, o jornal tenha se deixado levar por um vazamento seletivo. Pontuei também que o ciclo noticioso se encerrava desequilibrado e que era preciso refletir e reapertar os parafusos, dado que o ano eleitoral promete confusões de toda sorte, inclusive delações e operações requentadas. [25]

Em resposta, o editor de Política, Eduardo Scolese, afirmou que havia interesse público na divulgação da delação e que o processo corre sob sigilo, o que dificulta muito o trabalho.

Questionada, a Secretaria de Redação diz que não via necessidade de correção da reportagem, em que pese ter sido publicada flagrantemente desatualizada. O texto, porém, acabou sendo reformado no site na noite de sexta-feira (18). [26]

No lugar de publicar um Erramos, a Folha preferiu voltar no tempo.

## CENSURA NUNCA MAIS

Não é fácil explicar para os mais jovens o que foi a censura durante a ditadura. Há até quem veja com tolerância certa dose de proibição, mesmo sem compactuar com delírios bolsonaristas. Para quem a suportou, no entanto, a simples discussão de não ter acesso a alguma obra por determinação do Estado é incabível.

Foi surpreendente perceber que a Folha levou horas na terça-feira (15) para chamar de censura a censura estabelecida pelo Ministério da Justiça ao filme "Como se Tornar o Pior Aluno da Escola". O primeiro texto sobre o assunto tinha um título que quase naturalizava a

exceção: "Filme que Mario Frias chama de pedofilo deve sair do streaming, decide governo".  
Decide governo?

A palavra apareceu em um título da Folha como substantivo apenas à noite, quando o editorial "Censura de volta" foi publicado. Surgiu também na boca de interessados ouvidos pelo jornal, como Danilo Gentili e Globo. Também não foi esquecida pelos títulos do impresso, na manhã seguinte.

Às vezes, o tempo resolve.

8 de maio de 2022

### **Vai ter golpe. Passe a informação**

*Folha e a imprensa deveriam trocar de vez a presunção pela certeza do fato*

"A hora de agir contra o coronavírus é agora." Você deve ter lido títulos parecidos nos últimos dois anos, só que esse foi publicado pela Folha em 10 de março de 2020. A praga engatinhava, em comparação ao que viria mais tarde, mas Yascha Mounk, em coluna no jornal, alarmava os leitores para o que já percebia inevitável: a Covid-19 varreria o planeta em pouco tempo, sendo a quarentena e o distanciamento social as únicas saídas imediatas.

No mesmo dia, a manchete da Folha falava de pânico nos mercados, Bolsa despencando 12%, preço do petróleo concorrendo pelo maior estrago com o então desconhecido coronavírus. O mundo derretia e, em Miami, Jair Bolsonaro dizia que "está superdimensionado o poder destruidor desse vírus", uma das tantas pérolas que qualquer horário eleitoral que se preze deverá reproduzir a exaustão neste ano. Logo abaixo da frase destacada, uma chamada para a Itália, então o país mais afetado depois da China, que acabava de adotar quarentena geral.

A página tinha ainda outro título para o presidente: "Bolsonaro pressiona Congresso e volta a falar de fraude eleitoral". Crise, petróleo, vírus? Não, o problema seria a fraude que nunca existiu.

A emergência sanitária já era séria o suficiente, mas lembro que a coluna me assustou. Mounk soava histérico e, ao mesmo tempo, deixava claro que o discurso "mantenham a calma" dos políticos só iria adiar a adoção de medidas radicais e na prática matar gente. Não só na China ou na Itália, mas em todos os lugares. O Brasil de Bolsonaro cumpriu a previsão como poucos, e perdemos quase 650 mil para a doença e o negacionismo.

Na última semana, vários colunistas da Folha dispararam alarmes em tom parecido. Na página A2: "Vai ter golpe", escreveu Mariliz Pereira Jorge; "O golpe de Bolsonaro é militar", segundo Bruno Boghossian; "Ditadura com Bolsonaro", é o que vem a seguir, de acordo com Ruy Castro; "O Golpe pode dar errado", projetou Maria Hermínia Tavares, um fio de

esperança, como anotado por leitores, mas que parte do inevitável ato ensaiado desde o dia zero pelo bolsonarismo.

Enquanto isso, "a imprensa está falando com as paredes", na descrição também de Mariliz, frase que discuti com a Redação em crítica interna. Pessimismo, sentimento de impotência, alcance da imprensa, considerações sobre o jornalismo. Não podemos impedir o golpe? Bem, dá pelo menos para contar para as paredes que a virada de mesa está em curso, vai acontecer e que é prudente o cidadão de bem preparar a alma e o bolso para o tsunami que se avizinha. [27]

Como lembrou Maria Hermínia, melar a disputa nacional significará melar todos os outros pleitos de outubro. O voto não é apenas para a Presidência, mas para Câmara, Senado, assembleias e governos estaduais. Concorrentes deveriam ser questionados sobre ganhar e não levar. Folha e UOL, por exemplo, desperdiçaram a chance de perguntar nas sabatinas dos pré-candidatos ao governo de São Paulo o que eles farão diante da consumação do golpe e do fato de, quem sabe, estarem eleitos mas impedidos de tomar posse por algum cabo ou soldado. [28]

Na mesma linha, o pessoal da Faria Lima deveria ser indagado se a quartelada já foi precificada e até onde dólar e juros podem chegar após um desarranjo dessa monta. Será que uma XP ainda não projetou o pior cenário? Se algum analista crítico disser que o mercado não trabalha com tal hipótese, basta lembrar que Bolsonaro e seus generais próximos flertam com a tese diariamente.

Será importante também o jornal ouvir parceiros comerciais do país e organismos internacionais sobre a propalada versão tropical da invasão do Capitólio. Os EUA até já se adiantaram. Numa semana, cônsul americano no Rio até 2021, em artigo em O Globo, prevê sanções ao Brasil se as eleições forem prejudicadas. Na seguinte, a agência Reuters aparece com relato sobre o chefe da CIA ter dito ao governo Bolsonaro que não é conveniente ao país contestar o próprio sistema eleitoral.

A leitora e o leitor talvez ponderem que admitir o receio de um golpe é justamente o jogo que Bolsonaro e aliados querem jogar. A questão, acredito, é que já passamos desse ponto. Bolsonaro se perdeu em campo, mas arrasta muita gente com ele apenas pelas circunstâncias. Não pode mais ser tratado como um risco, mas sim como certeza de dano para as instituições e para o país. Precisa ser contido.

Se alguém não lembra ou não sabe o que é um golpe, civil ou militar, está na hora de desenhar e deixar o tamanho do problema bem claro. Vai dar trabalho, vai atrasar ainda mais o Brasil, vai custar caro.

Tenho certeza que Mounk, como os outros colegas que se alarmam agora, gostaria muito de, passados dois anos, reler seu texto, dar risadas e comentar algo como quanta bobagem escreveu. Não escreveu nenhuma, infelizmente.

26 de junho de 2022

## **O exercício de esconder a notícia**

*Em semana quente, Folha escorrega na hora de publicar coisas importantes*

É difícil e caro fazer bom jornalismo, mas é bem fácil esconder ou desperdiçar notícia. Em semana de muita manchete quente, a Folha deslizou nos detalhes na hora de publicar acontecimentos importantes. Mas, como se sabe, o diabo mora neles, nos detalhes.

Dias antes de Jair Bolsonaro alegar que a Polícia Federal é independente, quando da prisão de seu ex-ministro da Educação, e da mesma Polícia Federal despejar provas de que tal independência não existe, a pasta da Justiça enviou ofício ao TSE para dizer que a corporação participará da fiscalização das urnas eletrônicas com o intuito de assegurar a "integridade e autenticidade dos sistemas eleitorais".

O jornal levou 15 parágrafos na reportagem sobre o fato para citar a "retórica golpista" do presidente e evidenciar Anderson Torres no coro subversivo. [29]

Não apenas a Folha cometeu esse equívoco. Em debate na Globonews, um grupo de analistas falava da insistência do governo em desacreditar as urnas, mote também do título do jornal, e do quanto elas eram confiáveis. Esse é exatamente o intuito bolsonarista, que o país discuta as urnas, enquanto o que precisa de debate é o golpe e como mitigá-lo. Ministro da Justiça reforça desconfiança golpista sobre o processo eleitoral seria enunciado bem mais direto.

"A prefeitura de Registro (a 188 km de São Paulo) suspendeu por 30 dias um procurador do município filmado agredindo uma colega com chutes e socos." Esse é o primeiro parágrafo do relato da Folha sobre a agressão pública de um homem contra uma mulher no interior paulista. O primeiro parágrafo, o chamado lide, é o mais importante do texto jornalístico, pois deve dar conta da notícia e de sua importância. De acordo com o lide da Folha, o mais importante da notícia de Registro é o sujeito sofrer uma suspensão. Espancar a mulher vem depois.

Padece de mal semelhante a primeira reportagem do jornal sobre a juíza de Santa Catarina que induziu uma menina de 11 anos, vítima de estupro, a desistir do aborto legal, algo revertido após o caso ganhar grande repercussão. Lide e título da Folha são ocupados pela apuração do CNJ e Corregedoria sobre a conduta da magistrada, quando o principal deveria ser exatamente a sua bizarra atuação.

A Folha chegou depois da concorrência nas duas histórias, o que explica, mas não justifica, o foco nos desdobramentos. Outra coisa que faz falta ao texto é a indagação da juíza à menina sobre adoção, se ela achava que o "pai do bebê", o estuprador, concordaria com a ideia. Não parece haver retrato mais fidedigno deste país. Colunas de opinião do jornal imprimiram a pérola.

Além da confusão entre fato e consequência, a semana também mostrou como é possível esconder a notícia dentro dela mesmo. Entre os vários títulos publicados pela Folha na quinta-feira (23) sobre a nova pesquisa Datafolha (em fatiamento excessivo do levantamento, estratégia para ranquear melhor nos mecanismos de busca), um falava do que interessa: "Datafolha: Lula tem 53% dos votos válidos no 1º turno ante 32% de Bolsonaro".

Perfeito, mas a notícia de verdade é que tais números fazem Lula levar no primeiro turno. O jornal acordou horas depois, alterando o enunciado para "Datafolha: Lula tem 53% dos votos válidos e poderia vencer no 1º turno". [30]

Ainda que muita gente nas redes sociais pedisse esse como título principal do jornal, a Folha manteve o padrão de chamar como manchete do site e da Primeira Página a pesquisa sobre o primeiro turno. No caso do impresso, um equívoco, mas por outra razão. A notícia mais forte não era o Datafolha, com percentuais que andaram de lado, ainda que importantes, mas a afirmação do delegado responsável pela prisão de Milton Ribeiro de que seu trabalho sofria interferências. Um furo da Folha, relegado a uma chamada compartilhada com a soltura do ex- ministro, abaixo da dobra.

A notícia se impôs com as gravações na sexta-feira (24). Notícias sempre se impõem.

AVE, CESARE

"Folha em transe." Esse foi um dos comentários dirigidos ao ombudsman acerca da publicação da entrevista epistolar com Cesare Battisti. Para muitos, assunto requentado que a Folha usa para minar a candidatura Lula. Para outros, miopia noticiosa, pelo fato da segunda parte da entrevista ter ocupado a manchete do site do jornal na manhã de quinta-feira (23), quando era de se esperar repercussão ou mais informações sobre a prisão na véspera de Milton Ribeiro. [31]

Não adianta explicar que as manchetes do site não seguem a lógica da Primeira Página do impresso ou que a hierarquia noticiosa da Home Page se submete aos caprichos da audiência e dos sistemas de busca. Até porque tudo isso é antijornalístico. A reportagem era interessante, mas nunca uma manchete. Que a Folha agunte a bronca.

7 de agosto de 2022

### **A serviço da democracia**

*Folha precisa aderir aos manifestos da sociedade civil, não basta apoiar*

Parte importante dos leitores da Folha, a geração que experimentou os primeiros sinais de que uma democracia plena era factível no país, acostumou-se a ler um jornal ativista, engajado na campanha das Diretas Já. Não havia dúvida naqueles anos 1980. Era buscar a luz ou permanecer nas trevas. Inexistia questão partidária, o ponto era garantir a liberdade de

expressão e o direito de votar para presidente. Foi a partir desse momento que a Folha se tornou o jornal mais importante do país. Não por relatar o que se via nas ruas, pois ainda havia quem tentasse esconder o que estava acontecendo, mas também por não ter receio de participar ou ser notada participando. Havia um sentimento público, cívico, crítica impossível de ignorar. Era mais do que natural o jornal fazer parte de toda aquela empolgante confusão.

Há muito para se discutir sobre a trajetória da Folha desde então. A despeito de sua defesa intransigente de um jornalismo crítico, pluralista e apartidário, não foram poucos os episódios em que o jornal foi acusado de tomar lados ou encampar veladamente fenômenos como o da Lava Jato. O jornal se habituou a tomar pauladas vindas de todos os cantos. Para muitos, até alimenta isso, com doses calculadas de sensacionalismo. Em uma espécie de leitura esquizofrênica, a Folha consegue ser ao mesmo tempo petista e bolsonarista, libertária e conservadora, racista e identitária, o que o observador quiser ou conseguir enxergar em seus textos.

Essa sensação esquisita é reforçada por Primeiras Páginas como a de quarta-feira (3), onde uma chamada de entrevista com Almino, articulador da carta de 1977, é ladeada pelo extrato do colunista que classifica o manifesto da USP como eleitoreiro. O jornal faz ampla cobertura dos movimentos em defesa da democracia ao mesmo tempo em que dá destaque para visões obtusas. Tais concessões deixam marcas. Até hoje leitores lamentam, por exemplo, o espaço cedido a Fabio Wajngarten no Tendências / Debates no barulhento e golpista 7 de Setembro do ano passado. [32]

A Folha, a um custo elevado, como já discutido por esta coluna algumas vezes, é coerente com seus preceitos jornalísticos ao expor ideias contraditórias. Deveria sê-lo também com sua história. O momento pede, como em 1984.

Não basta apenas apoiar, o jornal precisa subscrever, integrar formalmente os manifestos da sociedade civil que defendem as urnas eletrônicas e o respeito incondicional ao resultado das eleições, destratadas diuturnamente pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus aliados, civis e militares, que insistem em naturalizar falas e atitudes subversivas.

Diante de "um chefe de governo que na opinião desta Folha há muito perdeu as condições de permanecer no cargo", como o jornal escreveu em editorial após o insólito encontro do mandatário com embaixadores, não há outra opção, também como em 1984.

Bolsonaro é uma ameaça desde antes da eleição, mas seu mandato foi além, degenerou o ambiente político, a relação entre os Poderes, um desastre. O jornal não ficou insensível ao processo. Em 2020, inclusive, lançou campanha em defesa da democracia, reeditou a faixa amarela das Diretas em seu cabeçalho, promoveu um concorrido curso sobre a ditadura e alterou seu famoso slogan. "Um jornal a serviço do Brasil" virou "Um jornal a serviço da democracia". O risco detectado há dois anos se consolida agora como perigo real e imediato. O jornal não pode se limitar a relatar, precisa participar, mais uma vez, como em 1984.

Questionada se a Folha pretende endossar algum dos manifestos, a Secretaria de Redação respondeu que o jornal publicou o editorial "Democracia Sempre", há uma semana, em que defende os manifestos. Disse ainda que a Associação Nacional dos Jornais, entidade setorial da qual a Folha faz parte, publicou seu próprio documento em favor da democracia e da liberdade de expressão; e que vem dando visibilidade em reportagens aos movimentos da sociedade civil.

Sobre a eventual participação de seus profissionais nos manifestos, afirmou que, no fim de julho, em comunicado interno, a Direção de Redação declarou não haver óbices a quem quiser assinar a carta da USP. "A Direção entende que neste caso não se trata de manifestação partidária", algo que é vedado pelo Manual da Redação, "mas da enunciação de princípios comuns de convivência civil".

Faria alguma diferença então a Folha aderir formalmente ao documento elaborado pelos ex-alunos da São Francisco ou ao capitaneado pela Fiesp? Nos tempos atuais, onde tudo precisa ser explicado, reiterado, sublinhado, é claro que sim. Mais importante, faria diferença para aquela geração de leitores que viu o país mudar junto com a Folha. [33]

Se há 38 anos foi o que surpreendeu o público, agora é só o que se espera deste diário.

14 de agosto de 2022

## **Longe de outros Brasis**

*Folha fala das Cartas, enquanto focos do bolsonarismo reclamam outro país*

Leitor é de Boa Vista e escreveu ao ombudsman para reclamar do editorial "Espinheiro Amazonico". A Folha criticou o asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, criada nos 1970 para logo se tornar intransitável, segundo sua breve mas esclarecedora descrição. "Como alternativa foi criado um transporte de balsas, descendo o rio Madeira e subindo o Amazonas, até a cidade de Manaus. Tal trajeto demora e onera bastante o frete das mercadorias."

Ele não duvida das denúncias veiculadas pelo jornal, de falta de licenciamento ambiental, da grande chance de a região ser invadida por grileiros, da falência dos órgãos de controle, do Incra, do Ibama, dos entes estaduais e dos que deveriam cuidar dos indígenas, mais do que sublinhada no artigo da Folha. "Pode-se ver na mídia, problemas em toda a Amazônia."

"A matéria jornalística", no entanto, "reveste-se de cunho político, agressivo ao governo federal, e esquece das populações amazônicas, que dependem de uma comunicação com o restante do país, não só para o suprimento de víveres, como para questões pessoais e de saúde". Em outras palavras, o leitor reclamou de uma Folha opinando à distância, de maneira literal e figurada.

Com pouco destaque, o jornal noticiou na quarta-feira (10), um dia antes da leitura das Cartas em defesa da democracia nas arcadas da São Francisco, que a Confederação Nacional da Agricultura sinalizou voto em Jair Bolsonaro durante evento promovido pela Presidência. O título de Política preferiu a cantilena golpista do presidente: "Bolsonaro ataca TSE e faz novas ameaças sem foco: 'Que isso custe a minha vida'". Já o Vaivém das Commodities foi direto ao ponto, ao que estava em jogo no evento: "CNA aponta metas para presidenciáveis, mas já opta por Bolsonaro". [34]

A coluna de Mauro Zafalon, especialista em agronegócio, descreve a ambição da confederação, que traçou diretrizes não apenas para o setor, mas também para a política econômica e social de um país sem espaço "para o retorno de um candidato que foi processado e preso como ladrao". Apesar de toda essa carga, o texto mereceu chamada modesta na Home Page do jornal e uma nota breve, em pé de página, no impresso de quinta-feira (11).

Nesse dia e na verdade por toda a última semana, a prioridade da Folha foi a leitura dos manifestos organizados pela sociedade civil. Com uma série de reportagens, entrevistas e um caderno especial no impresso, estava claramente mais atenta ao tamanho e à importância do evento na Faculdade de Direito da USP.

Desse Brasil diverso, com voz para mulheres, negros e outros tantos movimentos sociais, onde "capital e trabalho se unem para defender o Estado Democrático de Direito", a Folha estava próxima, tinha peso, nadava de bragada am dguas conhecidas. Ao fim do dia, era a própria opinião do jornal que ocupava a manchete de seu site, com o editorial "As cartas e a Carta", sobre os movimentos cívicos em todo o país que "deixaram claro ao pretendente a autocrata no Palácio do Planalto os limites inegociáveis da democracia brasileira".

Seria bom apurar o que o pessoal daqueles outros Brasis, os da Amazônia e do Centro-Oeste, para ficar nos exemplos citados, acharam de tamanha movimentação. Talvez o leitor de Boa Vista e o representante do agronegócio tenham visto São Paulo do jeito que a Folha às vezes percebe o país que habitam: distante. [35]

## VERSOS SATÂNICOS

Outro universo desafiador para a Folha nestas eleições é o evangélico, ainda que faça nessa área cobertura superior às dos principais concorrentes. Michelle Bolsonaro foi a protagonista da semana na campanha à reeleição do marido, com apenas cinco minutos de microfone em uma igreja batista. No último domingo (7), em Belo Horizonte, lembrou de um "Planalto consagrado a demônios" e, no dia seguinte, repostou vídeo em que Lula participa de uma cerimônia de candomblé em Salvador; teve tempo ainda para apanhar, nas redes sociais, ao aparecer em foto ao lado da atual mulher de Guilherme de Pádua, o assassino de Daniella Perez que virou pastor na mesma denominação mineira.



Seria fácil por toda essa salada no jornalismo de celebridades, como a Folha chegou a fazer com parte do noticiário. Uma visita ao Observatório Evangélico, porém, altera bem essa percepção. No site, que tem entre seus curadores o antropólogo e colunista da Folha Juliano Spyer, Michelle se torna "o culto em si", em dimensão nunca vista na política ou nos templos neopentecostais do país. Para um dos analistas, "a linguagem política da disputa de poder institucional, dessa forma, deu lugar à religiosa. Nela, há a batalha espiritual do bem contra o mal, não uma eleição."

Entre a salvação e a democracia, qual seria a opção dessa turma? A Folha parece muito longe desse Brasil também. [36]

21 de agosto de 2022

## **O golpe no WhatsApp**

*'Velha mídia' dá pouca atenção a conversa conspiratória do PIB bolsonarista*

A eleição deste ano será pródiga em confusões e boas histórias, como a do agarrão constrangedor de Jair Bolsonaro no youtuber que o chamou de "tchutchuca do centrão". Ou a da ovação às urnas eletrônicas na posse de Alexandre de Moraes no TSE, outro momento de pouco brilho do presidente na última semana. Não é o excesso de fatos, no entanto, que explica a falta de empolgação da imprensa com a excelente reportagem do Metrôpoles sobre diálogos subversivos em um grupo de WhatsApp de empresários bolsonaristas. Nele se discutia o golpe com a desenvoltura de quem prega uma reforma tributária.

Na quarta-feira (17), boa parte da imprensa nacional comentava o dia seguinte da sessão no tribunal, o encontro dos antípodas, os inúmeros recados dados pelo ministro em seu discurso, os aplausos da maioria e o esforço de estátua dos bolsonaristas. Além, é claro, da demonstração explícita de "expectativa de poder", termo cunhado por mais de um analista para explicar a calorosa recepção do saldo a Luiz Inácio Lula da Silva.

Falava-se também de uma espécie de confirmação político-jurídica dos atos de 11 de agosto. As manifestações da sociedade civil, expressas nas Cartas organizadas pela São Francisco e pela Fiesp, foram referendadas pelos Poderes, ali representados por seus dirigentes máximos. A democracia é a única alternativa, as urnas são confiáveis, quem for contra isso ou produzir fake news para desmoralizar o processo eleitoral será punido de modo célere e implacável, sentenciou Moraes no púlpito.

O Estado Democrático de Direito, enfim, exibia boa forma. A percepção durou pouco, apenas até o fim da tarde, horário em que o Metrôpoles publicou sua reportagem. Em um grupo recheado de poderosos do PIB bolsonarista, a conversa ia em direção diametralmente oposta: um golpe de Estado se faz necessário se Lula ganhar. "Prefiro golpe do que a volta do PT." "Quero ver se o STF tem coragem de fraudar as eleições após um desfile militar na avenida Atlântica com as tropas aplaudidas pelo público." "O golpe teria que ter acontecido nos

primeiros dias de governo." "Golpe foi soltar o presidiário!!! Golpe é a velha mídia só falar merda."

A "velha mídia" falou da merda, mas com inexplicável moderação. Teve gente que nem tocou no assunto, como o Jornal Nacional. A Folha só entrou na história na quinta-feira (18), quando o teor da reportagem inevitavelmente surgiu em uma coletiva improvisada de Bolsonaro. Ainda assim, pela negativa do mandatário, com enunciado que se encaixaria em qualquer corrente bolsonarista: "Bolsonaro diz que empresários que defendem golpe é notícia falsa". [37]

O assunto ganhava alguma tração nos sites noticiosos, mas logo o presidente se transformou em "tchutchuca", e a preocupação com o Estado de Direito se curvou à blague. Dos quatro grandes jornais do país, apenas Folha e O Estado de S.Paulo levaram o assunto ao impresso em forma de reportagem. A Folha ainda precisou de Reinaldo Azevedo para registrar o assunto indiretamente na Primeira Página. Os colunistas, diga-se, entenderam o tamanho da notícia.

Em entrevista ao Painel S.A., Marcos Cintra, ex-secretário da Receita e candidato a vice na chapa presidencial da Unido Brasil, naturalizou o golpismo explícito. Membro do grupo de WhatsApp, disse que ele serve para "jogar conversa fora". "Parece que alguém entrou nesse comentário de que preferia ter golpe a Lula ou ao PT. Mas acabou, e ninguém comentou mais nada. Um ou outro riu e continuou assim mesmo." Cintra reclamou da proporção que a coisa tomou, com pedidos de investigação no STF. "Que sociedade é essa em que estamos vivendo?" Uma que não aceita golpe, nem de brincadeira?

Segundo o Metrôpoles, também estão no grupo, entre outros, Luciano Hang (Havan), Afrânio Barreira (Coco Bambu), José Isaac Peres (Multiplan), José Koury (Barra World Shopping), Ivan Wrobel (W3 Engenharia) e Marco Aurélio Raymundo (Mormaii), autores de algumas das frases reproduzidas parágrafos acima. Outro integrante, Meyer Nigri (Tecnisa), de acordo com a reportagem, repassou textos de terceiros com ataques ao STF e em defesa da contagem paralela de votos. "Só repassei um WhatsApp que recebi", disse o empreiteiro no outro lado.

Tomar cuidado ao repassar mensagens é a regra número um contra fake news. E atentar contra o Estado Democrático de Direito é crime, lembrou Dias Toffoli, na sexta-feira (19), ao lado de Ciro Nogueira, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco.

Esta coluna se repete, o golpe está em curso. É obrigação da imprensa, da mídia, velha, nova, de meia ou zero idade, não desperdiçar qualquer oportunidade de denunciá-lo. Ainda que fosse só "uma conversa", a democracia ali saiu do grupo. [38]

28 de agosto de 2022

## **Uma Amazônia de problemas**

*Cobertura de ambiente deveria aflorar na eleição, mas isso é improvável*

"Lula promete enfrentar crime na Amazônia se retornar ao poder." "Lula quer liderar a luta contra as mudanças climáticas." A entrevista de Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira (22), foi em São Paulo, porém esses títulos não foram publicados no Brasil. Talvez porque o país tenha outras inúmeras questões a debater, mas não só. Ambiente, clima, Amazônia, todo mundo acha importante. Até a página dois.

"Lula defende alternância de poder na Venezuela" foi o enunciado da Folha para o encontro do candidato com correspondentes internacionais. Difícil contestar a opção feita. A reportagem do jornal mostra o ex-presidente comentando diversos aspectos de política internacional, da América do Sul a Taiwan, passando por Ucrânia e Estado palestino. Como relataram The Guardian e Frankfurter Allgemeine Zeitung, a Folha também registra que o candidato versou sobre o Brasil tornado paria pelo desastre ambiental de Jair Bolsonaro, em apenas dois parágrafos do texto, os últimos. [39]

Não é um caso isolado nem um problema exclusivo deste jornal. Ambiente é prioridade, mas o que não falta é prioridade em um país cheio de problemas para resolver. Dona de um projeto importante na área, Planeta em Transe, que promete dar peso e sequência ao tema em suas plataformas, a Folha até a semana passada não tinha se debruçado sobre a (pouca) discussão ambiental nestas eleições. Estado de Direito, empresários golpistas, evangélicos, fome, fake news, militares, não faltou assunto para as manchetes eleitorais. Ambiente ficou para depois. [40]

"Os candidatos não estão falando disso, e a mídia também não está perguntando", diz Claudio Angelo, ex-colega de Folha e hoje coordenador de comunicação do Observatório do Clima. "A eleição deste ano não é uma discussão programática, mas quase um plebiscito sobre ditadura e democracia. Amazônia vira detalhe."

A questão fiscal no início do próximo mandato é antecipada, mas Ângelo lembra que o detalhe amazônico será um enrosco monumental na largada do novo governo. "O desmatamento vai disparar. Há muita gente armada e empoderada, crime organizado, Exército com má vontade. A solução ficou bem complexa, e a pressão internacional será muito grande. O próximo presidente terá que fazer escolhas."

Os jornais precisam fazer algumas também. Angelo sugere olhar para bons exemplos nas imprensas britânica e americana. Para ficar no melhor deles, a cobertura de ambiente do Guardian é, na prática, uma ação afirmativa. Os leitores precisam ser confrontados com os efeitos da crise do clima constantemente porque esse é o "maior problema que a humanidade enfrenta", escreveu o diário já em 2015.

A Folha faz isso com assuntos que considera relevantes. A cobertura das Cartas pela democracia é um exemplo recente. O jornal determinou que o movimento era de interesse público e ponto final. Não se faz isso todos os dias nem com qualquer assunto, por óbvio. É preciso motivos e argumentos.

Há uma Amazônia deles.

## CONTRAGOLPE

Alexandre de Moraes obrigou os jornais a retomarem a história do Metrôpoles ao autorizar a operação de terça-feira (23) contra os empresários que trocaram mensagens golpistas em um grupo de WhatsApp. A primeira versão da notícia na Folha tinha mais espaço para o outro lado do que para o fato. Passado o susto e os dias, os canhões da imprensa se voltaram para o ministro. Mais incisivo na investida, o jornal na quinta-feira (25) publicava que "Moraes teve reportagem como única base para decisão contra empresários bolsonaristas". Presidente e aliados bradaram palavras de ordem e fúria para o 7 de Setembro. [41]

Em mensagens ao ombudsman, leitores comparam a situação atual com a do auge da Lava Jato, com a diferença de que o ativismo judicial, agora criticado como ameaça à democracia, passou batido à época, notadamente pela mídia.

## QUEM PERDE

A Folha publicou vídeo de Bolsonaro rezando com ministros antes de entrar no Jornal Nacional. Tirou foto de sua mão rabiscada com assuntos que ele queria ver discutidos nas redes. Fez até um "saiba quem é" sobre o doleiro cujo nome aparece na cola. O presidente cria ondas, a imprensa pula nelas por audiência. É um sistema nefasto para o jornalismo. [42]

## QUEM GANHA

Ruy Castro sentiu necessidade de explicar como se faz uma entrevista. Flavia Boggio, de como estragar uma. E o G1, de comprovar que Renata Vasconcellos não usou sapatos vermelhos para falar com Lula.

Já a Folha sentiu a necessidade de usar a conjunção "mas" em três títulos de viés positivo para o petista. Apenas um enunciado do jornal afirmou sem delongas que Lula foi bem em seus 40 minutos de JN. O Estado de S.Paulo não se deu a ousadia. O Globo e Valor, sim. [43]

4 de setembro de 2022

## **Sobre falsas equivalências**

*Ao contrapor Marina e Salles, Folha legitima ministro que fez passar a boiada*

No domingo (28), esta coluna reclamava da pouca atenção da Folha com a pauta ambiental nas eleições, e o site do jornal publicava uma entrevista com Marina Silva, um dos nomes mais reconhecidos do setor no país e no mundo. Antes mesmo que o ombudsman pudesse começar a ponderar a crítica que acabara de publicar, o jornal voltou a justificá-la. Na Home, logo abaixo da chamada para Marina, em espaço e destaque idênticos aos concedidos à ex-ministra de Luiz Inácio Lula da Silva, a Folha trazia uma entrevista com Ricardo Salles, o ex-ministro de Jair Bolsonaro.

Assim posto, dois ex-ministros do Meio Ambiente, candidatos à Câmara, o confronto até parece fazer sentido. O problema, porém, é que Salles não foi um ministro do Meio Ambiente. Pode ter ocupado a pasta, mas foi, acima de tudo, um interrogador do sistema de proteção dos biomas do país, facilitando atividades ilegais, como o garimpo e a derrubada de floresta. Deixou o governo investigado pela Polícia Federal por facilitado de tráfico de madeira ilegal. O resultado da desastrosa gestão é o que se vê no noticiário quase todas as semanas, como nesta última, quando saiu o registro do maior número de queimadas para um agosto desde 2010.

Salles fez o país regredir décadas na política ambiental. Estudo da USP, liderado pelo embaixador Rubens Barbosa, constata a maior corrosão da imagem externa do Brasil desde os anos 1980, quando os militares achavam que a saída eram estradas na Amazônia.

No jornal impresso, a entrevista do não ministro mereceu uma página, espelhada com a de Marina. Na capa, uma chamada dupla não dava conta do principal fato relacionado a Salles no fim de semana, seu bate-boca com André Janones durante o debate presidencial.

O problema não é o jornal dar espaço ao candidato. A entrevista é incisiva e deixa claro que sua plataforma na Câmara é o afrouxamento da legislação, que enverniza como liberalismo. A questão é deixar Salles com a mesma estatura de Marina, qualificando-o para um debate do qual não participa por princípio. A Folha cometeu a clássica falsa equivalência. Comparou o incomparável. Deu legitimidade a Salles como agente da pauta ambiental, enquanto ele não passa de uma voz reacionária e oportunista. [44]

O jornal não precisava fazer isso com Marina nem com si próprio. Há maneiras mais inteligentes de dar espaço ao contraditório sem que seja preciso deixar a boiada passar.

GOOGLE RULES

Não faltaram incongruências na Folha nesses dias. Uma extemporânea defesa das privatizações, vista por alguns leitores como partidária, o silêncio sobre cotas raciais, o pouco

destaque dado a um dos melhores títulos das eleições até aqui, do UOL: "Metade do patrimônio do clã Bolsonaro foi comprada em dinheiro vivo". [45]

No lugar de reportagem, uma das coisas mais lidas na Folha foi o anúncio de que haveria uma nova pesquisa Datafolha na quinta-feira (1º). O curto texto liderou a lista de audiência do site por quase dois dias e, na sexta-feira, concorria com o próprio levantamento, publicado na noite anterior. Em O Globo, algo parecido se deu, logo depois que Lauro Jardim publicou nota sobre a próxima pesquisa Ipec, que mostrará seus resultados na segunda-feira (5). Seria bom acreditar na grande expectativa gerada pelos números, mas a explicação está nos mecanismos de busca, que privilegiam o que dá audiência, não necessariamente o que é notícia. O jornalismo está a reboque. [46]

## AUTISMO

Luiz Felipe Pondé é um dos colunistas contratados pela Folha para dar trabalho ao ombudsman (lembrando que os tempos estão literais, isso é uma piada). Sua ácida crítica social muitas vezes não é tolerada. Foi o caso nesta última semana, quando versou sobre o diagnóstico do autismo como "tendência de estilo hype". Machista, misógino, capacitista, transfóbico, sobraram adjetivos para o filósofo.

Vários leitores, autistas e ou com filhos autistas, enviaram relatos pessoais ao ombudsman e ao jornal. Um deles, inclusive, foi publicado em Tendências / Debates. Em resposta a essas mensagens, Pondé escreveu que o foco do artigo era "não deixar que o sofrimento se transforme em mero assunto banal". "Quem entendeu meu texto percebeu isso, quem não entendeu pensou que eu estivesse dizendo o contrário."

Seria prático considerar que o artigo do colunista resta compensado pelo desagravo de Vanessa Ziotti. O jornal, no entanto, dentro de sua lógica de ampla liberdade de expressão, abriu espaço para um debate que agora impõe amplo esclarecimento. Da banalização do sofrimento à superação da tese da "mãe geladeira", do ponto do colunista ao de seus críticos, o assunto precisa evoluir do choque de opiniões para uma equilibrada e cuidadosa reportagem.

11 de setembro de 2022

### **O primeiro golpe de Bolsonaro**

*No 7/9, mídia cede muito espaço para o candidato que finge ser presidente*

Quarta-feira, 7 de setembro. O presidente Jair Bolsonaro deu um golpe, mas não aquele que todo mundo temia. Do início da manhã a noite, seu nome, sua imagem, seus argumentos e preconceitos e até sua capacidade sexual dominaram as redes sociais e as conversas no país. Foi a maior exposição do que conseguiu em muito tempo, em pleno período eleitoral, ao

arrepio da legislação e do equilíbrio exigido da mídia profissional. Algum veículo está preparado para compensar os rivais com 12 horas de atenção? [47]

Na GloboNews, Fernando Gabeira não se conteve e fez uma autocrítica que serve a toda a categoria: "Cobrir exaustivamente a fala de Bolsonaro como candidato só é razoável se nós cobrirmos exaustivamente também a fala dos outros. Porque quem falou foi o candidato. Ele falou algumas barbaridades exatamente para nós comentarmos". A receita é conhecida, Bolsonaro choca para manter microfones e câmeras nele. Seus anos de baixo clero e os últimos como presidente não foram suficientes para a imprensa aprender como escapar dessa arapuca. Eliane Cantanhêde em O Estado de S.Paulo e Reinaldo Azevedo na Folha, entre outros, ressaltaram a relativa facilidade com que a mídia se deixou sequestrar nesta última semana. Leitores, em mensagens ao ombudsman, foram além, questionando até se não havia uma espécie de síndrome de Estocolmo em curso.

Não é um problema novo nem uma jaboticaba. Donald Trump é modelo acabado para autocratas no mundo inteiro. A última capa da revista The Economist, com a sombra de Bolsonaro delineada como se fosse o americano, ilustra bem o fato. Não há solução à vista, o jornalismo navega em águas desconhecidas. O que existe, por enquanto, é mitigação: checar fatos, expor mentiras e dizer tudo de novo, por mais cansativo que pareça. E não baixar a candidatos guarda, é óbvio.

Se restou generalizada a falta por não apresentar alternativas à cobertura incondicional do candidato que finge ser presidente, a Folha cometeu alguns pecados particulares. O principal foi demonstrar certa soberba ao não evidenciar o ataque explícito às pesquisas eleitorais. Bolsonaro trocou as urnas eletrônicas pelos institutos de pesquisa. O único nome relacionado à mídia nos discursos de Brasília e do Rio foi o do Datafolha. No início da noite, a manchete do UOL era precisa: "Bolsonaro sequestra bicentenário, pede votos e ataca Lula e pesquisas". O golpismo não se escondeu, apenas mudou de instância. [48]

Contrapor levantamentos sérios com a lenda do "datapovo" é preparar terreno para contestação do resultado. Começa em forma de piada, tática comum da extrema direita, como Carlos Bolsonaro dizer no Twitter que o instituto só vê girassóis na foto da Esplanada cheia de gente. Termina em confusão. O que estaria acontecendo agora se o Datafolha não tivesse aferido que o presidente oscilou dois pontos na pesquisa de sexta-feira (9)? O que acontecerá se o Ipec, na segunda-feira (12), mostrar que era fogo de palha? O que será do país se na boca do primeiro turno pesquisas indicarem que o voto útil liquida a fatura?

Como escreveu The Economist em editorial, Bolsonaro, por princípio, não é um defensor da democracia. O presidente finge ser candidato. Partir dessa premissa ajudaria a driblar as armadilhas.

É COM X OU COM CH?

O Brasil completou 200 anos de Independência apenas para ver seu presidente repetir que é "imbrochável". Depois de terem tido enorme trabalho para traduzir "tchutchuca do centrão", correspondentes internacionais desta vez puderam ir direto ao ponto. A Folha cravou machismo em sua manchete. Lembrou também dos tantos episódios de misoginia do mandatário. Quase ninguém se lembrou do "aquilo roxo" de Fernando Collor. Ou se deu ao trabalho de tentar entender a obtusa lógica de Bolsonaro. Muitos projetaram danos nas intenções de voto. Não se confirmou, diz o último Datafolha. O voto feminino continua como antes, escasso. O evangélico segue em ascensão.

Bolsonaro falou de princesas e que os homens solteiros deveriam achar as suas para serem felizes como ele, que tem a primeira-dama incomparável, "mulher de Deus, família e ativa". Ao seu lado, a primeira-princesa mostrou o rosto para a multidão e sorriu. Disse amém após frases nada religiosas do marido, dias depois da nora ter sublinhado as virtudes da mulher que é submissa. Folha e boa parte dos jornais partiram para cima do conhecido Bolsonaro grosseiro, sexista e cheio de recalques. Essa é a parte fácil.

A difícil é encarar a nova chance de explorar o endereço evidente da pregação, a massa evangélica de muitas formas, em sua maioria distante da grande mídia. A que integra um "Brasil novo", como bem descrito por Vinicius Torres Freire, formada enquanto elites de Rio e São Paulo fantasiavam outro país. [49]

18 de setembro de 2022

## **Não faça do celular uma arma**

*Violência política campeia no país, e os 15 dias até a eleição preocupam*

"Não faça de seu carro uma arma, a vítima pode ser você." O bordão era martelado nos anos 1970, quando até a ditadura militar entendia arma como algo perigoso, que cedo ou tarde se volta contra quem a possui. Décadas de engenharia e legislação tornaram os automóveis bem mais seguros. O resto continua tão temerário como antes.

Violência política, mostram os tempos atuais, se faz com pistolas e facas, mas não só. O dispositivo que habita bolsas e bolsos do país em maior número que o de habitantes espria desinformação, discursos de ódio e apitos de cachorro, os recados que só fazem sentido para convertidos. Celulares, quando mal usados, causam enorme estrago, quase sempre de ordem sistêmica.

Na última semana, demonstrou a tese o lamentável episódio na plateia do debate entre candidatos ao governo de São Paulo. Um deputado estadual e uma jornalista se enfrentaram, celulares em punho, separados por um segurança. A cena é bizarra, não apenas pela ofensa gratuita do bolsonarista e pela justa indignação da repórter, mas também pelo esquisito balé de braços esticados em busca do enquadramento de si mesmo e do oponente, necessários para o registro do ataque de um lado e da denúncia do ataque de outro. Quando um segundo



jornalista arranca o celular da mão do deputado e arremessa o aparelho para longe, a briga acaba como que por encanto. O político grita algo como "o que você fez?" e vai embora. Sem celular, a coisa perde a graça.

Tarcisio Freitas, responsável pela presença do arruaceiro no local, armou imediata operação de redução de danos. Horas depois da confusão, no meio da manhã de quarta-feira (14), a notícia de seu pedido de desculpas a Vera Magalhães na Folha já era mais lida que a da agressão. Eduardo Bolsonaro se solidarizou com a jornalista. A Alesp, de histórico duvidoso em relação a abusadores, abriu debate para punição de Douglas Garcia. Leão Serva, o confiscador de celular misógino, virou campeão nas redes sociais.

Em entrevista à Folha, o diretor da TV Cultura disse que "defender uma mulher de agressão é uma imposição moral", mas que envolver-se fisicamente em confronto é um erro. Em sua coluna em O Globo, Vera escreveu que "algo está muito errado com a democracia quando jornalista vira assunto".

De fato, a democracia vai apanhando neste país e partir para a ignorância é tentador. É justamente o que buscam os agressores. Jornalistas combatem à sombra, mas alguém precisa sobrar para contar a história.

## DATAGOLPE

Dos tantos apitos de cachorro ativados pelo bolsonarismo no momento, um dos mais eloquentes se refere às pesquisas de opinião. Acochado pelos números ruins para sua campanha, Jair Bolsonaro e aliados desdenham dos institutos sérios e aludem às multidões do 7 de Setembro e a bandeiras enfiadas aqui e ali para mostrar que são muitos. Pesquisas com resultados duvidosos também ajudam no esforço de, lá na frente, se necessário, ter argumentos para alegar problemas na apuração, caminho golpista por natureza. Há outros riscos, porém.

Até a semana passada, as diferenças mais pronunciadas se davam entre os levantamentos das empresas tradicionais e os das mais novas, bancadas por agentes financeiros. A última rodada, no entanto, evidenciou discrepância nas intenções de voto para o governo fluminense colhidos por Datafolha e Ipec, os dois nomes mais conceituados do mercado.

Talvez por isso, O Globo, na sexta-feira (16), publicou detalhada reportagem sobre os diferentes critérios utilizados pelos institutos de pesquisa. Alguns coletam dados nas residências dos eleitores, uns em locais de fluxo, outros por telefone. Há diferentes amostras também. A calibragem da faixa até dois salários mínimos teria variação de mais de 10 pontos percentuais de uma empresa para outra, algo que virou debate nas redes sociais e, é claro, combustível para fake news.

O diário carioca também defendeu, em editorial, que as empresas de pesquisa passem a adotar cálculos de abstenção, algo que é comum em lugares como os EUA, onde o voto não é

obrigatório. Como está cada vez mais fácil não votar no Brasil, ausências podem pesar ainda mais neste ano.

Apesar de ter feito reportagem sobre assédio a pesquisadores do Datafolha em alguns pontos do país, a Folha não parece muito preocupada com a discussão em torno dos institutos. Na noite de sexta-feira (16), publicou texto rápido para dizer que as metodologias das empresas são diferentes e que as redes sociais discutem "teorias da conspiração". [50]

É verdade, mas a pior delas virá como tsunami se Bolsonaro tiver nas urnas um desempenho superior ao apontado nas pesquisas. Economizar em transparência e didatismo, neste momento, não parece estratégia adequada.

25 de setembro de 2022

## **Zero fica à esquerda na Folha**

*Jornal situa ideologicamente partidos, mas não o presidente extremista*

"O que faz um partido ser de direita ou esquerda: Folha cria métrica que posiciona legendas", afirma o título do jornal publicado na última semana. A leitura da reportagem mostra um intrincado sistema de sete parâmetros, um ranking e uma representação gráfica em formato de flor.

Quanto mais próximo do zero, mais à esquerda; do cem, mais à direita. Gráficamente, quanto menor for a pétala da flor, mais à esquerda; quanto maior, mais a direita. Tudo isso para dizer que o PCO é de esquerda, e o Novo, de direita. Ou que a inflorescência de um é menor que a do outro.

O ombudsman deixa para os leitores a análise semiótica sobre o zero ter sido atribuído à esquerda, e a flor grande, à direita, mas reproduz o questionamento de um deles: qual seria o propósito de tamanho esforço em meio a uma das mais difíceis e violentas campanhas eleitorais da história do país? Situar as 32 legendas registradas no TSE, tarefa nada fácil, dadas as contradições da política nacional, diz o texto. Será que o eleitor precisava desse aparato para saber que o PSD de Gilberto Kassab é o partido mais ao centro? Será que alguém vai decidir seu voto pela latitude e pela longitude ideológica de um partido?

Há quem faça isso, evidentemente, mas o que poderia ser entendido como uma suposta maturidade política é, na maior parte das vezes, apenas a procura desenfreada de rótulos por gente que rosna em redes sociais; que brada valores e direitos, interpreta mal conceitos e se aferra a sentimentos hostis.

Um leitor chegou a pedir ao jornal que não utilize mais "esquerdista", devido a carga pejorativa imputada ao termo pelo discurso reacionário.

A questão, enfim, é se a Folha montou um produto para ajudar seus assinantes a votar ou apenas entrou na onda maniqueísta que empesteia o debate público. Se esse é um caminho inevitável, talvez seja o caso de desenvolver um modelo que qualifique também os políticos, em sua maioria avessos à ordem partidária, este sim um problema grave. Talvez o algoritmo faça a Folha descobrir que o presidente Jair Bolsonaro habita a extrema direita. Com armas no lugar de flores nas mãos. [51]

PS.: Quem estiver disposto a mais uma análise semiótica pode brincar com o Match Eleitoral, a ferramenta interativa da Folha que compara respostas dos usuários com as de candidatos a deputado federal e a senador. Das 20 questões, 14 partem de assertivas conservadoras e liberais.

## KEEP CALM

Após a pane generalizada do 7 de Setembro, a mídia nacional mudou radicalmente de atitude na última semana ao delimitar o noticiário da viagem internacional de Jair Bolsonaro ao que realmente foi, um ato de campanha. O Jornal Nacional noticiou seu discurso na ONU apenas na seção "dia dos candidatos", e os grandes diários, exceção feita a O Globo, evitaram a imagem em suas Primeiras Páginas. Ficou comprovado que sempre há alternativas: cobrir o candidato, submetido à justa divisão de espaço e ao equilíbrio da cobertura eleitoral, e cobrir o chefe de Estado, de acordo com a relevância de seus atos. No caso, irrelevância.

## TERCEIRA GUERRA

Quando todos vão para um lado, quem vai para outro ou está muito certo ou muito errado. A segunda hipótese, por óbvio, é a mais provável. Na quarta-feira (21), o noticiário internacional dominava os sites do planeta, com a fala de Vladimir Putin sobre usar arsenal nuclear e convocar 300 mil reservistas contra a Ucrânia. A tarde brasileira, porém, também produzia notícia, com a promulgação sem vetos do projeto de lei sobre o rol taxativo da ANS e a decisão da Selic. Importante, mas nada que fizesse frente à ameaça atômica.

A Folha não entendeu assim e tirou Putin de sua manchete diante da primeira novidade. O ombudsman observou na crítica interna o que via como incongruência. Afinal, pela primeira vez em uma geração um enunciado envolvia guerra atômica. O jornal sustentou a escolha até o impresso do dia seguinte, quando os juro do BC foram alçados ao título principal e o autocrata russo ficou limitado a uma chamada abaixo da dobra. Na comparação com os principais veículos do mundo, a Folha restou só.

A teimosia do jornal faz lembrar um episódio de Redação. No fim dos anos 1990, na véspera de uma daquelas datas em que o mundo supostamente acabaria de acordo com Nostradamus, a reunião de pauta pela manhã se encerrava sem que o assunto tivesse sido abordado. Um gaiato, então, indagou se o mundo não ia acabar no dia seguinte. Pressionada pelos colegas, a pauteira de Cotidiano, escoadouro natural de coisas esquisitas no jornal, soltou um "não

pensamos nisso". O secretário de Redação não aguentou e disparou: "O mundo vai acabar, e Cotidiano não está preparado".

---

2 de outubro de 2022

## **O país precisa de bons gestos**

*Mídia deveria se afastar da polarização, mas primeiros sinais não são bons*

Silvio Almeida escreveu que esta eleição é “particularmente existencial”. Foi um dos muitos colunistas da Folha que não pouparam tinta nos últimos dias para sublinhar a grande responsabilidade do país neste domingo (2). É momento de apertar o botão nas urnas.

Há outra existência particularmente em jogo neste pleito violento e polarizado: a da mídia, fundamental para a democracia e maltratada como ela por uma fila que começa com o presidente atual, mas também por ação própria.

É razoável a chance de hoje ou em quatro semanas Jair Bolsonaro ter um segundo mandato recusado. Era papel da imprensa desnudá-lo. Sua incompetência e falta de humanidade foram flagrantes na pandemia, para ficar apenas em uma das intoleráveis atitudes que adotou nos últimos quatro anos. Sairá do poder, se os eleitores assim desejarem, pelo voto, o instrumento que tanto desqualifica. A escolha majoritária, no entanto, não dará fim ao bolsonarismo. A depender do comportamento dos diversos setores da sociedade, deve em grande medida realimentá-lo.

Bolsonaro dificilmente vai reconhecer a derrota. Repetirá Aécio Neves, que não concedeu a vitória a Dilma Rousseff em 2014, para usar um anglicismo. Donald Trump também custou a largar o osso nos EUA em 2020 e deu no que deu. Derrotados no Chile e na Colômbia neste ano demonstraram urbanidade. Gestos fazem muita diferença. É de se imaginar que serão raros neste país nos próximos meses. A mídia poderia fazer os seus.

Em entrevista ao Valor, especialista em Venezuela afirmou que a polarização política transbordou para o tecido social também no Brasil e que o risco dessa trajetória é a desmoralização da democracia. O problema vem de longe e recrudescer agora ao som de tiros e pauladas. Nos últimos tempos, estava fácil pôr tudo isso na conta do presidente; Bolsonaro praticamente empurrou o jornalismo para o outro lado do campo. Sem o autoritário, como será?

Os primeiros sinais não são promissores. Páginas de opinião reagiram à medida que o favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva se consolidou. O Estado de S.Paulo, na semana passada, em apenas um dia não citou o ex-presidente em seus editoriais. Em três deles, estampou seu nome no título. A Folha se preocupou bem mais com o resto do mundo, que desmoronava em notícias, mas não se furtou a dar ampla visibilidade ao editorial "Tiro no pé", no último fim de semana, em que cobrou do petista definições sobre política econômica.

Esforçou-se também na divulgação do artigo em que Alexandre Schwartsman, "Em louvor do voto inútil", rebaixou Lula ao nível de Bolsonaro. Quem pregou voto útil não recebeu tal tratamento. Oferta no jornal não faltou. [52]

Lula não merece condescendência por ser a opção a Bolsonaro, por óbvio, mas a discussão aqui, antes de ser sobre lados, é acerca de disposição. A imprensa foi legitimada a combater o atual presidente por seus atos e tem longo histórico de animosidade com o ex, que sempre responde com a antiga ladainha de crítica sugestão estabelecer algum controle sobre a mídia. Basta juntar o presente com o passado para ver que o futuro à polarização pertence.

Os efeitos desse processo são deletérios. A imprensa contribui com o acirramento de opiniões ao se entrincheirar. Isso quando a própria trincheira não vira ganha pão, monetizada, não importa se via radicalismos. O país precisa se reconstruir em diversas frentes, consensos serão necessários. Sem estes, iremos para outros quatro anos de pancadaria. [53]

Seria importante a mídia séria refletir sobre sua responsabilidade na condução do debate público. A exemplo do que fez no consórcio de veículos de imprensa diante da absurda desinformação oficial na pandemia. Sobram oportunidades. Uma campanha maciça pela normalização da vacinação infantil, um pool de jornalistas na Amazônia, um relacionamento mais maduro entre imprensa e governo.

O país precisa de todos os gestos possíveis. Apertar o botão é só o primeiro deles.

'OI, FOLHA...'

Felipe Neto resolveu comentar no Twitter notícia da Folha sobre seu pedido de perdão a Dilma Rousseff "por ter propagado o antipetismo, o discurso golpista e o ódio à esquerda". Segundo o youtuber, o jornal deveria ter lembrado que as desculpas eram por seu apoio ao "GOLPE", assim escrito, em maiúsculas. E que o jornal "teve participação decisiva" na defesa do "GOLPE" à época do impeachment da ex-presidente. "Acho que vocês também devem um pedido de perdão, assim como outros veículos e grandes emissoras."

A Folha não respondeu ao influenciador, que tem 16 milhões de seguidores no Instagram e é cabo eleitoral master de Lula. Deveria ao menos ter registrado a crítica, mas recusou o gesto ao leitor. Leitores precisam de gestos também.

9 de outubro de 2022

## **Pesquisa-me ou te devoro**

*Golpismo e ojeriza ao país que sai das urnas alimentam ataque a pesquisas*

O pior dos mundos parece ter se materializado no último domingo (2). Se pensou na vitória magra de Luiz Inácio Lula da Silva, que não conseguiu dispensar o jogo da volta, é bom

lembrar que a coluna é sobre mídia. Institutos de pesquisa levaram um baile das urnas, e o golpismo explícito dos bolsonaristas ganhou argumentos para nova tentativa de cerceamento da democracia e da liberdade de expressão e imprensa. É isso o que está em jogo nas ameaças aos institutos feitas pelo candidato Jair Bolsonaro, até mesmo em programa eleitoral, e por seus aliados. Não prosperariam em um país sério, mas estamos longe dessa condição há tempos.

Não que países sérios não discutam pesquisas, tropeços e suas consequências. O advento das redes sociais acelerou a mobilidade do voto; as fake news, sua volatilidade. É uma excelente discussão, a ser tratada com distanciamento e análise, não com frases infantis, atos policialescos ou projetos de lei incongruentes e inconstitucionais. Quer dizer, enquanto houver um Supremo para constatar isso.

A gritaria contra os levantamentos ganhou força no 7 de Setembro, quando as pesquisas substituíram as urnas eletrônicas no foco da manifestação subversiva. Esta coluna discutiu o fato e criticou o pouco destaque da Folha a mudança de tática. Imaginou até que pudesse haver problema na véspera se os resultados das últimas pesquisas favorecessem o voto útil em Lula. O roteirista desta confusão chamada Brasil foi mais criativo, invertendo o destino do sufrágio de ocasião e empurrando o tiroteio para agora.

Muitos leitores escreveram ao ombudsman e ao jornal. Se a explicação da virada de última hora em favor de Bolsonaro é razoável e os números de Lula se encontraram na margem de erro, apenas com muita boa vontade dá para entender o que ocorreu nos levantamentos estaduais. Muitas explicações apareceram: retranca antipetista, parâmetros das amostras, perseguição a pesquisadores, boicotes estimulados. Fosse o governo liberal, faria o que o livre mercado sempre faz: ganha clientes quem acerta, perde quem erra, como explicou com simplicidade Laura Karpuska. O governo, no entanto, é autoritário, todo mundo já sabe. A novidade é nada disso ter dado conta da frustração de quem projetou um resultado completamente diferente.

Os números do Datafolha e do Ipec, os dois mais respeitados institutos do país e por isso visados, não fizeram as pessoas acreditarem que Lula venceria. Isso é conversa golpista. Fizeram é muita gente imaginar que a contenda presidencial seria mais folgada e que as urnas seriam pródigas em respostas ao bolsonarismo. O bicho que saiu das urnas foi bem outro e assustou.

Colunistas passaram a última semana debatendo e, alguns, se debatendo sobre o que ocorreu. Entre não reconhecer ou não querer reconhecer o país em que vivemos, a mídia profissional, como veículo de conhecimento, obviamente tem sua parcela de culpa. A incompetência não está nas pesquisas, mas na desconexão com o ao redor. Matar o mensageiro não nos livra da mensagem. [54]

TRANSPARÊNCIA

Como bem descreveu Mauricio Stycer, esta é a eleição das pesquisas. Sobram análises e opiniões, mas faltam reportagens. A enorme quantidade de levantamentos e a dinâmica atual do jornalismo levaram a uma espécie de futebolização da cobertura eleitoral. A notícia de que haverá uma nova pesquisa é a coisa mais lida na Folha; O Globo abre "Ao vivo" no site para destrinchar os dados; GloboNews retine seus comentaristas em um formato que lembra as mesas-redondas boleiras, que nunca foram redondas de verdade. [55]

Nada contra a análise exaustiva dos números, mas não são eles que dirão o que está acontecendo no país. Pior, acabam superestimados quando deveriam ser sempre relativizados, já que apenas apontam preferências, a chamada fotografia do momento. Se há algum erro nas pesquisas, ele está nesse manejo da divulgação.

Depois da semana de pauladas, a Folha alterou sua cobertura do Datafolha. Os títulos estão mais literais, os textos lembram que pesquisa não é resultado futuro, os gráficos denotam as margens de erro e um providencial "Entenda" explica a maneira correta de ler levantamentos. A ver se a transparência faz frente às tentativas de virada de mesa.

## INVISIBILIDADE

A semana foi repleta de afagos públicos aos candidatos do segundo turno. A Folha deu ampla visibilidade ao "apoio incondicional" de Rodrigo Garcia a Bolsonaro, mas nem tanto ao fato de que um governador de São Paulo não pode ser tão subserviente. Do lado lulista, a manifestação de voto mais significativa foi a de Simone Tebet, com discurso importante, cheio de recados. O jornal conseguiu não dar sua imagem na Primeira Página. [56]

16 de outubro de 2022

### **É a democracia, Folha**

*Jornal perde o prumo ao cobrar Lula e normalizar Bolsonaro em editorial*

A Folha adernou feio no último domingo (9), quando publicou o editorial "É a economia, Lula", com amplo destaque no site do jornal e na Primeira Página do impresso. E adernou em um momento de mar revolto e tempestade que assusta os leitores e o país.

É óbvio que a caixa de entrada do ombudsman entupiu: "Novamente apoiando uma ditadura"; "Tapa na cara da democracia"; "O que falta acontecer? Um cabo e um soldado?"; "O pluralismo serve para algum interesse disfarçado"; "A Folha NUNCA EXIGIU que Paulo Guedes ou Bolsonaro explicassem o abandono de suas propostas ditas liberais"; "Que diferença ler a opinião da The Economist"; "Vou me igualar ao Bolsonaro: que merda de editorial"; "Afim, a Folha quer democracia ou barbárie?"; "A desinformação chegou ao maior jornal do país"; "Editorial distópico"; "Onde a Folha esteve nos últimos quatro anos?"; "Quantos ultimatoss Bolsonaro não merecia ouvir?"; "É a democracia, Folha".

A questão não é cobrar uma política econômica de Luiz Inácio Lula da Silva. Na verdade, reiterar a cobrança que o jornal já havia feito no fim de semana antes do primeiro turno.

O problema, se é que é preciso listar, poderia estar na forma do editorial, o tom agressivo a partir do título, onde Lula é trocadilho para estúpido. Poderia estar na frágil argumentação econômica, quando se diz que a inflação começa a ser contida, mas não que a queda ocorre após desoneração forçada e irresponsável, intervenção na Petrobras, teto solar panorâmico de gastos e uma conta salgada para 2023 contratada por Paulo Guedes para reeleger seu presidente. O problema poderia estar também na argumentação política, que menospreza o despido apoio dos formuladores do Plano Real, entre os de vários outros economistas. [57]

O problema de verdade está em emparedar Lula, com grande visibilidade, e fingir que o céu está azul, que o país vive a festa da democracia. Imaginar que as reiteradas demonstrações de incivilidade e autoritarismo de Jair Bolsonaro são rompantes impensados; que o difícil, como disse a mulher "ajudadora", é ele falar palavrão. Considerar que propor e chantagear o STF com a venezuelização do tribunal é discussão legítima entre Poderes. Esperar que a ofensiva contra as pesquisas eleitorais voltará candidamente aos escaninhos do Congresso em caso de derrota do incumbente. [58]

Todos esses itens contêm indignação de sobra para muitos editoriais de Primeira Página, mas o jornal preferiu até aqui sublinhar a "soberba" e o "acinte" do não detalhamento de uma política econômica petista. Não são tempos normais.

Lula pode e deve ser cobrado, por óbvio, mas nunca mais do que Bolsonaro. É o presidente que está em débito com a democracia e promete aumentar o rombo institucional se perder ou se ganhar nas urnas no segundo turno. Normalizar o naufrágio não é opção. [59]

## EQUILÍBRIO

The Washington Post publicou na última quarta-feira (12) interessante texto de sua ex-colunista de mídia Margaret. Na verdade, uma prévia de seu livro de memórias, em que prega uma nova abordagem jornalística para o caso de Donald Trump concorrer mais uma vez à Presidência dos EUA. As ferramentas tradicionais da imprensa, que tem o equilíbrio como premissa, não são mais suficientes na cobertura política atual, escreve ela, pois existe um lado que trabalha contra a democracia. Em vez de perder tempo tentando acomodar uma assimetria intransponível, a saída é procurar outro ponto de equilíbrio a partir do interesse público. Qualquer semelhança com o que ocorre no Brasil ou com a primeira parte desta coluna não é mera coincidência.

Outro ponto que Sullivan vê como fundamental neste novo ambiente jornalístico é não economizar na identificação dos políticos. Se antes até havia algum constrangimento, hoje em dia muitos republicanos defendem publicamente que Joe Biden não venceu as eleições. Estes devem ser sempre identificados como negacionistas, pois a democracia pressupõe o respeito aos resultados. Quem consome conteúdo precisa saber com que tipo de gente está lidando.



O transporte da ideia para a realidade brasileira ainda parece prematuro, a despeito da tentativa de golpe ser uma grande nuvem escura no horizonte, daquelas que não permitem adiar medidas de prevenção. Bolsonarismo é ativo eleitoral, como demonstraram Romeu Zema, entre outros, nos últimos dias.

Sullivan reforça também a necessidade de a mídia não se limitar à reprodução do que é dito. Contextualização é fundamental para a notícia, conceito que se choca com as personagens da ficção barata em que vivemos. Vide a entrevista da Folha com Damares Alves e suas evasivas para justificar as graves acusações que fez sobre violência infantil com um leviano "ouvi dizer".

---

23 de outubro de 2022

### **Intestinos de uma nação**

*Enquanto o país se degenera nas redes sociais, Folha pasteuriza a democracia*

Certas observações precisam ser feitas a partir de uma perspectiva exterior. Requerem desprendimento. É isso o que explica o jornal The New York Times ter sido o primeiro a descrever a decisão do TSE de dar amplos poderes a Alexandre de Moraes como "uma das mais agressivas ações adotadas por qualquer país para combater informação falsa".

O ministro, como amplamente divulgado, pode agora agir de ofício, sem ser provocado, derrubando conteúdo que considere inverídico. As redes sociais ficam obrigadas a obedecer em prazo de horas, sob pena de multas pesadas e até suspensão. O correspondente do jornal americano resumiu bem o ambiente eleitoral que acompanha, inundado por ataques e "acusações de que os candidatos são satanistas, canibais e pedófilos".

Não há motivo para vergonha, pois reproduzimos e ou antecipamos o que ocorre no resto do mundo desde que a mídia digital se tornou preponderante no planeta.

Quem acompanha o noticiário também sabe há tempos que o impacto de tudo isso nas eleições é brutal, como Folha e Patrícia Campos Mello revelaram em 2018. O impulsionamento irregular de conteúdo, igual ao feito contra o candidato do PT há quatro anos, bancado por bolsonaristas, foi coibido desta vez pela corte eleitoral, mas o saco de maldades é sem fundo. A legislação não acompanha a tecnologia, assim como muitos legisladores sentam em cima de medidas de prevenção, pouco interessados em deter a lama. A mídia não avança mais rápido.

Na última semana, o jornal mostrou que o Facebook não retirou do ar 39% das postagens consideradas desinformação por checadores. A conclusão é de um estudo da UFRJ, que pegou como amostra 95 links denunciados por usuários ao TSE. Sim, é praticamente um aquário, mas dá uma medida, ainda que tímida, do que deve estar ocorrendo no oceano. Até mentira

básica continua no ar, como uma reportagem da Jovem Pan, compartilhada pela deputada Carla Zambelli, que alega uma fantasiosa propensão das urnas eletrônicas a ataques hackers. "Colaboramos com as autoridades" é o outro lado da Meta.

A imprensa, por sua vez, denuncia a censura ou discute os limites da liberdade de expressão, a depender do calo que se aperta. A mesma Jovem Pan está obrigada a veicular direitos de resposta de Luiz Inácio Lula da Silva por tê-lo chamado de ladrão, descondenado e outros adjetivos. A emissora, na qual é quase impossível discernir informação de opinião, se diz alvo de censura prévia.

Em editorial, a Folha, depois de afirmar que fake news desafiam a própria democracia, defende que "a esfera civil do debate público" possui mecanismos para combatê-las. "Jornais apontam erros e falácias, bem como expõem versões opostas. Candidatos têm espaço para responder ataques dos adversários." Voltando à metáfora do aquário, é necessário reconhecer que o jornalismo está mais para barquinho de papel, sendo que a escala do negócio é de porta-aviões. [60]

Enquanto o país assiste pela tela do celular a um lado jogar pedra na Geni que vê no outro extremo, a Folha publica pesquisa que afere, "a dez dias das eleições presidenciais, que o apoio a democracia no Brasil atingiu 79%, o maior patamar da série histórica iniciada pelo Datafolha em 1989". O recorde anterior, 75%, fora registrado em agosto, quando Cartas para Democracia eram escritas diante do golpismo explícito de Jair Bolsonaro e seus aliados. À época, Maria Hermínia Tavares alertou que a constatação do levantamento não poderia ser tomada com muito otimismo. "Há sobre a mesa concepções rivais de democracia, não captadas pela pesquisa", escreveu a professora em sua coluna. Oscar Vilhena Vieira também analisou o paradoxo nesta última semana. [61]

A turma que se veste de amarelo vê a eleição como uma autorização ilimitada, que não pode ser discutida. Democracia para eles é isso, não o que está nos manuais da ciência política. Será que 79% apoiam a democracia liberal, de eleições e imprensa livre e respeito às minorias, para ficar apenas em alguns dos alvos frequentes do atual presidente?

Em igual medida, a liberdade de expressão professada pelo bolsonarismo se afasta do escrutínio a que se submete o jornalismo profissional, que preza a acuidade e o equilíbrio das informações que veicula. Além da inimputabilidade, salvo-conduto para falácias e calúnias de toda sorte, o que importa é garantir a vala a céu aberto que carrega o pior esgoto, aquele que quanto mais impacto causa mais enriquece o mentiroso.

Censura é preocupação legítima de quem se curva à democracia e preserva a verdadeira liberdade de expressão. Quem não teme pela democracia nestes dias está apenas pensando na monetização. Vai piorar.

30 de outubro de 2022

## **Acabou! Acabou! Acabou?**

*Na reta final, jornalismo da Folha se impõe na cobertura das eleições*

Era para ser uma campanha violenta. Para não deixar dúvidas sobre o assunto, Roberto Jefferson resolveu soltar granadas e tiros de fuzil na Polícia Federal. Era para ter golpe, e o risco continua à espreita até segunda ordem (após quatro anos de tumulto, não dá para confiar em um "quem tiver mais voto leva" dito depois do debate derradeiro). Era também para ser um tsunami de fake news, e o país se afoga nelas.

Era para ser a eleição onde a imprensa profissional ficaria obliterada pelas redes sociais. Ainda não foi desta vez.

Em um espaço de dias, a cobertura da Folha, que vinha entre altos e baixos e limitações consideráveis, não muito diferente das de seus principais concorrentes, emplacou duas reportagens que afetaram as corridas eleitorais mais importantes do segundo turno. [62]

Na disputa nacional, um plano de Paulo Guedes para mexer na correção de salário mínimo e aposentadorias após as eleições, que torpedeou a campanha de Jair Bolsonaro em parte sensível de seu casco. Na esfera estadual, o relato sobre um segurança de Tarcísio de Freitas, que, de maneira insólita, pressionou um cinegrafista da Jovem Pan a apagar imagens captadas no tiroteio em Paraisópolis. Além de uma morte, restam agora muitas questões a serem elucidadas.

A primeira reportagem cresceu. Publicada de forma protocolar pela Folha em dia de pesquisa presidencial, teve destaque aquém de seu potencial na largada, mas virou uma paulada contra Jair Bolsonaro no noticiário, nas redes e na propaganda eleitoral. A ponto de solapar a cansativa pauta de costumes. Já a matéria sobre a equipe de Tarcísio nasceu grande. Truculência de agentes, destruição de provas e uma constrangedora situação jornalística. Foi um dos principais assuntos do debate entre os candidatos a governador em São Paulo, na quinta-feira (27), sem falar na avalanche de especulações.

Duas histórias que expõem não apenas fatos, mas as entranhas do bolsonarismo e suas fragilidades. O quanto afetarão as urnas neste domingo (30) é outra discussão. Importa terem saído de um ecossistema que ora parecia impotente diante de uma enxurrada de noticiário desviante, característico de coberturas eleitorais; ora era percebido enviesado, notadamente após os editoriais de Primeira Página, vistos como antipetistas ou confortáveis ao bolsonarismo. Alguém verá equilíbrio forçado.

É como se a Folha tivesse se tornado passageira de seu próprio jornalismo, que desperta com vigor nesta reta final das eleições, as mais complicadas em décadas. Oportuno, pois nada indica que a confusão terminará com a apuração das urnas ou mesmo com a posse de quem quer que seja. [63]

## OS QUE VOTAM

A Folha tem dezenas de colunistas, mas poucos foram os que não declararam voto nesta corrida eleitoral. Alguns ainda pediram apoio a determinado candidato ou candidata; outros usaram mais de uma coluna para defender e reiterar suas preferências. Apenas um recusou a prática e gastou seu espaço semanal para explicar as razões, Demétrio Magnoli. Para ele, declarar voto é fazer publicidade de "um produto do mercado da política".

Para quem acompanha a Folha há mais tempo é algo certamente inédito. Nunca antes na história deste jornal tantos remaram na mesma direção e com tamanha convicção. Pelo menos não em períodos comparáveis, após a redemocratização. A responsabilidade de Bolsonaro é óbvia. O conjunto da obra do atual mandatário é por demais pesado, tornando complexa a tarefa de manter a opinião dentro das quatro linhas do equilíbrio jornalístico. Persistindo na metáfora futebolística, a coisa está mais para bola no mato porque o jogo é de campeonato.

Alguns leitores reclamam, não muitos. Um deles cutuca e questiona se a Folha não vai dar direito de resposta ao presidente, como o TSE fez com a Jovem Pan em relação a Luiz Inácio Lula da Silva. Outros pedem que colunistas de Esporte e Comida, por exemplo, se atenham a seus temas afins.

O Manual da Redação prevê alguma sobriedade ao afirmar que "colunas e blogs não são espaço apropriado para veicular interesses pessoais, informes comerciais, propaganda partidária ou campanha eleitoral" (págs. 89 e 90).

Indagada sobre o movimento, a Direção de Redação se pronunciou: "As colunas de opinião na Folha deveriam privilegiar a discussão sustentada de ideias. Esse nobre objetivo fica prejudicado, e o debate, empobrecido, quando os titulares se desviam desse caminho, por vezes reiteradamente, para tratar de idiosincrasias como sua preferência eleitoral".

Curiosamente também neste ponto o jornal parece passageiro. Desta vez, do conjunto de opiniões que achou por bem reunir em nome da pluralidade que sempre advogou. E o time rema para indicar que o momento vivido pelo país é absolutamente excepcional. [64]

5 de novembro de 2022

### **Meninos do Brasil 2022**

*Abertas as entranhas do país, mídia atenua omissão golpista de presidente*

O golpe de Jair Bolsonaro não veio até agora, mas não foi por falta de golpistas. Nas ruas, em frente a instalações militares, nas estradas e nas redes sociais, gente subversiva transita entre o ridículo e o temerário. O sujeito ensaia ordem unida de bermuda, camisa da seleção e mastro com bandeira no ombro fazendo as vezes de fuzil, marchando de um lado para o outro de forma patética. Em volta, ninguém presta atenção. O bizarro se naturaliza.

A Gaviões limpa a marginal Tietê em minutos, enquanto a PM do governo Rodrigo Garcia estuda o manual e leva dias para desatar o nó na Castelo Branco. A mulher defende a legitimidade da manifestação "passiva". A piada perde a graça quando imagens mostram graus variados de violência. Existe mesmo esse Brasil?

Segundo cálculos do Datafolha, 21% dos eleitores do país são bolsonaristas resolutos. É o grupo que diz ter votado em Bolsonaro em 2018, considera seu governo ótimo ou bom e sempre confia no que ele diz. Também com dados relativos à penúltima pesquisa antes do pleito final, cruzando os votos de 2018 e primeiro turno, intenção para o segundo e a chancela de ótimo ou bom, a fatia cresce para 27%. Estudiosos dizem que os radicais estão entre 5% e 15%. Em qualquer conta, não é pouca gente.

Não eram poucos também os flagrados em Santa Catarina cantando o hino com seus braços direitos levantados à frente. Investigação preliminar do Ministério Público local constatou que não era uma saudação nazista, mas um pedido do locutor do evento para que todos estendessem o braço até o ombro do vizinho a fim de "emanar energias positivas". A Promotoria pode achar o que quiser, quem viu o vídeo ficou chocado com uma grande manifestação de estética nazista.

Enquanto tudo isso acontecia, Bolsonaro se reservava o direito de permanecer calado. Quando enfim falou, na tarde de terça-feira (1º), disse pouco, o suficiente para não dar margem a um processo judicial e o necessário para manter sua horda em compasso de espera. Ainda assim, os principais veículos do país conferiram estatura ao presidente em suas manchetes. Na Folha, ele "condena os bloqueios"; em O Globo, "ignora a derrota"; em O Estado de S.Paulo, "não contesta a derrota"; no Valor, "diz que respeita a Constituição", parecido com o "vai cumprir a Constituição" do G1; no UOL, "defende o direito de ir e vir". Bolsonaro usou essas palavras, mas claramente não quis dizer nada disso. O "condena bloqueios" da Folha é notável. Ele praticamente legitimou as manifestações, como mostraram as redes sociais inflamadas após o discurso e o dia seguinte. Foi preciso ir ao britânico The Guardian para encontrar Luiz Inácio Lula da Silva: "Bolsonaro quebra silêncio eleitoral, mas se recusa a reconhecer a vitória de Lula". [65]

Adianta ler o discurso de Bolsonaro de forma tão literal? O país só sabe que o presidente desistiu de contestar o resultado das urnas graças a uma fala de corredor do ministro Edson Fachin, na quinta-feira (3), não menos literal: em encontro no STF, o mandatário "utilizou o verbo 'acabar' no passado". Acabou? É pouco para quem passou quatro anos ameaçando, no gerúndio.

É natural que exista um esforço de acomodação das instituições, o país está tensionado e o caminho para a pacificação será longo. Só que isso não autoriza atenuar a figura do presidente ou de seu discurso nem o gesto do cidadão que levanta o braço à frente. Se não sabe que é crime, vai aprender.

## DERRAPAMOS

Uma nota sobre Steve Bannon alegando fraude no Brasil não ponderava no título que o ex-estrategista de Donald Trump não tinha nenhuma prova do que falava. O título chegou a ser alterado, mas o enunciado original já navegava livre com seu sentido fático na internet mostrando que até a Folha confirmava a mutreta que nunca existiu na eleição. [66]

Uma nota sobre Nelson Piquet dizendo que queria ver Lula no cemitério reproduzia vídeo com a fala, ampliando a divulgação do conteúdo. Dava para dar a notícia sem aumentar o alcance da ameaça. Dava ainda para evitar o eufemismo no subtítulo de que o tricampeão "polemiza". Piquet não polemiza, está sendo golpista como já foi racista. [67]

Um tuíte do colunista carregava nas maiúsculas para dizer que o MTST estava enviando "milhares às ruas para desarmar barricadas bolsonaristas". Adianta pôr água na fervura do presidente e soprar o braseiro das ruas?

Outro tuíte do colunista denunciava o pedido de golpe militar de redes bolsonaristas reproduzindo a convocação para os atos de quarta-feira (2). Jornalistas ainda temos a fantasia de que todos lerão nossas denúncias como tal. Isso nunca foi verdade e, na era digital, as pessoas simplesmente acreditam no que querem acreditar. Até que o Xandão foi preso, que os tanques estão saindo do quartel e que Bolsonaro defende a Constituição. O jornalismo não precisa contribuir. [68]

13 de novembro de 2022

### **O golpe nas entrelinhas**

*Militares vão a público para reforçar os recados que a mídia não quer passar*

Saiu o relatório dos militares sobre as urnas eletrônicas. Não houve fraude, escreveu-se aqui e no exterior. "Caso encerrado", sentenciou a Folha em editorial. Faltou combinar com os que habitam quartéis e os que acampam em volta deles. Em mais uma semana de leitura dos fatos atenuada pela mídia, integrantes das Forças Armadas vieram a público pelo menos quatro vezes para reforçar os recados que querem passar: não dá para verificar se houve fraude nas eleições, as preocupações dos manifestantes vestidos de Neymar são legítimas, o Judiciário extrapola.

Na quarta-feira (9), junto com o relatório que de fato não constatou fraude, Paulo Sérgio Nogueira enviou ofício ao tribunal eleitoral no qual afirmava que ela era possível. Um código malicioso poderia ser inserido no sistema e isso não seria verificável, alegou o ministro da Defesa. Folha e O Estado de S. Paulo matizaram seus títulos em primeira versão, mas logo abandonaram qualquer ponderação. Um taxativo "não aponta fraude" prevaleceu nos dois jornais. O Globo foi pior, tratando como sujeito o TSE, que "recebeu com satisfação relatório da Defesa que não aponta fraude".

O descompasso fez Paulo Sérgio soltar nota na quinta-feira (10) para sublinhar que a possibilidade de fraude não havia sido descartada. No Estadão, Hamilton Mourão escreveu que democracia é "palavra distorcida pela grande imprensa e cerceada pelo Poder Judiciário". O senador eleito ainda se solidarizou "com o profundo sentimento de inquietação e de inconformismo que vai tomando as ruas e praças".

Na sexta-feira (11), o mesmo Estadão antecipou nota conjunta das três Forças, pela qual restrições a direitos, por parte de agentes públicos, eram tão condenáveis como excessos cometidos em manifestações. Ao noticiar o comunicado, a Folha concluiu que, ao defender a solução de controvérsias dentro do Estado democrático de Direito (as quatro linhas da Constituição?), os comandantes estavam descartando um golpe militar para anular as eleições. O jornal passou batido, no entanto, pelo primeiro parágrafo da nota, em que as Forças se dizem "sempre presentes e moderadoras nos mais importantes momentos de nossa história" (moderadoras como na interpretação equivocada do artigo 142?). Camufladas, as entrelinhas quiseram ser eloquentes. [69]

Não há caso encerrado aqui, longe disso. É imperativo evidenciar a recusa dos militares em pôr uma pedra no assunto. Se o governo eleito dá razões para a mídia martelar que é preciso ser claro sobre controle fiscal, seria bom usar parte dessa indignação para alertar os quartéis que é preciso ser claro também na hora de negar golpismo. Teto é importante, mas só se existir chão. [70]

## PADRÃO SECRETO

A Folha virou notícia no começo deste mês quando sites e redes sociais mostraram que o jornal alterou título e texto de uma reportagem de serviço sobre orçamento secreto. "Saiba o que é e como funciona o orçamento secreto", publicado em 8 de setembro, virou "Saiba o que é e como funciona a emenda de relator" em 17 de outubro. A data da modificação, porém, só apareceu no texto do jornal depois que a história ganhou corpo agora em novembro. Qual história? A de que a Folha teria alterado seu padrão a partir da perspectiva de um governo Lula. Pela tese, se orçamento secreto era usado para bater em Jair Bolsonaro, emenda de relator seria um eufemismo para aliviar o noticiário para o petista.

Não ajudou o jornal ter dado uma resposta seca no Twitter: "A Folha sempre usou emendas de relator em sua cobertura noticiosa. O termo orçamento secreto é usado por colunistas de opinião". Faltou dizer que o tal texto foi alterado para se adequar ao exótico porém verdadeiro padrão vigente do jornal. Faltou explicar a razão para tamanho prurido.

Segundo a Secretaria de Redação, "orçamento secreto não é um termo preciso para classificar as emendas de relator em texto noticioso". "Esses gastos estão registrados e podem ser verificados no sistema de execução orçamentária, embora não obedeçam a critérios objetivos de distribuição." Que os leitores julguem o argumento para o veto à expressão, realmente rara em títulos da Folha como se vê na busca do site.

É forçoso constatar, no entanto, que abdicar do termo orçamento secreto, um furo do Estadão, a esta altura do campeonato, é equivalente a abrir mão de escrever rachadinha, por exemplo. Não faz sentido.

## VOTO SECRETO

Finda a festa da democracia, a Folha, em comunicado interno, avisou seus colunistas sobre alteração no verbete do Manual da Redação que os contempla. Ficam proibidos o proselitismo eleitoral e as manifestações de voto, prática que se generalizou nestas últimas eleições. Quem achar que precisa fazê-lo terá como opção publicar artigo avulso em Tendências / Debates.

20 de novembro de 2022

### **Mau começo, mau humor**

*Jornais batem no presidente eleito como batiam antes, nenhuma novidade*

"O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), propõe aumento da inflação e dos juros, menos emprego e crescimento econômico, mais ganhos para os rentistas." O parágrafo abre o editorial "Lula pede mais juros", publicado pela Folha excepcionalmente no meio da tarde de quinta-feira (17). Mercados derretiam, e a digestão pesada da PEC da Transição, apresentada na noite anterior, somava-se a frase sobre "paciência" do futuro mandatário, proferida no Egito, onde chegou de carona em jatinho de amigo empresário investigado pela Lava Jato.

Dois caminhos aqui para interpretar a ironia da abertura do editorial. O jornal quis chocar logo na primeira frase para alertar sobre o tamanho da aventura que o petista propunha ao país. Ou o jornal quis chocar porque é o que ele sempre faz quando se trata de Lula. Para leitores que procuraram o ombudsman, a segunda trilha parece a mais provável. [71]

Na mesma quinta-feira, pouco depois da frase "em tom de desdém", de acordo com a Folha, derrubar a Bolsa no início do pregão, newsletter do britânico The Guardian dedicada a crise climática era disparada aos assinantes. "Duas semanas frustrantes" de COP 27 tinham enfim promovido um "ponto alto", dizia o texto, a festejada presença de Lula, cuja eleição no Brasil era "a maior vitória do clima neste ano". Enquanto isso, na Folha, a manchete do site era "Lula larga na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos". O descompasso era notável. [72]

Na semana em que Lula voltou ao cenário internacional, após uma incrível jornada de recuperação pessoal e política, o jornal não economizou nas críticas. Em sete dias de editoriais, quatro reservaram pauladas no presidente eleito. O primeiro texto da série, "Mau começo", na sexta-feira (11), mereceu muitos reparos de leitores e até de colunista da casa. Mais uma vez, notou-se o vocabulário ("demagogia mais rasteira", "falatório", "primarismo atroz", "tolices"), que seria sempre mais pesado quando o objeto é Lula. A Folha só conseguiu



pensar no sucesso da turnê egípcia na noite de sexta-feira (18), com o texto "Chance aproveitada". [73]

Se a contagem parece capciosa, dado que não faltou polêmica em torno do petista na última semana, um leitor bom de arquivo rememorou alguns títulos da seção de quatro anos atrás, quando o jornal demonstrava "inaudita boa vontade" com o recém-eleito Jair Bolsonaro e Paulo Guedes: "Ensaio de otimismo", "Reforço aos cofres", "Ambição liberal". Após 33 anos, escreveu, deixará de ler a Folha. [74]

As queixas embutem outras preocupações. A principal é ver uma discussão, que passará necessariamente por negociações e ritos legislativos, alimentar um ambiente pós-eleitoral ainda conturbado, o mesmo que os jornais, principalmente a Folha, insistem em reduzir a casos isolados. [75]

Nada disso isenta Lula e os quase 300 da transição, é claro. Um mínimo cuidado com a comunicação teria evitado boa parte das arestas. Não precisa ser jornalista para entender que, com tantos a palpitar, um porta-voz profissional faz falta. E era evidente que a mídia esqueceria rapidamente a luta pela democracia e retomaria os velhos hábitos em relação ao PT. Antes mesmo do primeiro turno, esta coluna já alertava para os reiterados sinais de mau humor dos jornais com a campanha que liderava.

Ainda que a tendência fosse essa, não há motivo tampouco para isentar os jornais. Na avalanche de críticas, quase não houve espaço para o contraditório. Se o absurdo era tamanho que não permitia contraditório, que houvesse espaço para a ponderação, para a proposição de alternativas (até surgiram, mas já neste fim de semana). No meio de tanta histeria, foi significativo ver dois executivos de banco pedindo calma. Em entrevista a O Estado de S.Paulo, Octavio de Lazari, do Bradesco, disse que não via necessidade de uma definição rápida de equipe econômica, um dos mantras da Faria Lima, mas sim de uma escolha pensada ("Não temos espaço para testes ou experimentos". No Valor, José Berenguer, do Banco XP, foi tão claro que o recado virou o título: "É preciso ter calma. O país não vai quebrar". Não vai quebrar, mas calma a mídia não costuma ter.

## A SERVIÇO

Logo após a conclusão das eleições, a Folha retomou seu antigo slogan, "Um jornal a serviço do Brasil", que data de 1961. Em 2020, o jornal havia alterado a chamada, exibida junto a seu nome na capa do impresso e na Home Page, por ocasião de uma campanha em defesa da democracia. "Um jornal a serviço da democracia" refletia o momento agudo pelo qual o país passava nos últimos anos. Alguns leitores, que não viram a breve nota no Painei comunicando a alteração, reclamaram do súbito patriotismo em tempos de ruas inflamadas por gente vestida de Neymar. Outros ainda aguardam o momento agudo acabar.

25 de dezembro de 2022

## Um ano difícil para a Folha

*De Risério a 'Gastança', sobraram motivos para leitores baterem no jornal*

Janeiro. "Não recebi a edição de hoje 01/01/2022 nem a do dia de Natal." "Para nós é impossível subir no telhado para pegar o jornal." "Qual é o problema de vocês com a expressão 'cidadão de bem'?" "Diante do assustador artigo do Sr. Antonio Risério, venho lhe fazer uma pergunta objetiva: a Folha é racista?" "Não posso ajudar a sustentar um jornalismo que tem mais moderação nos espaços de comentários do que na seleção dos artigos." "Que vergonha, Folha." "Como assinante, manifesto o meu total apoio ao abaixo-assinado dos jornalistas."

Fevereiro. "Creio que a Folha falhou (desculpe o trava-língua) nessa cobertura." "Não dá para escrever isso de maneira mais simples?" "O orçamento secreto continua secreto na Folha." "Como a gente fica sabendo o final da história? Telefone para o repórter? Pergunto para o ombudsman?"

Março. "Aliás, esse assunto deixa claro que a Folha tem lado." "Entretanto, o título e a linha fina não correspondem ao texto e muito menos à realidade." "O que motiva o jornal a requestrar um assunto que foi foco de delação premiada?" "Onde está o jornalismo investigativo do jornal? Não se investiga só no Google." "Acho muito injusto aquele que paga 'mais' pela assinatura mensal deste diário receber 'menos'." "Lamentável é ver que a Folha se acovarda e prefere sempre um tom blasé, escondendo-se sob o manto da imparcialidade."

Abril. "Dentro da Folha eu só conheço o Jânio de Freitas, que nunca foi domesticado." "Será que vai ser igual ao orçamento secreto, que a Folha ignorou por meses até mencionar pela primeira vez?" "A Folha também tem um passado de malfeitos, de embarques em canoas furadas, como o apoio às políticas neoliberais de Temer e Guedes, ao lavajatismo, à ditadura militar." "Por favor, não matem a rainha!" "Muito triste constatar que a Folha ainda prefere o Bozo à democracia." "Recebi um exemplar do Estadão, não o da Folha!" [76]

Maior. "Doria tem mais espaço do que o terceiro colocado nas pesquisas." "Que a Folha cada vez mais cede às pressões do identitarismo e da cultura do politicamente correto não é novidade nenhuma." "A manchete não seria 'Políciais rodoviários federais matam homem asfixiado?'" "A Folha está insistindo que Lula não foi inocentado." "Continuo achando que a Folha será julgada por historiadores do futuro como omissa, por não ter pedido o impeachment do psicopata." "A matéria que trata Guedes como vítima do Bolsonaro é uma piada de extremo mau gosto." [77]

Junho. "Precisamos do Guia de volta, como sempre foi. Faz uma falta imensa!" "Inaceitável a quantidade de palavras chulas utilizadas na sobredita coluna." "É absolutamente caricata a representação do que se apresenta como esquerda e direita." "Uma cobertura pouco crítica ou não crítica o suficiente ao pior governo da história." "A Folha em transe." "O país no caos, 33 milhões passando fome, ministro sendo preso, o governo criando milhões de fake news sobre

inúmeros problemas, várias cortinas de fumaça, e a Folha buscando entrevista com Cesare Battisti."

Julho. "Eu preciso dizer que me impressiona como a Folha tem comprado com grande facilidade as declarações dos representantes do poder público." "A palavra desastre é excelente para atrair os leitores, mas é aquecimento global." "Meu pai não tem mais o que ler, pois era um leitor assíduo do Agora." "A Folha não chama a PEC de 'Medo do Lula'".

Agosto. "Acho que a Folha está começando a fazer o mesmo que fez nas eleições de 2018." "Uma coisa é uma colcha de retalhos de ideias e opiniões de forma caleidoscópica. Outra coisa é... racismo." "Se tímida e tardiamente a autocritica do PT começa, a da imprensa brasileira, com vários golpes no currículo, ainda demora." "Até o JN foi melhor que vocês." [78]

Setembro. "O senhor vê alguma explicação plausível para a excelente reportagem do UOL não ter merecido destaque no jornal?" "Até quando a Folha vai nos perturbar com os artigos inúteis, preconceituosos, machistas, grosseiros e repletos de desinformações que esse homem escreve?" "Não acredito nisso, até porque os comentários das minhas filhas, que são comunistas, não são bloqueados." "No 7 de Setembro, quem pautou foi o presidente." "O jornalismo morreu, então vamos entreter o público." "Essa matéria parece um release, até a foto é bolsonarista."

Outubro. "Os erros do Datafolha demonstram tentativa de induzir o eleitor." "BOLSONARO GANHARÁ NO PRIMEIRO TURNO PARA O AZAR DE VOCÊS." "Vivemos à beira de uma ditadura e, ao invés de a Folha se postar ao lado da democracia, prefere cobrar quais serão as ações na economia de um próximo governo petista." "É aterrorizante iniciar um domingo com um editorial distópico e impertinente da FSP." "Onde está o editorial para contestar a abominável atitude do TSE?" [79]

Novembro. "Não era orçamento secreto? Por que agora são emendas do relator, dias após as eleições?" "Já passou da hora de a Folha entender que golpismo não é opinião." "A Folha já começa a insuflar sua derrubada, como fez em passado recente com mandatária também eleita pelo povo." "O viés anti-Lula do jornal já está alcançando o limite da desonestidade." "A guinada da Folha para a direita é radical. Os últimos editoriais são repulsivos. Não me lembro de ler nada parecido em 2018, no pós-eleição do presidente Bolsonaro." "Parte da normalidade envolve este jornal meter o pau no PT, como sempre fez." [80]

Dezembro. "A Folha continua, como nos últimos quatro anos, sendo tchutchuquinha com o Bolsonaro e a direita e tigroneira com Lula e a esquerda." "Transição e golpismo no Brasil, protestos na China, guerra na Europa e o grande acontecimento é a vitória da Argentina na Copa?" "Considero Janio uma verdadeira instituição no jornalismo nacional. Acho que a Folha perde parte de sua alma ao demiti-lo." "Como ficar sem Jânio e Marcelo Coelho? A leitura da Folha era essencial na formação de um pensamento crítico. O jornal se torna indigesto." "Estou começando a achar que 'gastança' é ser assinante da Folha." "A 'gastança'

se deu nos milhões desviados para uma campanha presidencial criminoso, para as medidas secretas do relator, para o cartão corporativo de Jair Bolsonaro com sigilo de 100 anos." "É impressão minha ou a Folha está querendo acabar com o jornal?" "Bom Natal e um 2023 melhor do que 2022." [81]

PAUSA

A coluna volta em 22 de janeiro.